



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Um novo quadro conceitual para a Coerência das Políticas para o
Desenvolvimento Sustentável**

Tese apresentada como requisito parcial
para a obtenção do Título de Doutor em
Desenvolvimento sustentável pelo
Programa de Pós-graduação do Centro de
Desenvolvimento Sustentável.

Cristiana Dobre

Orientador: Prof. Marcel Bursztyn

Coorientadora: Prof.^a. Gabriela Litre

Tese de Doutorado

Brasília
2024

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Dn Dobre, Cristiana
Um novo quadro conceitual para a Coerência das Políticas
para o Desenvolvimento Sustentável / Cristiana Dobre;
orientador Marcel Bursztyn; co-orientadora Gabriela Litre. -
-Brasília, 2024.
190 p.

Tese(Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) --
Universidade de Brasília, 2024.

1. Coerência das Políticas para o Desenvolvimento
Sustentável. 2. Quadro Conceitual. 3. Análise de Conceito
Formal. 4. Brasil. 5. União Europeia. I. Bursztyn, Marcel,
orient. II. Litre, Gabriela, co-orient. III. Título.

Um novo quadro conceitual para a Coerência das Políticas para o Desenvolvimento Sustentável

Cristiana Dobre

Tese de Doutorado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para obtenção de Grau de Doutor em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão da Sustentabilidade.

Aprovado por:

Marcel Bursztyn, Doutor (Centro de Desenvolvimento Sustentável – UnB) (Orientador)

Saulo Rodrigues Pereira Filho, Doutor (Centro de Desenvolvimento Sustentável - UnB) (Examinador Interno)

Luana Farias Sales Marques, Doutora (PPGCI – IBICT/UFRJ) (Examinadora Externa)

José Aroudo Mota, Doutor (UFAM/IPEA) (Examinador Externo)

Brasília-DF, 23 de julho de 2024

Esta tese é composta do meu trabalho original que tenho realizado desde o início da minha pesquisa de doutorado e não contém nenhum material previamente publicado nem submetido para me qualificar de qualquer outro grau ou diploma em qualquer universidade ou instituição diferente da citada anteriormente. Cabe ressaltar que, embora vários colaboradores contribuíram de alguma forma para este trabalho de pesquisa, eu sou a principal autora dos três manuscritos e do resto de componentes apresentados nesta tese.

Este trabalho teve o apoio do Projeto INCT/Odisseia-Observatório das dinâmicas socioambientais: sustentabilidade e adaptação às mudanças climáticas, ambientais e demográficas (chamada INCT – MCTI/CNPq/CAPES/FAPs n.16/2014), com suporte financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) processo 465483/2014-3; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) processo 23038.000776/2017-54; e Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) processo 193.001.264/2017.

Dedico esta tese à minha filha e meu marido, Matilda e Pedro.

AGRADECIMENTOS

“Festina lente”.

Muito do que eu era e pensava ao começar essa caminhada no mundo acadêmico brasileiro, já não é. Me deparei com desafios, pessoais e profissionais, que muito me ensinaram sobre a minha resiliência e meus limites. Quero aproveitar desse espaço para poder expressar a minha eterna gratidão às pessoas que me acompanharam, que me ajudaram a levantar e não me deixaram desistir frente às mais assustadoras barreiras que surgiram e souberam guardar a paciência, quando em alento, precisava retirar algumas pedras do caminho.

Se a minha experiência acadêmica não acabou em desistência é, principalmente, graças ao meu orientador, professor Marcel e minha coorientadora, Gabriela. Meu eterno “Obrigada” por nunca terem desistido de mim e por sempre terem sido uma fonte inesgotável de compreensão e incentivo. A minha colega, Patrícia, na revista *Sustainability in Debate*, mãe guerreira que me ensinou muito sobre essa caminhada que é a maternidade e me ajudou com a nossa troca de experiências.

Ao meu marido, que chamo carinhosamente de Iubi, lhe devo tanto por sempre ter encontrado as palavras necessárias para me apoiar em momentos difíceis e por celebrar comigo cada pequena conquista, como se fosse a dele. Ele, também, dedicou muito do seu tempo, por vezes escasso, para revisar linguisticamente o meu trabalho e para me ajudar na escolha de certas ferramentas de análise. O seu olhar atento e crítico foi essencial para que nascesse este trabalho. E já que estou mencionando o nascimento desse “*Elephant in the room*”, não posso deixar de agradecer à minha filha, Matilda. A vinda dela, os seus sorrisos diários e a leveza da sua essência foram uma enorme dose de oxigênio que garantiu o folego para finalizar a tese.

Agradeço à minha mãe que, até do outro lado do oceano, esteve presente e não mediu seus sacrifícios e apoio incondicional, emocional e financeiro, para que eu possa chegar até aqui e leve até o final essa empreitada acadêmica.

Aos meus amigos brasileiros, um grande abraço, pela compreensão dos momentos nos quais fiquei mais afastada e pelos momentos de diversão, sem os quais esse período teria sido mais difícil: Bruno, Bruna, Lud, Clarinha, Jeh, Carol, Dandan, Thamy e todos os outros. Uma menção aos meus colegas de doutorado pelos incentivos e insights contínuos, em especial ao Gilmar e Dani, que também se tornaram ombro amigo. Minha gratidão, também, aos

colegas do Ibict, que me permitiram crescer profissionalmente: Wagner, Marcel, Jan, Lu, Ju, Thiago, André e todos os outros.

Por fim, mas não menos importante, à equipe do Projeto INCT Odisseia, à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), que apoiaram, em momentos diferentes, a realização dessa pesquisa.

RESUMO

A Coerência das Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (CPDS) é essencial para enfrentar os desafios do desenvolvimento sustentável e da mudança climática. Esta tese investiga a evolução conceitual e as aplicações práticas da CPDS, propondo um novo quadro conceitual fundamentado nas dicotomias identificadas durante a pesquisa. Utilizando uma abordagem multidisciplinar, o estudo é dividido em três capítulos. O objetivo central desta tese é desenvolver uma ferramenta coesa, inclusiva e metodologicamente reproduzível para monitorar o discurso sobre a CPDS em relação à mudança climática, apoiando uma tomada de decisão que procure sinergias políticas multinível. A pesquisa explora as ações relacionadas à CPDS e suas implicações para formuladores de políticas e partes interessadas, verificando a aplicação prática do quadro conceitual criado. As questões de pesquisa abordam: (1) Como garantir uma melhor inclusão e integração entre os atores do desenvolvimento; (2) Qual o papel da CPDS e seu alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); e (3) Como garantir uma melhor abrangência da CPDS no discurso político em diferentes contextos geográficos. A metodologia inclui: (1) revisão bibliográfica e análise conceitual, utilizando a Análise de Conceito Formal (ACF) para mapear a trajetória conceitual da CPDS no discurso acadêmico, baseada na literatura da base de dados Scopus; (2) análise de percepções e atitudes de partes interessadas, mediante um questionário administrado via *LimeSurvey* a organizações com estatuto de membro observador da UNFCCC, cujas respostas fornecem insights sobre o alinhamento da CPDS com os ODS; e (3) uma aplicação do quadro conceitual, avaliando a cobertura da CPDS em documentos oficiais do Brasil, da União Europeia e em contextos transnacionais. Os resultados indicam uma desconexão na definição e aplicação da CPDS, destacando sua importância na agenda de desenvolvimento sustentável e validando o quadro conceitual proposto. A avaliação identifica pontos fortes e áreas de melhoria, oferecendo recomendações para aprimorar o alinhamento e a eficácia das políticas. Este trabalho fornece uma base sólida para orientar futuras pesquisas, iniciativas políticas e práticas de desenvolvimento sustentável, destacando a importância de abordagens coordenadas e integradas, principalmente para os desafios climáticos. A pesquisa apresenta caminhos metodológicos inovadores para um futuro sustentável e traduz conhecimento em estratégias políticas operacionais.

Palavras-chave: coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável, mudança climática, análise de conceito formal, avaliação de políticas, objetivos do desenvolvimento sustentável

ABSTRACT

Policy Coherence for Sustainable Development (PCSD) is essential for addressing the challenges of sustainable development and climate change. This thesis investigates the conceptual evolution and practical applications of PCSD, proposing a new conceptual framework grounded in the dichotomies identified during the research. Adopting a multidisciplinary approach, the study is divided into three chapters. The central aim of this thesis is to develop a cohesive, inclusive, and methodologically reproducible tool to monitor the discourse on PCSD in relation to climate change, supporting multilevel political decision-making synergies. The research explores actions related to PCSD and their implications for policymakers and stakeholders, examining the practical application of the created conceptual framework. The research questions address: (1) What are the elements of a better inclusion and integration among development actors; (2) The role of PCSD and its alignment with the Sustainable Development Goals (SDGs); and (3) How to ensure better coverage of PCSD in political discourse across different geographical contexts. The methodology includes: (1) Literature review and conceptual analysis, utilising Formal Concept Analysis (FCA) to map the conceptual trajectory of CPDS in academic discourse, based on literature from the Scopus database; (2) Analysis of stakeholder perceptions and attitudes, through a questionnaire administered via *LimeSurvey* to organisations with observer member status of the UNFCCC, whose responses provide insights on the alignment of PCSD with the SDGs; and (3) An application of the conceptual framework, assessing the coverage of PCSD in official documents from Brazil, the European Union, and transnational contexts. The results indicate a disconnection in the definition and application of PCSD, highlighting its importance in the sustainable development agenda and validating the proposed conceptual framework. The assessment identifies strengths and areas for improvement, offering recommendations to enhance policy alignment and effectiveness. This work provides a solid foundation to guide future research, policy initiatives, and sustainable development practices, emphasising the importance of coordinated and integrated approaches, especially for climate challenges. The research presents innovative methodological pathways for a sustainable future and translates knowledge into operational political strategies.

Keywords: Policy Coherence for Sustainable Development, climate change, formal concept analysis, policy evaluation, sustainable development goals

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1.1 Trecho da tabela binaria no Excel contendo os objetos, atributos e suas relações</i>	32
<i>Figura 1.2 Exemplo de contexto formal possível a partir da nossa base de dados</i>	41
<i>Figura 1.3 Exemplo de contexto formal possível a partir da nossa base de dados</i>	42
<i>Figura 1.4 Documentos e codificação desses no Atlas.ti</i>	43
<i>Figura 1.5 Grupos de documentos por atributos no Atlas.ti</i>	44
<i>Figura 1.6 Trecho da Tabela do Contexto Formal completo no LatViz</i>	45
<i>Figura 1.7 Contexto formal onde todos os objetos respeitam os atributos After Agenda 2030 e Climate Related</i>	48
<i>Figura 1.8 Métricas Conceito Formal Exemplo: Climate Related+After Agenda 2030+Nexus Approach</i>	50
<i>Figura 1.9 Nuvem de palavras nível 1</i>	51
<i>Figura 1.10 Estrutura Conceitual construída com base na revisão da literatura</i>	52
<i>Figura 2.1 Número de questionários respondidos, segundo o idioma escolhido</i>	68
<i>Figura 2.2 Identificação por gênero</i>	70
<i>Figura 2.3 Mapa distribuição países de afiliação</i>	70
<i>Figura 2.4 Setores representados</i>	71
<i>Figura 2.5 Q2 x Q3 - % setores por país de afiliação</i>	72
<i>Figura 2.6 Compromisso dos países com a CPDS</i>	74
<i>Figura 2.7 Mapa proporção compromisso CPDS/país dos respondentes</i>	75
<i>Figura 2.8 Instituições responsáveis pelo monitoramento da CPDS</i>	78
<i>Figura 2.9 Inserção das dimensões de desenvolvimento sustentável dentro das organizações</i>	82
<i>Figura 2.10 Momentos de avaliação x Setor de atividade</i>	84
<i>Figura 2.11 Accountability nas organizações</i>	85
<i>Figura 2.12 A CPDS na agenda 2030</i>	88
<i>Figura 2.13 A CPDS como pilar da Agenda 2030</i>	89
<i>Figura 2.14 Correlação perguntas Q12 e Q13</i>	90
<i>Figura 2.15 Visão sobre integração dos setores na tomada de decisão</i>	91
<i>Figura 2.16 Desenhar coerências ou monitorar as incoerências?</i>	95
<i>Figura 2.17 Correlação Q15 por setor de atividade</i>	96
<i>Figura 2.18 Avaliação da inclusão da CPDS até agora</i>	97
<i>Figura 2.19 CPDS para Cooperação internacional e bem-estar social</i>	99
<i>Figura 2.20 CPDS para Cooperação Internacional e Mudança Climática</i>	99
<i>Figura 2.21 CPDS para Cooperação Internacional e Crescimento Econômico</i>	100
<i>Figura 2.22 CPDS para Atuação Nacional e Bem-estar social</i>	100
<i>Figura 2.23 CPDS para Atuação Nacional e Mudança Climática</i>	101
<i>Figura 2.24 CPDS para Atuação Nacional e Crescimento Econômico</i>	101
<i>Figura 2.25 CPDS para atuação subnacional e Bem-Estar social</i>	102
<i>Figura 2.26 CPDS para atuação subnacional e Mudança Climática</i>	102
<i>Figura 2.27 CPDS para atuação subnacional e Crescimento Econômico</i>	103
<i>Figura 3.1 Treemap termos nível 1</i>	130
<i>Figura 3.2 Porcentagens termos dentro do nível</i>	131
<i>Figura 3.3 Treemap termos nível 2</i>	133
<i>Figura 3.4 Porcentagens termos dentro do nível</i>	134
<i>Figura 3.5 Treemap termos nível 3</i>	135
<i>Figura 3.6 Porcentagens termos dentro do nível 3</i>	136

<i>Figura 3.7 Treemap termos Nivel 4</i>	<i>137</i>
<i>Figura 3.8 Porcentagens termos dentro do nível 4.....</i>	<i>138</i>
<i>Figura 3.9 Treemap termos Nível 5</i>	<i>138</i>
<i>Figura 3.10 Porcentagens termos dentro do nível 5.....</i>	<i>139</i>
<i>Figura 3.11 Conjunto relação nível/documento</i>	<i>140</i>
<i>Figura 3.12 Classificação final dos documentos pelo quadro conceitual aplicado</i>	<i>142</i>

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Contagem Fases x Setor	83
Tabela 2 Distribuição priorização por setor de atividade.....	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACF. *Análise de Conceito Formal*
ASVIS. *Aliança Italiana para o Desenvolvimento Sustentável*
CNRS. *Centre National de la Recherche Scientifique*
COP. *Conferência das Partes*
CP. *coerência política*
CPD. *Coerência de Políticas para o Desenvolvimento*
CPDS. *Coerência de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável*
DAC. *Comitê de Assistência para o Desenvolvimento*
EUA. *Estados Unidos da América*
NDC. *Contribuições Nacionalmente Determinadas*
OCDE. *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico*
ODS. *objetivos de desenvolvimento sustentável, Objetivo de Desenvolvimento Sustentável*
OIG. *Organização Intergovernamental*
ONG. *Organização Não Governamental*
ONU. *Organização das Nações Unidas*
PIB. *Produto Interno Bruto*
PNUMA. *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente*
UA. *União Africana*
UE. *União Europeia*
UNFCCC. *Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática*

SUMÁRIO

Introdução.....	17
CAPÍTULO 1.....	28
Teias conceituais: Desvendando a Evolução da Coerência Política para o Desenvolvimento Sustentável na Literatura Acadêmica	28
1. Introdução	29
2. Metodologia.....	35
2.1 A base da dados.....	36
Abrangência e Atualização Constante:.....	37
Especificidade na Busca:.....	37
Utilização da Base de Dados SCOPUS:.....	38
2.2 Pilares da Análise de Conceito Formal.....	39
Os objetos	39
Os atributos	39
As relações formais	40
2.3 Aplicação	42
A construção da tabela no Excel	42
A identificação de Conceitos Formais.....	42
O Contexto Formal	43
2.3.1 Aplicação no Atlas.Ti	43
2.3.2 A aplicação no LatViz.....	44
3. Resultados.....	45
3.1 Construção da Estrutura Conceitual	45
3.2 Apresentação da Estrutura Conceitual.....	51
4. Discussão	53
5. Conclusão	58
REFERÊNCIAS.....	59
CAPÍTULO 2.....	63
A Coerência das Políticas para o Desenvolvimento Sustentável pelas lentes de especialistas observadores da UNFCCC	63
1. Introdução	64
2. Metodologia.....	67
3. Resultados.....	69
Grupo de perguntas I: Informações pessoais.....	69
Grupo de perguntas II: a CPDS e seu papel no seu país de afiliação e organização	73
Grupo de perguntas III: A CPDS e sua opinião sobre seu papel globalmente	88
4. Discussão	104
5. Conclusão	108
REFERÊNCIAS.....	109
CAPÍTULO 3.....	112
Coerência da Questão Climática nas Políticas para o Desenvolvimento Sustentável em Documentos Oficiais no Brasil, na União Europeia e transnacionalmente.....	112
1. Introdução	113
Os objetos de estudo.....	117
Brasil117	

- Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2017.....	117
- Plano de Ação da Taxonomia Sustentável Brasileira.....	118
- Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima: Estratégia Geral - 2016.....	119
- República Federativa do Brasil - Contribuição Nacionalmente Determinada para o Acordo de Paris no âmbito da UNFCCC.....	119
União Europeia.....	120
- Relatório Voluntário da UE sobre a Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável - 2023.....	120
- Taxonomia Sustentável Europeia - (eu) 2020/852 do Parlamento Europeu para a criação de um quadro que facilite o investimento sustentável (EU) 2019/2088	121
- O Pacto Ecológico Europeu - 2019.....	121
- Última versão Contribuição Nacionalmente Determinada para a UE e seus membros – 2023.....	121
Transnacional.....	122
- IPCC, 2023	122
- Primeiro Balanço Global – 2023.....	123
- Acordo de Paris – 2016.....	123
2. Metodologia.....	125
Desenvolvimento do Quadro Conceitual	125
Mineração de Texto com o Atlas.ti	126
Análise e Interpretação dos Dados.....	126
Comparação entre Zonas Geográficas.....	127
Justificativa para Escolhas Metodológica.....	127
3. Resultados.....	128
Análise dos termos dentro dos 5 níveis.....	129
Análise nível/documento	140
Pontuação final dos documentos	142
4. Discussão.....	144
5. Conclusão	145
REFERÊNCIAS.....	148
Considerações finais.....	151
ANEXOS	156
ANEXO 1 – Glossário	156
ANEXO 2 – Relação (não nominal) de participantes do questionário e respectivas afiliações	169
ANEXO 2 – Questionário apresentado para o trabalho de pesquisa	174

Introdução

A jornada empreendida nesta tese de doutorado reflete uma abordagem multidisciplinar essencial para navegar pela paisagem complexa do desenvolvimento sustentável. Começando com investigações sobre a eficácia da ajuda internacional ao desenvolvimento e adentrando na pesquisa sobre assimetrias de poder e reciprocidade diplomática, a trajetória levou este trabalho a uma exploração da fundamentação e operacionalização da Coerência das Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (CPDS) dentro do âmbito da questão de mudança climática. No cenário do desenvolvimento global, a lente da CPDS com foco nas políticas climáticas oferece uma perspectiva que guia a compreensão da interconexão entre políticas, setores e nações na busca de resultados sustentáveis e equitativos, evitando, assim, *trade-offs*. Ao embarcar na leitura desta tese de doutorado, são desvendadas camadas da CPDS, explorando sua evolução conceitual, suas implicações práticas e revelando seu potencial na busca pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A questão das mudanças climáticas é central para o desenvolvimento sustentável, sendo um dos principais desafios globais da atualidade. Para entender por que este tema é tão crucial, é necessário primeiro explorar as origens do conceito de desenvolvimento sustentável e, em seguida, analisar como as mudanças climáticas estão interligadas a outras questões essenciais para a sustentabilidade. O conceito de desenvolvimento sustentável ganhou destaque mundial com a publicação do relatório "Nosso Futuro Comum" (também conhecido como Relatório Brundtland) pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1987. O relatório define desenvolvimento sustentável como "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades" (UNITED NATIONS - WCED, 1987). Este conceito integrou as dimensões econômica, social e ambiental, destacando a interdependência entre crescimento econômico, equidade social e proteção ambiental.

Desde então, o desenvolvimento sustentável tem sido amplamente adotado como um quadro normativo para políticas globais, regionais e locais. Os ODS, lançados pelas Nações Unidas em 2015 como parte da Agenda 2030, representam a materialização mais abrangente deste

conceito, com 17 objetivos que cobrem uma vasta gama de questões, desde a erradicação da pobreza até a preservação dos ecossistemas.

Dentro deste quadro de desenvolvimento sustentável, as mudanças climáticas emergem como um tema central por várias razões fundamentais. Em primeiro lugar, as mudanças climáticas têm impactos diretos e indiretos sobre quase todos os outros aspectos do desenvolvimento sustentável. A elevação das temperaturas globais, o aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos extremos, a elevação do nível do mar e as mudanças nos padrões de precipitação afetam diretamente a agricultura, a disponibilidade de água, a saúde pública, a infraestrutura e os ecossistemas (IPCC, 2023).

Por exemplo, a segurança alimentar (ODS 2) está diretamente ameaçada pelas mudanças climáticas, que podem levar a perdas de colheitas, redução da produtividade agrícola e alterações nas zonas de cultivo. A segurança hídrica (ODS 6) também é comprometida pela alteração nos ciclos hidrológicos, afetando a disponibilidade e a qualidade da água. Além disso, a saúde pública (ODS 3) é impactada pelo aumento de doenças relacionadas ao calor, aumento da poluição do ar etc. O ODS 13, que se concentra na ação climática, é especificamente dedicado a combater as mudanças climáticas e seus impactos. Este objetivo reconhece que as mudanças climáticas representam uma ameaça existencial que pode reverter décadas de progresso no desenvolvimento. O ODS 13 visa fortalecer a resiliência e a capacidade adaptativa a desastres relacionados ao clima e desastres naturais em todos os países, integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais, e melhorar a educação, a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre a mitigação das mudanças climáticas, adaptação, redução de impactos e alerta precoce (DI GREGORIO et al., 2017).

A interligação das mudanças climáticas com outros ODS é clara e multidimensional. As mudanças climáticas não apenas exacerbam os desafios existentes, mas também podem criar novos obstáculos para o desenvolvimento sustentável. Segundo Steffen et al. (2015), as mudanças climáticas têm o potencial de empurrar os sistemas socioecológicos além dos seus limites de resiliência, resultando em mudanças abruptas e irreversíveis que comprometem a capacidade das sociedades de se desenvolverem de forma sustentável (STEFFEN et al., 2015). Por exemplo, a desigualdade (ODS 10) pode ser ampliada pelas mudanças climáticas, uma vez que os impactos climáticos tendem a afetar desproporcionalmente as populações mais vulneráveis e menos capazes

de se adaptar. As comunidades pobres, especialmente aquelas em zonas costeiras ou dependentes da agricultura, enfrentam maiores riscos e possuem menos recursos para lidar com os efeitos adversos (CARMONA, 2023; DIFFENBAUGH; BURKE, 2019)).

Além disso, a integridade dos ecossistemas (ODS 14 e 15) é fundamental para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Ecossistemas saudáveis, como florestas e zonas úmidas, atuam como sequestradores de carbono e reguladores do clima, além de oferecer ferramentas essenciais para a resiliência climática. A degradação desses ecossistemas, portanto, não só contribui para as mudanças climáticas, mas também reduz a capacidade das sociedades de enfrentar seus impactos. Assim, o foco dessa pesquisa em analisar a CPDS em políticas climáticas se justifica, dada a centralidade das mudanças climáticas para o desenvolvimento sustentável. Primeiramente, abordar as mudanças climáticas é essencial para a viabilidade a longo prazo dos esforços de desenvolvimento sustentável. Sem enfrentar as mudanças climáticas de maneira eficaz, outros avanços no desenvolvimento sustentável podem ser revertidos obsoletos ou severamente comprometidos. Portanto, políticas coerentes e integradas são necessárias para garantir que as ações climáticas sejam sinérgicas com outros objetivos de desenvolvimento e vice-versa. Além disso, focar nas mudanças climáticas permite explorar as interconexões complexas entre diferentes domínios políticos e setoriais. Esta abordagem pode revelar sinergias e *trade-offs* que são cruciais para a formulação de políticas mais eficazes e integradas. Por exemplo, políticas de mitigação climática que promovem a energia renovável (ODS 7) também podem contribuir para a redução da pobreza energética e a criação de empregos verdes (ODS 8), promovendo um desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável (COSCIEME et al., 2023).

Finalmente, ao analisar as mudanças climáticas como um componente central para o desenvolvimento sustentável, esta pesquisa visa contribuir para a construção de um quadro conceitual e prático que possa ser utilizado para avaliar e promover a CPDS, em conjunto com outros indicadores já existentes. Ferramentas de avaliação bem fundamentadas são essenciais para orientar os formuladores de políticas e garantir que as ações em uma área não prejudiquem os progressos em outra, mas sim contribuam para um desenvolvimento holístico e resiliente.

Essa pesquisa é impulsionada por um conjunto de objetivos, cada um voltado para aprofundar a compreensão e o estado da arte da CPDS, suas implicações e possíveis aplicações. Em primeiro lugar, foi procurado observar a sua evolução conceitual. O objetivo principal desta

tese é rastrear a evolução conceitual da CPDS, desde suas origens como coerência de políticas para o desenvolvimento (CPD) até sua manifestação contemporânea como CPDS, com a dimensão da sustentabilidade inserida. Essa evolução é crítica no contexto das preocupações atuais relacionadas às mudanças climáticas. Ao examinar trabalhos publicados antes e depois do surgimento da Agenda 2030, o estudo procura explorar e revelar detalhes sobre as ações relacionadas à CPDS e suas implicações para decisores e partes interessadas. Por meio de uma revisão bibliográfica extensa que abrange mais de 203 artigos científicos, buscamos elucidar os fatores que impulsionam essa evolução e analisar suas implicações para a teoria e prática do desenvolvimento sustentável, dentro do contexto atual de emergência climática.

A análise da literatura sobre um tema específico é crucial para o desenvolvimento de indicadores para tomadores de decisão e outras partes interessadas por várias razões, como a identificação de lacunas no conhecimento, ou para assegurar a relevância e validade das ferramentas já existentes ou a serem criadas. Ao percorrer os artigos levantados, foi observado uma certa desconexão ou até mesmo divergência, tanto na definição da Coerência de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (CPDS) quanto na sua aplicação, conceitual e ferramental. Um dos trabalhos que mais é citado nessa área é o de Nilsson et al. (2012), que identificou a CP (coerência política) como um atributo de políticas que, sistematicamente, reduz os conflitos e promove sinergias entre diferentes esferas políticas a fim de alcançar resultados associados a objetivos definidos de forma coletiva. Essa mesma vertente também é seguida por outros pesquisadores que consideram a CP como central para evitar *trade-offs* e promover sinergias entre as diferentes esferas políticas, mais do que a nível institucional (MUSCAT et al., 2021).

A questão que perdura, não obstante, é sobre a operacionalização e medição desse conceito que ganhou palco de indicador com a Agenda 2030. A CPDS é, portanto, um conceito multidimensional que requer uma abordagem abrangente para sua avaliação Nilsson et al (2012).

Assim como a questão da sustentabilidade em si, uma revisão bibliográfica exige uma abordagem sistêmica que permita uma compreensão contextualizada de um determinado conceito e problema de pesquisa. No capítulo 1 deste estudo, ferramentas do campo da análise de dados, como a Análise de Conceitos Formais (ACF), foram empregadas, para aproveitar essa análise de literatura e a organizar de forma a tirar o máximo de informação conceitual dela. A ACF, desenvolvida na década de 1980, por Rudolf Wille, encontrou aplicações em diversas disciplinas,

oferecendo um arcabouço metodológico para examinar conjuntos de dados extensos (WILLE, 1982). Trata-se de um método para análise de dados, representação do conhecimento e gestão da informação. Inicialmente desenvolvido por um pequeno grupo de pesquisadores na Alemanha, a ACF permaneceu relativamente desconhecida fora desse círculo devido à natureza matemática das publicações iniciais. No entanto, nos anos 2000, a ACF ganhou reconhecimento internacional, encontrando aplicações em diversas áreas como linguística, engenharia de software, psicologia, inteligência artificial e recuperação de informações. Essa mudança de interesse pode ser atribuída a artigos influentes e implementações bem-sucedidas em diferentes domínios, que demonstraram o potencial da ACF para oferecer novos insights e facilitar tipos de análise anteriormente indisponíveis nessas áreas.

Sua capacidade de identificar e visualizar relações entre conjuntos de objetos e seus atributos através da construção de reticulados conceituais atraiu pesquisadores que estavam procurando relatar situações da realidade. Esses reticulados representam conceitos formais—pares de conjuntos de objetos e conjuntos de atributos—que estão intrinsecamente conectados. Os fundamentos matemáticos da ACF e sua capacidade de criar representações visuais claras de dados complexos fazem dela uma ferramenta poderosa para a descoberta de conhecimento e mineração de dados, ainda mais em um contexto complexo e pouco coeso, como o da mudança climática e do desenvolvimento sustentável. Apesar de seu significativo potencial e da crescente comunidade internacional, a ACF ainda é relativamente subutilizada nos Estados Unidos ou na América Latina particularmente entre cientistas da informação (PRISS, 2006).

No contexto desta tese, foi procurado uma ferramenta que permita ler os conjuntos de dados extensos e que traga respostas alinhadas às necessidades deste trabalho. Após diversos testes, foi escolhida a ferramenta *LatViz*, de livre acesso e criada por pesquisadores do *Centre national de la recherche scientifique* CNRS (ALAM; LE; NAPOLI, [s.d.]). A ferramenta *LatViz* facilitou a visualização de conceitos formais associados à CPDS, melhorando assim a interpretação de dados. Essa abordagem inovadora não só possibilitou a investigação de uma vasta gama de dados, mas também permitiu trazer clareza sobre a paisagem em evolução da CPDS no discurso acadêmico, através da criação de um quadro conceitual em 5 níveis hierárquicos. A utilização do banco de dados SCOPUS, conhecido por sua ampla cobertura de pesquisa em ciências sociais, enfatiza o compromisso de aprofundar a compreensão e a medição da CPDS. A abordagem metodológica

inovadora para analisar conceitos na literatura acadêmica permitiu que o quadro conceitual criado seja utilizado no capítulo 3 para avaliação da cobertura da CPDS em documentos oficiais do Brasil, União Europeia (UE) e em documentos transnacionais.

A CPDS engloba tanto conteúdo quanto processo, meio e fim, em metodologias de avaliação de políticas para projetos de desenvolvimento. A sua institucionalização com a Agenda 2030 lhe concedeu um lugar especial com indicador dentro do ODS 17.14. O ODS 17.14 tem como objetivo "Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável". E, como indicador, o 17.14.1 mede o "Número de países com mecanismos em vigor para reforçar a coerência política do desenvolvimento sustentável". Ele enfatiza a necessidade de coerência das políticas como um fator-chave para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável, reconhecendo a interconexão de diversas áreas políticas e a importância da coordenação e integração entre setores e níveis de governança.

No entanto, o consenso sobre sua mensuração permanece elusivo, justamente pela sua natureza multifacetada, apresentando desafios tanto para teóricos quanto para formuladores de políticas. A ambiguidade em torno do papel da CPDS como ferramenta ou conceito sublinha a necessidade de compreender seu papel central e o processo evolutivo que a levou a isso. Em meio a debates sobre se a CPDS deve servir como um meio ou um fim, a tese se esforça para dissecar essa natureza dual, tecendo sua evolução conceitual justaposta com aplicação contextual, no capítulo 2.

Assim, a tese vai além do discurso teórico ao propor estruturas concretas para avaliar a CPDS dentro de documentos oficiais, no capítulo 3, evitando a subjetividade que, muitas vezes, pode acometer pesquisadores e atores engajados. Também, é almejado que novos caminhos para avaliação e monitoramento de projetos sejam criados. Simplificar esse processo de avaliação permitiria mitigar as complexidades inerentes à avaliação da CPDS. Podemos então afirmar, que o segundo objetivo é a aplicação prática e replicável, da CPDS. O intuito é explorar as dimensões práticas da implementação da CPDS por meio do envolvimento com especialistas e profissionais do campo. O envio de um questionário complexo e completo a um público vasto composto por partes interessadas, visa capturar nuances sobre os desafios, oportunidades e melhores práticas associadas à operacionalização da CPDS em contextos do mundo real. o capítulo 2 da tese adentra mais profundamente no domínio da CPDS, explorando percepções e atitudes em relação a esse

conceito emergente entre as partes interessadas no desenvolvimento. Por meio de um questionário elaborado e administrado via plataforma *LimeSurvey*, foram obtidas respostas de mais de 250 participantes, membros observadores da UNFCCC, como academia, setor privado, sociedade civil, setor público etc. Essa inclusão permite uma melhor compreensão da integração de políticas e práticas sustentáveis. Também, no espírito da coerência, é essencial, antes de aplicar o quadro conceitual criado no capítulo 1, se ele contempla as indagações dos primeiros interessados na aplicação de tal quadro. O design estratégico do questionário, que abrange perguntas de múltipla escolha, escala *Likert* e perguntas abertas, permite uma compreensão abrangente das perspectivas dos respondentes sobre a CPDS.

Graças aos dados obtidos, foi possível descobrir elementos que influenciam as percepções dos especialistas e o grau de alinhamento das políticas com os objetivos de desenvolvimento sustentável. A validação do quadro conceitual desenvolvido no primeiro capítulo da tese passa pelo estudo empírico dos resultados desse questionário. O envolvimento de especialistas no domínio do desenvolvimento enriquece o discurso sobre CPDS. Ao aproveitar o conhecimento coletivo e a experiência desses especialistas, o estudo busca informar esforços globais para alcançar a CPDS, promovendo, em última análise, abordagens mais coordenadas e impactantes para o desenvolvimento sustentável.

Por último, após conceitualização e contextualização, buscou-se verificar a aplicação desse novo quadro conceitual. O objetivo do capítulo 3 foi realizar uma análise da implementação da CPDS em três contextos distintos: Brasil, União Europeia (UE) e ao nível transnacional. Ao examinar a coerência entre suas contribuições nacionalmente determinadas (NDCs) e outras estruturas políticas para ação climática, buscamos avaliar o grau em que os princípios da CPDS estão incorporados em estratégias nacionais e contribuem para o alcance de objetivos globais de sustentabilidade e de enfrentamento à crise climática. O capítulo 3 desta tese oferece uma análise abrangente da CPDS, destacando a importância de abordagens integradas e coordenadas para enfrentar desafios globais como mudanças climáticas. São examinados documentos selecionados do Brasil, da União Europeia e fontes transnacionais, aplicando o quadro conceitual para avaliar a CPDS em cinco níveis distintos desenvolvido no capítulo 1.

No contexto brasileiro, os documentos selecionados desempenham um papel fundamental na formulação de estratégias para enfrentar as mudanças climáticas e promover o desenvolvimento

sustentável. Por exemplo, o Relatório Nacional Voluntário do Brasil sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2017 traz o progresso do país em direção aos ODS e destaca desafios e recomendações para avançar. Além disso, documentos como a Taxonomia da Sustentabilidade Brasileira - Plano de Ação 2023 e o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas delineiam estratégias específicas para promover investimentos sustentáveis e gerenciar riscos climáticos de longo prazo. Na União Europeia, os documentos selecionados refletem uma abordagem coesa para o desenvolvimento sustentável, enfatizando iniciativas como o Pacto Ecológico Europeu e a Regulamentação da Taxonomia Sustentável.

Esses documentos fornecem um quadro para promover investimentos sustentáveis, transições justas e neutralidade climática. A análise de documentos transnacionais, como os relatórios do IPCC, o Acordo de Paris e o Primeiro Balanço Global, oferece uma perspectiva global sobre mudanças climáticas e esforços coletivos de combate. Esses documentos desempenham um papel crucial na avaliação do progresso global em relação aos objetivos de adaptação e mitigação climáticos. A avaliação da cobertura da CPDS nesses documentos pelo novo quadro conceitual permite observar o comportamento, em diferentes contextos geográficos, dos tomadores de decisão, desde o discurso básico em torno do desenvolvimento sustentável e mudança climática, até assuntos mais abrangentes e organizacionais, como a coordenação entre os stakeholders. Essa compreensão holística da coerência de políticas em vários níveis geográficos é crucial para alcançar progressos significativos em direção aos objetivos de desenvolvimento sustentável.

É esperado que esse trabalho traga várias contribuições. Primeiro, é claro, que uma compreensão detalhada da evolução conceitual da CPDS, elucidando os fatores que impulsionam sua transformação e seu papel em constante evolução na agenda global de sustentabilidade, possa ser útil. Em seguida, os resultados obtidos pelo questionário são para melhor entender como atender às indagações dos praticantes do desenvolvimento, beneficiando assim uma agenda global, nacional e regional. Também, a análise de documentos oficiais graças ao quadro conceitual, destacando a coerência (ou falta dela) entre políticas nacionais e objetivos globais de sustentabilidade, pode oferecendo recomendações para aprimorar o alinhamento e a eficácia das políticas, revelando níveis específico de melhoria. Por meio dessa abordagem interdisciplinar, rigor metodológico e análise abrangente, o intuito não é apenas contribuir para o discurso acadêmico,

mas também informar políticas e práticas, abrindo caminho para um futuro mais coerente, equitativo e sustentável para as gerações futuras.

O presente trabalho segue essa abordagem interdisciplinar, e, em seu formato, é multifacetado, sendo composto por três capítulos, que foram tecidos para atender à necessidade dos resultados a serem comunicados. Foi adotado um formato híbrido, que consiste na combinação de dois artigos já formados para submissão a periódico científico, e um capítulo que contém elementos para a elaboração de outros artigos. A opção por este arranjo formal se deu pelo fato de que os três artigos que derivarão do capítulo 2 têm em comum vários aspectos, como a apresentação da pesquisa e sua metodologia, os fundamentos teórico-conceituais e a literatura utilizada. Para evitar repetições textuais, portanto, os resultados da pesquisa via questionário aparecem aqui na forma de um texto único.

Assim, o primeiro texto, apresentado sob o formato de um artigo, traça a trajetória conceitual da CPDS dentro do discurso acadêmico, enfatizando seu papel indispensável dentro do marco da agenda 2030. O segundo, escrito em formato de capítulo para transformação, a posteriori, em três artigos distintos, examina percepções e atitudes em relação à CPDS, utilizando insights de partes interessadas dentro de organizações com estatuto de membro observador da UNFCCC. Por ser um questionário complexo que abrange uma quantidade de informações considerável, foi considerado mais interessante manter a apresentação e análise desses resultados dessa forma na presente tese, com três artigos, em desenvolvimento a serem submetidos após a defesa, a saber: um artigo sobre as características e papéis dos participantes e respondentes ao questionário dentro da esfera do desenvolvimento sustentável; um segundo artigo analisando as instituições representadas e suas contribuições para a CPDS, segundo os respondentes, mas também a falta dessas; e, um artigo sintetizando as opiniões dos participantes sobre a CPDS, seu papel para a Agenda 2030 e pontos de melhoria para moldar políticas futuras em direção ao alcance dos ODS até 2030 e um melhor alinhamento nos próximos 5 anos. Por último, o capítulo 3 é apresentado sob a forma de um artigo, trazendo a aplicação rigorosa do quadro conceitual em diversos contextos geográficos.

Dentro do escopo desta tese, foi desenvolvido um glossário abrangente que tem como finalidade nivelar o entendimento de termos e conceitos utilizados na fundamentação e dar clareza ao arcabouço conceitual que é proposto e aplicado, de forma prática, no terceiro capítulo. Este glossário introduz definições dos termos identificados como essenciais no contexto das mudanças

climáticas e do desenvolvimento sustentável. São 66 termos que compõem esse quadro conceitual da CPDS para a mudança climática, mas para o glossário foram mantidos os termos especializados, com significado específico dentro do contexto da tese, e os específicos do contexto, que são termos comuns, mas que se utilizados em outro contexto podem levar outro sentido. O objetivo principal desta iniciativa é assegurar que todos os conceitos-chave utilizados ao longo da pesquisa sejam bem definidos e compreendidos de maneira uniforme, tanto pelos pesquisadores quanto pelos formuladores de políticas e outras partes interessadas (Ver Anexo I).

Para a criação do glossário, foi realizada uma pesquisa na internet para coletar definições, já existentes, de cada termo no contexto das mudanças climáticas e da sustentabilidade. Essa pesquisa incluiu fontes confiáveis e reconhecidas, como publicações científicas, relatórios de organizações internacionais, glossários de entidades governamentais e não governamentais, e outras literaturas relevantes. As fontes foram selecionadas para garantir que as definições refletissem as interpretações mais aceitas e atualizadas na área de estudo.

O glossário está organizado em uma tabela, no Anexo I, que apresenta, para cada termo, as seguintes informações:

- Definição Coletada: A definição encontrada em fontes reconhecidas e relevantes, assegurando a precisão e a atualidade das informações.
- Fonte da Definição: A origem da definição, que pode incluir artigos acadêmicos, relatórios de organizações internacionais (como o IPCC ou a ONU), e outras publicações de referência.
- Definição Pessoal: Uma definição elaborada pela autora da tese, alinhada especificamente com o tema da pesquisa e o novo arcabouço conceitual desenvolvido.

Esta abordagem permite que cada termo seja contextualizado de maneira robusta, oferecendo uma visão abrangente que integra as definições mais aceitas, no contexto deste trabalho, e a interpretação específica proposta nesta tese.

O desenvolvimento do glossário não é apenas uma atividade de organização terminológica, mas também um passo para a construção de um entendimento comum e coerente sobre os conceitos discutidos. No campo do desenvolvimento sustentável e das mudanças climáticas, onde a interdisciplinaridade e a integração de diferentes domínios do conhecimento são essenciais, ter um

conjunto claro e bem definido de termos é crucial. Isso é primordial para a evolução da ferramenta construída. Além disso, a inclusão das definições pessoais no glossário permite alinhar esses termos com os objetivos específicos da pesquisa, fornecendo um referencial teórico e prático que facilita a aplicação do novo arcabouço conceitual. Isso também ajuda a esclarecer como cada termo se relaciona com a CPDS, oferecendo um recurso valioso para a avaliação e implementação de políticas públicas eficazes e integradas. Vale destacar que as definições já existentes foram procuradas em fontes de língua inglesa, já que a pesquisa se baseou em artigos nesta mesma língua.

CAPÍTULO 1

Teias conceituais: Desvendando a Evolução da Coerência Política para o Desenvolvimento Sustentável na Literatura Acadêmica

Resumo:

Este trabalho investiga, através de uma readaptação da aplicação da análise de conceito formal (ACF), a jornada evolutiva do conceito de coerência das políticas para o desenvolvimento (CPD) na literatura acadêmica. Enfatizando a mudança no sentido da coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável (CPDS), o estudo explora as implicações críticas desta evolução, particularmente no contexto atual de questões relativas às mudanças climáticas. Ao empregar a ACF neste domínio, a investigação não só apresenta uma abordagem metodológica pouco utilizada para mineração de texto, mas também traz uma nova ferramenta para avaliação da cobertura da CPDS em documentos de interesse. Esse novo quadro conceitual é fundamental para a CPDS no âmbito da agenda 2030. Tendo como ponto de partida o framework para a CPDS proposto pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), este trabalho visa agregar uma dimensão mais palpável e mensurável a esse conceito que apresenta cada vez mais interesse e foi introduzido até como possível ferramenta, com o ODS 17.14. Neste primeiro capítulo serão analisados os elementos centrais para a questão da CPDS, como foco no desafio da mudança climática, na literatura publicada e indexada na base de dados da SCOPUS, entre 1998, ano do primeiro trabalho identificado, e 2022. O objetivo é contribuir para uma compreensão diferenciada de como estes avanços podem informar e moldar estratégias eficazes para enfrentar os desafios contemporâneos no desenvolvimento sustentável e na ação climática, trazendo dimensões mensuráveis ao conceito já existente.

Palavras-chave: coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável, análise de conceito formal, arcabouço conceitual da coerência política, mudança climática

Abstract:

Through a readaptation of the application of Formal Concept Analysis (FCA), this work investigates the evolutionary journey of the concept of Policy Coherence for Development (PCD) in academic literature. Emphasising the shift towards Policy Coherence for Sustainable

Development (PCSD), the study explores the critical implications of this evolution, particularly in the current climate change issues. By employing FCA, the research not only presents a less commonly used methodological approach for text mining but also introduces a new tool for evaluating the coverage of PCSD in relevant documents. This new conceptual framework is fundamental for PCSD within the scope of the 2030 Agenda. Building upon the framework for PCSD proposed by the Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), this work aims to add a more tangible and measurable dimension to this concept, which is increasingly gaining interest and has even been introduced as a possible tool, with SDG 17.14. In this first chapter, the central elements of PCSD will be analysed, focusing on the challenge of climate change in the literature published and indexed in the SCOPUS database between 1998, the year of the first identified work, and 2022. The objective is to understand how these advancements can inform and shape effective mechanisms to address contemporary challenges in sustainable development and climate action, bringing measurable dimensions to the existing concept.

Keywords: policy coherence for sustainable development, formal concept analysis, conceptual framework, climate change

1. Introdução

A forma com a qual olhamos para o mundo indicará os caminhos pelos quais deixaremos as nossas pegadas como atores deste. O olhar do pesquisador necessita de um treinamento interdisciplinar. Com este, ele terá em mãos os instrumentos que lhe permitirão caminhar na direção que mais se adequa à sua busca neste vasto mundo da ciência. Para o presente trabalho, não foi diferente. A partir de questionamentos sobre a eficácia da ajuda internacional para o desenvolvimento, até a pesquisa sobre assimetria de poderes e reciprocidade diplomática, chegou-se finalmente ao aprofundamento de saberes sobre a utilização e aplicação da CPDS na esfera do desenvolvimento sustentável. A CPDS refere-se ao alinhamento e integração de políticas em vários setores e níveis de governança para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) de forma eficaz e eficiente. Este conceito reconhece que as políticas numa área podem ter impactos, positivos ou negativos, em outras áreas e que estas interligações precisam ser consideradas para evitar conflitos e maximizar sinergias.

Assim como a questão da sustentabilidade, uma revisão de literatura requer um pensamento sistêmico que permita uma visualização ancorada no tempo e contexto de um determinado conceito e problema central de uma pesquisa. Para este estudo, serão utilizadas ferramentas da área de análise de dados como o método *Formal Concept Analysis*, ou Análise de Conceitos Formais (ACF) em português, que desde a década de 80 vem sendo aplicado em medicina, psicologia, antropologia, matemática e outras áreas (GANTER; WILLE, 1999; ROCCO; HERNANDEZ-PERDOMO; MUN, 2020). Para o atual trabalho, esse método traz os benefícios da investigação de uma base de dados extensa, além de permitir, graças ao uso da ferramenta *LatViz*, uma visualização dos conceitos formais identificados em torno da CPDS que facilita a interpretação desses dados. Na parte da metodologia, uma demonstração da possibilidade de criação de diversos cenários será apresentada. A metodologia, para a parte da aplicação da ACF foi inspirada no trabalho do Poelmans et al. onde os autores procuram estudar o conhecimento em torno da ACF utilizando das capacidades de visualização dessa mesma para uma revisão de literatura (POELMANS et al., 2010)

Este trabalho propõe uma análise da evolução do conceito de Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (CPD) na literatura acadêmica, focando na transformação que teve em direção à Coerência das Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (CPDS). É importante levar em consideração essa evolução, especialmente diante das atuais preocupações com as mudanças climáticas. Para isso, uma das dimensões analisadas na literatura será nos trabalhos publicados antes e depois da Agenda 2030. Assim, essa abordagem metodológica não é so inovadora para a mineração de texto, mas também destaca o papel fundamental da CPDS como ferramenta e estrutura conceitual na era dos ODS. O objetivo é fornecer uma compreensão diferenciada das ações que gravitam em torno do conceito e como essas podem informar os tomadores de decisão e outros agentes interessados.

A utilização da base de dados da SCOPUS foi escolhida pela sua ampla cobertura de trabalhos científicos em ciências sociais. Assim, o capítulo 1 visa contribuir para uma compreensão mais aprofundada e mensurável da CPDS, fornecendo insights para o desenvolvimento sustentável e estratégias de ação climática, ao mesmo tempo em que oferece uma abordagem metodológica inovadora para a análise de conceitos na literatura acadêmica.

Na busca dos objetivos de desenvolvimento sustentável e da governança global eficaz, o panorama conceitual da CPD sofreu uma evolução notável ao longo dos anos (HÄBEL; HAKALA, 2021; ZEIGERMANN, 2020). A mudança no sentido da CPDS significa um ponto de inflexão crucial, necessitando de uma análise abrangente da sua evolução no discurso acadêmico. Para isso, uma dimensão considerada na análise dos trabalhos levantados é a utilização, pelos autores, do conceito como CPD, CPDS ou os dois.

O imperativo contemporâneo de lidar com as questões das mudanças climáticas amplifica a importância desta evolução. Com consequências de longo alcance, essas mudanças sublinham a urgência de quadros políticos coerentes e integrados (ABAZAJ, 2015; AHMED et al., 2022; ENGLAND et al., 2018a; MAKKONEN et al., 2015). À medida que as nações se esforçam por alinhar os seus objetivos de desenvolvimento com a sustentabilidade ambiental, a relevância da CPDS como ferramenta e quadro conceitual torna-se cada vez mais fundamental (MBANDA; FOURIE, 2020a; ORBIE; BABARINDE, 2008).

Tendo como ancora a Agenda 2030, que estabelece metas ambiciosas para o desenvolvimento sustentável, este estudo retrata o estado da arte da CPDS, que pretende abranger os desafios multifacetados colocados pelas mudanças climáticas, mas também os objetivos mais amplos de desenvolvimento equitativo e inclusivo, procurando assim reforçar as sinergias entre diferentes níveis de governança e evitar os *trade-offs*. Assim, este trabalho não apenas se insere no debate acadêmico contemporâneo, mas também busca fornecer uma contribuição para a compreensão e implementação efetiva da Agenda 2030, alinhando-se especificamente ao Objetivo 17.14.

A CPDS abrange tanto o conteúdo quanto o processo na metodologia de avaliação de políticas públicas e de projetos para o desenvolvimento, hoje em dia. Não obstante, a sua metodologia não se encontra em um ponto tal que se tenha um consenso, seja para os seus teóricos ou os tomadores de decisão o usando como pilotes das suas ações. A CPDS se tornou uma utopia para alguns autores, mas continua central por ser parte integrante da Agenda 2030 e do Acordo de Paris (KIVIMAA; SIVONEN, 2021). Assim, é essencial entender esse papel importante dado a CPDS e o processo que o levou a isso. Em 2010, os ganhadores do Prêmio Nobel, Amartya Sen, Joseph Stiglitz e Jean-Paul Fitoussi apontaram que “o que medimos impacta o que fazemos” e ainda que temos tendência a confundir os objetivos e os meios (*Mismeasuring Our Lives*, 2011).

Este problema apontado por eles poderia muito bem se referir à CPDS, desde que não há um consenso sobre se devemos usar a CPDS para discursos políticos ou como para avaliar resultados políticos, medindo as incoerências, ou para desenhar futuras coerências com base em uma análise de situações atuais (ADELLE; JORDAN, 2014; ADELLE; RUSSEL, 2013; JORDAN; LENSCHOW, 2010).

Por se tratar ao mesmo tempo de uma ferramenta e de um conceito, este trabalho vai tratar de entender essas duas vertentes: a conceitual, em paralelo à sua evolução contextual, para enfim, avaliar a sua implementação pelos atores envolvidos na operacionalização das estratégias de desenvolvimento do desenvolvimento. Por meio de uma leitura crítica e sistemática da literatura sobre a CPDS, este trabalho pretende encontrar uma forma de moldar o discurso político, de forma a facilitar a análise da CPDS em documentos oficiais, tanto para países em desenvolvimento, quanto para os já desenvolvidos. Por mais que o ODS 17.14 busque aumentar a coerência política, ele propõe uma metodologia com um indicador, onde é considerado o número de países a terem mecanismos para aumentar a CPDS para indicar a presença da mesma. Mais uma vez, fica difícil entender se a CPDS deveria ser um meio ou um fim nessa situação.

Na metodologia proposta pelo PNUMA, os seus componentes centrais considerados, a saber, o aspecto multisetorial, participativo e institucional, têm grande interesse para a CPDS, mas parecem de difícil alcance para países com instituições enfraquecidas. Além disso, por mais que a metodologia ofereça 8 áreas de mecanismos a serem institucionalizados para aumentar a CPDS, alguns desses mecanismos tratam a CPDS como meio também, como no ponto 7, “*Monitoring and evaluation framework for policy coherence for sustainable development*”. Essas 8 dimensões aparecem também na nossa análise dos textos levantados e inseridos na tabela binária do Excel. (Figura 1.1) Não obstante, o objetivo desse trabalho é sair do subjetivo e oferecer uma forma mais concreta e menos custosa para avaliar a CPDS, como framework conceitual dentro dos documentos oficiais e não como um resultado, já que esse amalgama parece ter dificultado cada vez mais a tarefa da avaliação da CPDS (SCOBIE, 2016).

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W		
1	ID	horizontal	vertical	internal	external	transnatio	institution	participat	normative	climate re	before	Agenc	after	Agend	local	national	regional	internatio	multisectr	multiactoi	PCD	PCSD	assessing	assess or c	Nexus app
110	D 109	x		x	x				x					x			x	x	x						x
111	D 110	x		x						x				x			x	x	x	x				x	x
112	D 111			X	X					x				X				x	x	x			x		
113	D 112	x		x	x				x					x			x	x	x				x		
114	D 113	x		x	x					x				x				x	x	x					x
115	D 114	x		x						x				x			x	x							x
116	D 115	x		x					x					x				x	x	x				x	
117	D 116	x		x	x					x				x				x	x	x					x
118	D 117	X		x					x					x				x	x	x					x
119	D 118	x		x	x				x					x			x	x	x						x
120	D 119	x		x	x					x				x				x	x	x					x
121	D 120									x				x				x	x						x
122	D 121	x		x										x				x	x	x				x	x
123	D 122	x								x				x					x	x				x	
124	D 123	x		x	x									x				x	x	x					x
125	D 124	x								x				x				x	x	x					x
126	D 125	x								x				x				x	x	x				x	x
127	D 126	x												x				x	x	x				x	
128	D 127													x				x	x	x				x	x
129	D 128			x						x				x					x	x				x	x
130	D 129	x		x										x				x	x	x				x	x

Figura 1.1 Trecho da tabela binária no Excel contendo os objetos, atributos e suas relações

Fonte: Elaboração própria a partir da análise da literatura

A CPDS, pela sua centralidade no Acordo de Paris e nos ODS, traz uma multidimensionalidade que requer muita atenção na hora de tentar entender o seu contexto e a sua função (NSHIMBI, 2019b). De fato, a sua definição que foi institucionalizada pela OCDE traz consigo uma evolução conceitual, que foi de Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (CPD) ganhando, junto com os acordos internacionais, o adjetivo Sustentável formando assim a CPDS. Veremos, ao longo da análise da literatura, como foi se concretizando essa transformação. Para este trabalho, é importante mencionarmos que a sua atual forma foca na maximização de sinergias, evitando assim os possíveis *trade-offs* entre objetivos que possam ser contraditórios no alcance do desenvolvimento sustentável, de forma geral. De fato, o framework que mais ganhou consistência foi o da OCDE que define a CPDS como "uma abordagem para integrar as dimensões do desenvolvimento sustentável em toda a elaboração de políticas nacionais e internacionais. Seus objetivos no contexto da Agenda 2030 é avançar na implementação integrada da Agenda 2030 por meio de: (i) Promoção de sinergias e maximização de benefícios em todos os aspectos econômicos, sociais e ambientais; (ii) Equilibrar os objetivos da política interna com objetivos sustentáveis internacionalmente reconhecido, os ODS; e (iii) Abordar os impactos transfronteiriços e de longo prazo das políticas, incluindo aqueles que possam afetar os países em desenvolvimento". Ela também define a Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (CPD) como: "um princípio da política de Desenvolvimento Internacional que visa ter em conta os objetivos da cooperação para o desenvolvimento nas políticas externas e internas em áreas que possam afetar os países em desenvolvimento." (OECD, 2019)

A CPD foi introduzida pela primeira vez no direito da União Europeia (UE) pelo Tratado de Maastricht (1992) e reforçada pelo Tratado de Lisboa (2009). Foi reiterado no novo Consenso

Europeu sobre o Desenvolvimento (2017). Com base na Agenda 2030, o Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento reafirmou o compromisso da UE com a CPD(S) e reconheceu-a como um elemento crucial da estratégia para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos países parceiros. O Consenso prevê que a CPD(S) seja aplicada em todas as políticas e em todos os domínios abrangidos pela Agenda 2030.

Assim, a União Europeia enfatiza a coerência política como "o alinhamento das políticas nacionais e internacionais com os objetivos globais de desenvolvimento sustentável". No geral, estas definições destacam a importância da coordenação, integração e alinhamento de políticas em vários sectores e níveis de governança para garantir que os setores trabalhem em conjunto para promover os objetivos de desenvolvimento sustentável. A CPDS é caracterizada pela necessidade de esforços comuns pelos atores, em todos os níveis da tomada de decisão, a fim de garantir que os processos de coordenação entre as suas ações são legítimas e com resultados efetivos. Assim, com base nessas dimensões, montaremos a estrutura de análise para o escopo da base de dados da literatura sobre a CPDS.

Os próximos dois capítulos desta pesquisa se desdobrarão como estágios subsequentes deste processo investigativo. O capítulo 2 envolverá uma análise aprofundada das respostas obtidas por meio de um questionário aplicado no *LimeSurvey*, direcionado a especialistas e profissionais da área. Este levantamento permitirá uma compreensão mais abrangente e contextualizada das percepções e interpretações da CPDS por parte dos experts, adicionando uma camada valiosa de perspectivas práticas à nossa análise teórica.

No capítulo 3, nosso objetivo será integrar os resultados obtidos nos dois primeiros capítulos, unindo as reflexões teóricas derivadas da Análise de Conceito Formal (ACF) com as percepções práticas coletadas por meio do questionário. Assim, o resultado no final deste item será utilizado na análise que o capítulo 3 trará da coerência entre as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) do Brasil e da União Europeia e as suas respectivas políticas em torno de questões para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Desta forma, almejamos não apenas compreender a evolução conceitual, mas também contextualizar a CPDS no cenário brasileiro, conectando-a às metas e compromissos globais propostos pela Agenda 2030.

2. Metodologia

O presente trabalho tem como objetivo uma revisão da literatura que possa encontrar um centro comum entre as produções acadêmicas já publicadas sobre a CPDS ao longo dos últimos 25 anos. Esse objetivo veio se desenhando ao longo da pesquisa de campo que revelou um panorama desconexo, por se tratar de uma linha de abordagem recente. Para este feito, a extensão de informações que uma revisão traz depende das ferramentas aplicadas. Essa análise será qualitativa, assim como quantitativa, com o uso de matrizes de ocorrência a partir de análise de texto.

A Análise de Conceito Formal (ACF), ou *Formal Concept Analysis* (FCA) em inglês, é uma técnica de análise de dados que se baseia em fundamentos matemáticos para explorar relações entre conjuntos de objetos e atributos. Desenvolvida por Rudolf Wille na década de 1980, a ACF é frequentemente utilizada em mineração de dados, recuperação de informação, inteligência artificial e organização de conhecimento. O uso do método ACF foi escolhido por ter demonstrado eficácia em estudos multidisciplinares e por permitir essa análise quali-quantitativa (SÉRGIO M. DIAS¹ & NEWTON J. VIEIRA¹, 2011). A ACF, na mineração de texto, permite explorar a literatura e a estrutura de dados obtidos e criar correlações e implicações do conjunto de dados segundo as problemáticas postas. Essa metodologia permite revelar padrões e relações em conjuntos de dados extensos e é particularmente adequada para uma análise conceitual.

A base de dados utilizada nesta análise compreende a literatura acadêmica indexada na SCOPUS, no período de 1998 a 2022, abrangendo a trajetória da Coerência Política para o Desenvolvimento. A ACF permitirá a identificação e classificação de conceitos formais, revelando as relações das diferentes características identificadas e a evolução dessas ao longo do tempo. Essa abordagem sistemática oferecerá uma visualização clara da criação de conhecimento em torno do conceito de CPDS e sua estrutura, proporcionando uma compreensão aprofundada das mudanças no campo.

Além disso, a análise de conteúdo é incorporada ao processo, proporcionando uma compreensão mais contextualizada e qualitativa dos temas emergentes. A combinação desses métodos oferece uma abordagem holística que integra a precisão matemática da ACF com a interpretação qualitativa da análise de conteúdo.

Quanto às ferramentas utilizadas, destacam-se o LatViz e o Atlas.ti. O LatViz é empregado para visualizar a evolução temporal dos conceitos, oferecendo representações gráficas claras e interpretáveis das mudanças conceituais ao longo do período analisado. O Atlas.ti, por sua vez, é uma ferramenta crucial na análise de conteúdo, proporcionando uma estrutura organizada para categorização e interpretação qualitativa dos dados. Essa abordagem programática permite uma adaptação eficaz às necessidades específicas da pesquisa, garantindo a eficiência na manipulação de grandes volumes de dados.

Essas metodologias e ferramentas, combinadas, formam uma abordagem robusta e interdisciplinar que não apenas explora as nuances da evolução conceitual da CPDS, mas também integra uma compreensão mais ampla e contextualizada por meio da análise de conteúdo, proporcionando uma visão abrangente e aprofundada do tema.

Para melhor entender o processo de pesquisa e estudos que foi desenvolvido ao longo dos últimos anos, essa parte da metodologia será dividida em 3 subpartes explanatórias. A primeira traz luz sobre a ACF, a segunda sobre o uso da ferramenta desenvolvida pelo *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) Loria, LatViz, e a terceira sobre a aplicação desses resultados no Atlas.Ti. Essa divisão permite ter noção do processo de pesquisa que foi desenvolvido e seguido para a criação da ferramenta de análise a ser apresentada no final desse trabalho. O intuito dessa ferramenta será analisar os documentos oficiais do capítulo 3.

Esse desenvolvimento foi feito com base em um exemplo dos passos que foram seguidos para a análise, a fim de evitar que este capítulo fique longa demais e para não haver repetições. A “amostra” será representativa do todo o trabalho que foi feito para chegar-se ao resultado.

Mas antes de desenvolvermos essas 3 subpartes, será explicada a escolha da base de dados utilizada para a análise.

2.1 A base da dados

A base de dados SCOPUS foi utilizada para realizar a coleta de literatura relacionada ao tema "*policy coherence for sustainable development*", coerências das políticas para o desenvolvimento sustentável.

Ao receber alertas do Google Scholar desde o primeiro semestre de 2019 e coletar trabalhos que abordam especificamente os termos-chave "*policy coherence for sustainable development*", foi também construindo um conjunto de dados relevante e atualizado. Além disso, a aplicação de uma consulta booleana ampla, como a busca por "*policy coherence*" (no título, resumo e palavras-chave) e "*sustainable development*" em todo o corpo dos artigos, amplia ainda mais a variedade de perspectivas e abordagens neste estudo.

Essa estratégia de busca bem definida e contínua permitiu obter uma visão abrangente da literatura disponível sobre o tema, abordando diferentes aspectos da CPDS. Isso contribuiu significativamente para a robustez e a riqueza dessa revisão. O método utilizado, com base na indexação da base de dados SCOPUS e na aplicação de buscas específicas, é particularmente relevante e robusto no contexto da pesquisa sobre Coerência das Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (CPDS) por várias razões:

Abrangência e Atualização Constante:

A utilização de alertas desde o primeiro semestre de 2019, aliada à busca booleana específica, assegura uma cobertura abrangente da literatura relevante. Essa continuidade e complementaridade com alertas garantiu a autenticidade e atualidade das últimas publicações, mantendo o conjunto de dados relevante e contemporâneo.

Especificidade na Busca:

A consulta booleana específica, focada em termos-chave como "*policy coherence*" e "*sustainable development*", direciona a busca para trabalhos diretamente relacionados ao tema dessa pesquisa. Isso minimizou a inclusão de publicações não relevantes, concentrando-se nas que abordam a coerência política no contexto do desenvolvimento sustentável. Como mencionado na introdução, o foco na CPDS em relação ao desafio das mudanças climáticas é, por si só, uma problemática dinâmica, que requer da pesquisa essa mesma visão.

Utilização da Base de Dados SCOPUS:

A escolha da SCOPUS é estratégica, pois é uma base de dados abrangente que indexa uma variedade de disciplinas acadêmicas especialmente de publicações em ciências sociais. Isso permitiu trazer uma visão multidisciplinar da CPDS, considerando diferentes perspectivas e contribuições de diversos campos, como economia, ciências ambientais ou sociais e outras áreas. A seguir a pesquisa booleana final para levantamento dos artigos no dia 13 de outubro de 2022:

```
TITLE-ABS-KEY("policy coherence") AND "policy coherence" AND "sustainable development"
AND ( LIMIT-TO ( SUBJAREA,"SOCI" ) OR LIMIT-TO ( SUBJAREA,"ENVI" ) OR LIMIT-TO
(SUBJAREA,"ENER" ) OR LIMIT-TO ( SUBJAREA,"AGRI" ) OR LIMIT-TO (
SUBJAREA,"ECON" ) OR LIMIT-TO ( SUBJAREA,"BUSI" ) OR LIMIT-TO (
SUBJAREA,"ENGI" ) OR LIMIT-TO (SUBJAREA,"EART" ) OR LIMIT-TO (
SUBJAREA,"ARTS" ) OR LIMIT-TO ( SUBJAREA,"COMP" ) OR LIMIT-TO (
SUBJAREA,"NURS" ) OR LIMIT-TO ( SUBJAREA,"BIOC" ) OR LIMIT-TO (
SUBJAREA,"HEAL" ) OR LIMIT-TO ( SUBJAREA,"DECI" ) OR LIMIT-TO (
SUBJAREA,"PSYC" ) OR LIMIT-TO ( SUBJAREA,"CENG" ) OR LIMIT-TO (
SUBJAREA,"IMMU" ) OR LIMIT-TO ( SUBJAREA,"MULT" ) OR LIMIT-TO (
SUBJAREA,"MATE" ) OR LIMIT-TO ( SUBJAREA,"MATH" ) OR LIMIT-TO (
SUBJAREA,"NEUR" ) OR LIMIT-TO ( SUBJAREA,"PHAR" )
```

Em resumo, esse método não apenas oferece uma cobertura abrangente da literatura disponível, mas também fornece uma base sólida para a análise crítica da evolução dos conceitos e debates em torno da Coerência das Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. Essa abordagem estruturada contribui para a robustez e relevância dessa revisão de literatura, com objetivo de criação de uma ferramenta de análise, construída com base em uma metodologia própria com princípios FAIR (F: *findable* – localizável, A: *accessible* – acessível, I: *interoperable* – interoperável e R: *reusable* – reutilizável)., para uso de monitoramento de presença das dimensões da CPDS em documentos de interesse dos tomadores de decisão ou outros agentes envolvidos.

Uma vez que os artigos eram levantados na SCOPUS ou após alerta no email, eles eram introduzidos no *Zotero*. Ali, foi realizada a primeira leitura, que consistiu em se familiarizar com o título, abstrato, palavras-chave e conclusão. Depois dessa primeira leitura, foi feita uma primeira triagem que fez com que o levantamento de 470 artigos chegasse a 204 artigos. Esses 204 artigos, foram então transferidos para o software *Atlas.ti*, onde a leitura completa desses permitiu uma segunda triagem, chegando-se assim a 153 artigos. Nessa leitura, foi já aproveitado o software para inserir codificações indicando a presença das dimensões escolhidas para caracterizar os objetos de

estudo, a saber os artigos. Essa codificação foi então utilizada para a criação da planilha binária no *Excel* que foi utilizada no software *LatViz* para a visualização dos contextos e conceitos formais, sob a lupa da abordagem ACF.

2.2 Pilares da Análise de Conceito Formal

Para melhor entender a escolha da ACF, serão aqui apresentadas as estruturas que compõem essa ferramenta, explicando o seu interesse e funcionamento para uma mineração de texto dentro de uma análise de literatura, evitando assim fazer mais do mesmo.

A ACF apresenta 3 componentes essenciais para o seu bom desempenho:

Os objetos

São elementos ou entidades de um conjunto. Na análise de texto, por exemplo, objetos podem ser documentos, palavras ou frases. No caso do atual trabalho, os objetos são os artigos identificados na base de dados. Eles foram identificados com D1, D2, ..., D153. Essa identificação facilita à localização dos objetos nas árvores de conceitos e contextos formais criados pela ferramenta *LatViz* apresentada abaixo.

Os atributos

São características que podem ser associadas aos objetos. Em análise de texto, atributos podem ser termos, tópicos ou qualquer outra propriedade relevante. No caso deste trabalho, as características que foram separadas para a análise dos objetos foram as seguintes: dimensão horizontal, vertical, interna, externa, transnacional, institucional, participativa, normativa, relacionado à desafios climáticos, antes da Agenda 2030, depois da Agenda 2030, local, nacional, regional, internacional, multisetorial, multiatores, CPD (caso os autores usem esse conceito) ou CPDS (caso seja usado sob esse formato), monitorar incoerências, monitorar e desenho de coerências, análise com abordagem Nexus. Assim, na leitura completa dos artigos, foi procurado

identificar quais dessas dimensões estavam presentes e, caso positivo, a tabela binária do Excel foi preenchida com x.

A escolha desses atributos foi feita com base nas leituras dos artigos identificados na base de dados e nas definições mais comuns de coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável no âmbito institucional e acadêmico, mencionadas acima na introdução. Os motivos da escolha serão explicados individualmente na parte da discussão.

As relações formais

A ACF explora relações formais entre objetos e atributos. A relação fundamental é chamada de "conceito formal", que é a conexão entre um conjunto de objetos e um conjunto de atributos de tal forma que cada objeto possui todos os atributos, e cada atributo se aplica a todos os objetos. Por exemplo, no caso do atual trabalho, um contexto formal identificado pode ser os artigos que tratam da CPDS e usa as dimensões horizontal e vertical (Figura 1.2 e 1.3). Essa intersecção traz automaticamente, no primeiro nível, as dimensões “*After Agenda 2030*”, “*PCSD*” e “*multiactors*”. Essa abordagem permite ter imagens hierárquicas de como gravitam todos os outros atributos em torno desse contexto formal, criando assim diversos conceitos. Esse método, como vai ser detalhado na parte de discussão, vai permitir usar esses resultados para identificar a importância de cada um desses atributos na análise da CPDS no contexto de mudanças climáticas e tentar implementar uma ferramenta que monitore em documentos oficiais a presença desse tópico e a dimensão com a qual está sendo tratado.

Context: Number of objects: 153, Number of attributes: 22
 Number of nodes: 23 Number of arcs: 44

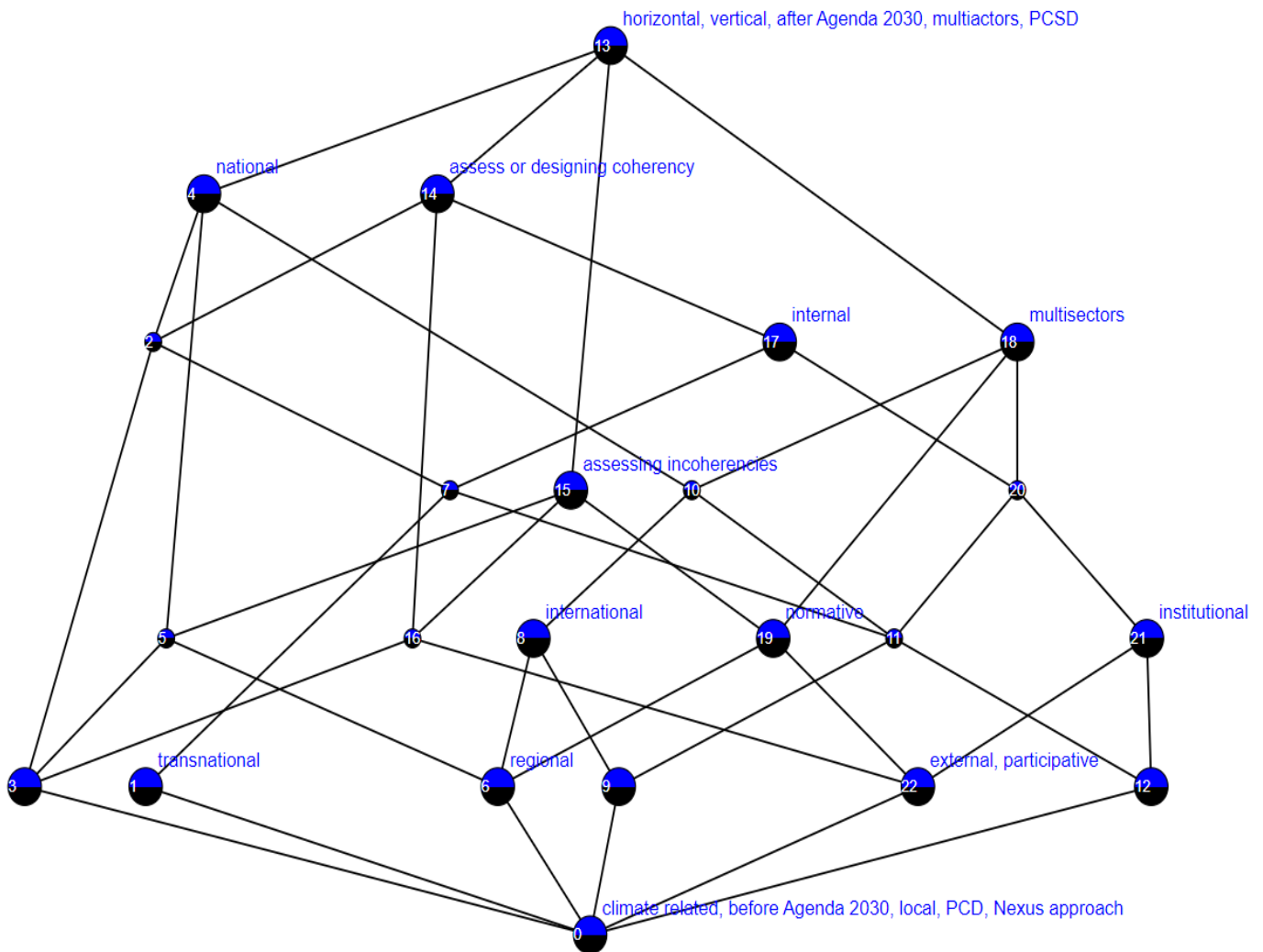


Figura 1.2 Exemplo de contexto formal possível a partir da nossa base de dados
 Fonte: Elaboração própria com o software LatViz

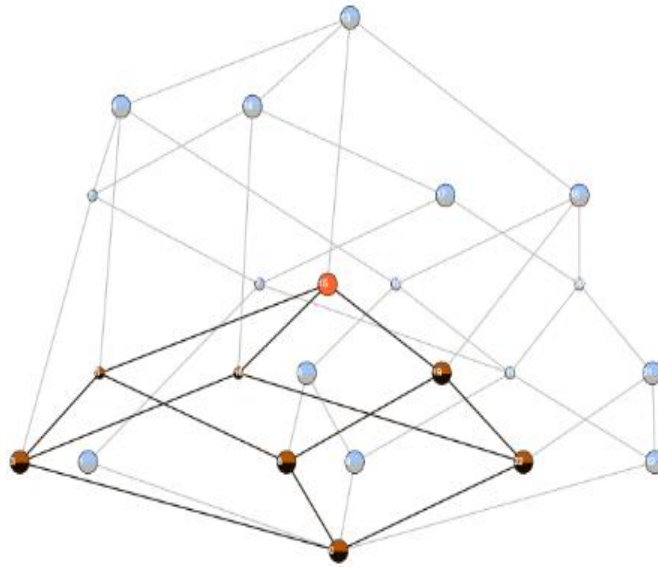


Figura 1.3 Exemplo de contexto formal possível a partir da nossa base de dados
 Fonte: Elaboração própria com o software LatViz

Uma vez que esses 3 elementos foram definidos, podemos ir para a sua implementação. Inicialmente, é importante se atentar às formas de juntar as informações necessárias, a fim de facilitar a leitura das relações e para obter retornos que respondam às perguntas da pesquisa.

2.3 Aplicação

A construção da tabela no Excel

Os objetos e atributos são organizados em uma tabela de contexto binário, onde a presença (x) ou ausência (vazio) dos atributos em cada objeto é indicada, como foi mencionado acima. Essa forma de construção foi escolhida para facilitar a leitura da tabela pelas ferramentas LatViz e Atlas.ti. Esses atributos são referentes às dimensões consideradas importantes para a CPDS. O Excel foi formado ao longo das leituras dos 204 artigos identificados após pesquisa no SCOPUS e outros textos considerados importantes pela autora. As linhas correspondem aos artigos que foram guardados para o estudo e as colunas, aos atributos.

A identificação de Conceitos Formais

Com base na tabela de contexto, inserida no site da LatViz, a ACF identifica os conjuntos de objetos e atributos que formam conceitos formais. Um conceito formal é uma relação entre objetos e atributos onde todos os objetos possuem os atributos separados, e todos os atributos se aplicam aos objetos.

O Contexto Formal

Os resultados da análise podem ser visualizados através de diagramas de contexto formal, representando graficamente as relações entre os conjuntos de objetos e atributos. Assim, o conceito formal seria um zoom dentro dos contextos formais identificados e considerados interessantes para a atual pesquisa.

2.3.1 Aplicação no Atlas.Ti

Nesta etapa, a introdução dos documentos no software Atlas.Ti permitiu agrupar os documentos pelos atributos atrelados a cada um deles (Figura 1.4). Ao longo da leitura, os documentos foram codificados e assim separados pelas 22 categorias representativas dos atributos, a saber “after Agenda 2030”, “climate related”, “Nexus Approach”, etc.

The screenshot displays the Atlas.Ti software interface. On the left, the 'Explorador' (Explorer) pane shows a tree view of documents and their sections. The main window displays a list of documents with columns for ID, Nome, Tipo de Mídia, Localização, and Grupos. A bar chart titled 'Distribuição de código entre documentos' (Distribution of code between documents) is visible in the bottom right, showing the count for various codes: Horizontalidade (21), Policy coherence (30), and Sustainable dev (1).

Grupos de Documento	ID	Nome	Tipo de Mídia	Localização	Grupos
after A...	D 71	dpr.12280	PDF	Biblioteca	[after A...
assess...	D 72	dpr.12529	PDF	Biblioteca	[after A...
assessing i...	D 73	DPR_DPR12589	PDF	Biblioteca	[after A...
before Ag...	D 74	EDI-08-2020-0253	PDF	Biblioteca	[after A...
climate rel...	D 75	EERR2017011	PDF	Biblioteca	[after A...
external:x	D 76	eet.1819	PDF	Biblioteca	[assess c...
horizont...	D 77	eet.1962	PDF	Biblioteca	[after A...
Imported su...	D 78	ejdr.2015.75	PDF	Biblioteca	[assess c...
institution...	D 79	ejdr.2015.78	PDF	Biblioteca	[assess c...
internal:x	D 80	Env Pol Gov - 2019...	PDF	Biblioteca	[after A...
internation...	D 81	Env Pol Gov - 2021...	PDF	Biblioteca	[after A...
local:x	D 82	Env Pol Gov - 2022...	PDF	Biblioteca	[after A...
multiac...					
multise...					
national:x					
Nexus appr...					
normative:x					
participati...					
PCD:x					

Figura 1.4 Documentos e codificação desses no Atlas.ti
Fonte: Elaboração própria

Na imagem abaixo, pode ser constatada a contagem final por grupos de documentos. Vale ressaltar que os objetos de estudo, os documentos, estão presentes em múltiplas categorias ao mesmo tempo.



Figura 1.5 Grupos de documentos por atributos no Atlas.ti
Fonte: Elaboração própria

Uma vez que essa categorização foi finalizada e os dados inseridos no Excel ao longo da pesquisa, esses resultados, sob o formato da tabela binária, apresentada na Figura 1.5 na introdução, foi lançado no LatViz.

O Atlas.Ti foi também utilizado no momento da criação das nuvens de palavras, após tratamento dos dados no LatViz.

2.3.2 A aplicação no LatViz

O LatViz, acessível através de <http://latviz.loria.fr/latviz/>, destaca-se como uma ferramenta altamente interativa com funcionalidades distintas projetadas para uma análise abrangente de bases de dados extensas (Figura 1.6). Uma de suas principais vantagens reside em sua habilidade de lidar com filtragem do *lattice* (reticulado) conceitual e implicações, facilitando assim uma análise robusta de dados. O LatViz oferece recursos exclusivos, como a anotação do reticulado e a exibição

em níveis do contexto formal. Por mais que esses recursos não serão utilizados durante a atual pesquisa, é importante destacar essas especificidades, para caso futuros autores desejem conhecer e se aprofundarem no uso desta ferramenta.

Um aspecto essencial da funcionalidade do LatViz é sua capacidade de retratar a herança de atributos e objetos dentro de um reticulado conceitual. Quando um atributo é introduzido em um conceito, ele se propaga de cima para baixo no contexto formal, enquanto objetos introduzidos herdam atributos de baixo para cima. Esse mecanismo de herança é crucial para compreender as relações e hierarquias presentes nos dados. Essa dimensão do software será utilizada amplamente para entender as relações entre os diferentes atributos identificados e para decidir sobre a melhor forma de representar o estudo de caso para a atual pesquisa.

	horizontal	vertical	interna	externa	transnacional	institucional	participativa	normativa	climática	before Age	after Age	local	nacional	regional	internacional	multissetor	multifactor	PCD	PCSD	assessment	assessment	Nexus
D78										X				X	X	X	X	X			X	
D79			X	X						X				X		X	X	X				X
D80	X	X									X					X	X					X
D81										X					X	X	X	X				X
D82										X				X		X	X	X				X
D83										X				X		X	X			X	X	X
D84	X	X								X			X			X	X			X	X	X
D85	X	X					X	X			X					X	X			X	X	
D86										X			X			X	X					X
D87		X								X				X		X	X					X
D88	X	X							X	X												X
D89										X				X		X	X					X
D90			X	X						X			X				X					X
D91										X			X			X	X		X			X
D92	X	X								X			X			X	X					X

Figura 1.6 Trecho da Tabela do Contexto Formal completo no LatViz

Fonte: Elaboração própria com o software LatViz

3. Resultados

3.1 Construção da Estrutura Conceitual

O contexto formal a seguir, produzido usando o LatViz, apresentado na Diagrama 3, é o início do processo de pesquisa após leitura para chegarmos ao resultado almejado. Essa visualização depende de três componentes essenciais para a interpretação: vértices, arestas e rótulos. Os círculos representam conceitos dentro desse contexto, ou contexto formal, que no nosso

caso foi formado a partir da junção de todos os objetos que apresentam os atributos “Após Agenda 2030” e “Mudança Climática” (em inglês, *After Agenda 2030* e *Climate Related*). As linhas denotam a ordenação subconceito-superconceito, com um subconceito posicionado abaixo de seu respectivo superconceito. Os rótulos permitem a identificação dos atributos compartilhados por diferentes objetos ou dos objetos compartilhando atributos comuns, facilitando a compreensão detalhada da estrutura dos dados. A posição de cima pra baixo, ou o arranjo, enfatiza as relações hierárquicas entre os conceitos, podendo ser verificado pelos dados “*support*” (número de objetos que suportam o conceito) e “*stability*” (com maior a estabilidade, maior a relevância dos objetos, aqui artigos).

Para elucidar ainda mais a construção e interpretação desse contexto formal, apresentamos o diagrama completo da relação “climate related” e “after 2030 Agenda”, lançando luz sobre as relações intrincadas e as implicações dessas para a análise da CPDS (Figura 1.7).

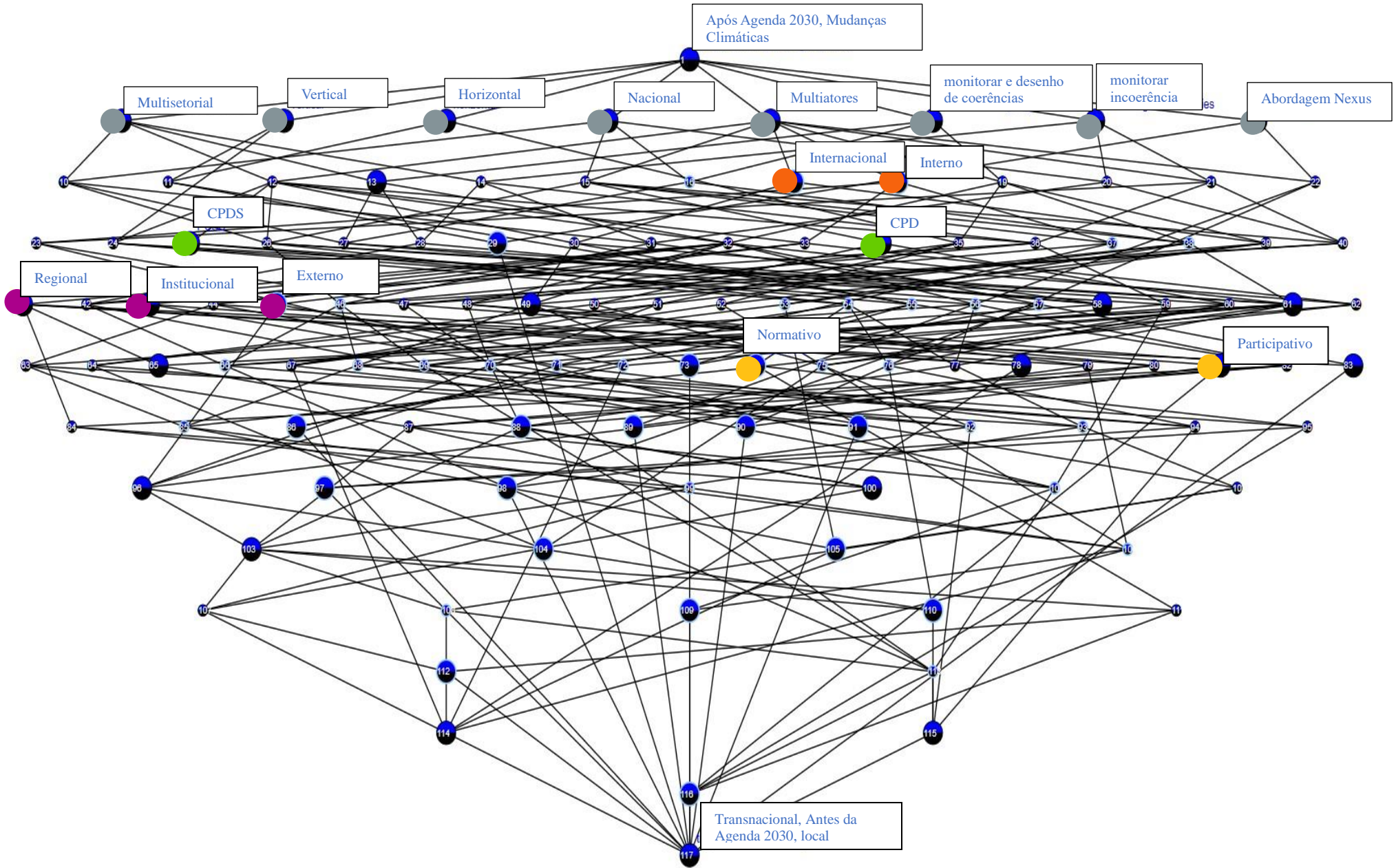


Figura 1.7 Contexto formal onde todos os objetos respeitam os atributos *After Agenda 2030 e Climate Related*
 Fonte: Elaboração própria com o software LatViz

Nível 1 – cinza: multisetores, vertical, horizontal, nacional, multiatores, monitorar e desenhar coerência, monitorar incoerência e abordagem nexus;

Nível 2 – laranja: internacional, interna;

Nível 3 – verde: CPDS, CPD;

Nível 4 – roxo: regional, institucional, externo;

Nível 5 – amarelo: normativo, participativo.

O diagrama do contexto formal completo apresentado na figura 1.7 identificou 5 níveis hierárquicos entre os conceitos formais que o compõem. No primeiro nível observamos a presença dos atributos seguintes: Nexus Approach, Multiactors, Multisectors, Vertical, Horizontal, Assessing and Designing Coherency, Assessing Incoherency e National. A posição deles no nível não faz objeto de estudo, mas a congruência deles no nível hierárquico vai ser importante para a construção da Estrutura Conceitual final com base nas nuvens de palavras. No nível dois encontramos os atributos *International* e *Internal*. No terceiro, PCSD e PCD. No quarto nível estão presentes os atributos *Regional* e *External* e no último, *Participative* e *Normative*. Importante ressaltar que a dimensão de “*Local*”, “*Before Agenda 2030*” e “*transnational*” não aparecem nesse contexto formal. O *Before Agenda 2030* é diretamente excludente pela dimensão *After Agenda 2030*. Já os outros dois atributos não aparentam serem de interesse de estudo para os objetos identificados pelo LatViz dentro desse contexto.

Os níveis que o LatViz cria dependem das métricas Estabilidade e Suporte apresentadas acima. A abordagem inovadora para estruturar e categorizar documentos com base em seu conteúdo temático, introduzindo o conceito de Estabilidade como uma métrica fundamental para avaliar a coesão de tópicos ou conceitos formais dentro de um determinado corpus. Este arcabouço metodológico visa aprimorar a organização de coleções de documentos ao discernir e reter apenas os conceitos formais (os círculos azuis) que exemplificam agrupamentos coesos de dados textuais. Através da aplicação criteriosa da Estabilidade, a abordagem poda o panorama conceitual,

fornecendo assim uma perspectiva estruturada e hierarquizada do conjunto de documentos (KOVALCHUK et al., 2019a), indo dos documentos mais genéricos e interligados no nível superior até os menos, no nível 5. Essa nivelção permitiu identificar os atributos aos quais é dada maior importância na literatura levantada.

Um aspecto notável dessa metodologia reside em sua habilidade em lidar com os desafios inerentes apresentados por estruturas de dados de alta dimensionalidade e esparsamente populadas, um dilema enfrentado em tarefas computacionais como clusterização e categorização de documentos. Em contraste com algoritmos de clusterização rígidos convencionais, que frequentemente se debatem com a questão de atribuir documentos a grupos mutuamente exclusivos, esse paradigma metodológico acomoda a ambiguidade inerente e a sobreposição presente em conjuntos de dados textuais do mundo real. Ao permitir que os documentos participem de múltiplos agrupamentos temáticos, ele captura adequadamente a interação sutil entre diferentes domínios temáticos.

Além disso, a integração de tópicos originais derivados do corpus documental enriquece ainda mais o processo de categorização, garantindo uma delimitação abrangente e matizada das categorias de documentos. Esta abordagem holística não apenas alavanca conceitos formais, mas também os amplia com os tópicos extraídos, facilitando assim uma caracterização mais elaborada e abrangente das categorias de documentos.

Finalmente, a metodologia incorpora o algoritmo *AddIntent*, oferecida pelo Software LatViz e utilizada neste trabalho. Trata-se de um procedimento computacional projetado para extrair conceitos formais de um contexto formal, priorizando aqueles conceitos caracterizados por alta estabilidade. Esse refinamento algorítmico serve para filtrar a abundância de conceitos identificados para aqueles que são mais robustos e informativos, aprimorando assim a fidelidade e a interpretabilidade do arcabouço de categorização.

Esse método epitomiza uma abordagem sofisticada para a categorização de documentos, fundamentada em uma amalgamação criteriosa de princípios teóricos e técnicas computacionais. Ao colocar a Estabilidade como uma métrica orientadora e integrar múltiplas camadas de informação, a abordagem fornece uma representação matizada e estruturada das categorias de documentos dentro de um determinado corpus. Abaixo (Figura 1.8), podem ser observadas as métricas do conceito Nexus Approach dentro do Contexto Formal definido. Assim, os objetos

identificados são os 3 artigos que melhor retratam a imagem de simultaneidade, dentro do panorama dado, entre os aspectos climate related, after agenda 2030 e Nexus Approach.

The concept you chose:
<u>Extent:</u> D88, D134, D150
<u>Intent:</u> climate related, after Agenda 2030, Nexus approach
<u>Support:</u> 3
<u>Stability:</u> 0.375
Superconcepts:

Figura 1.8 Métricas Conceito Formal Exemplo: Climate Related+After Agenda 2030+Nexus Approach
Fonte: Elaboração própria com o software LatViz

Os três artigos que se encontram no conceito apresentado pela convergência dos tópicos *Climate Related*, *After Agenda 2030* e *Nexus approach* são os objetos de estudo 88, 134 e 150, a saber, “*Improving Policy Coordination Across the Water, Energy, and Food, Sectors in South Asia: A Framework*” (RASUL; NEUPANE, 2021), “*Towards a Low-Carbon Economy: A Nexus-Oriented Policy Coherence Analysis in Greece*” (PAPADOPOULOU et al., 2020), “*The nexus approach to water–energy–food security: an option for adaptation to climate change*” (RASUL; SHARMA, 2016).

Uma vez que os objetos foram identificados para esse conceito no LatViz, uma pesquisa de nuvens de palavras é lançada em cima desses 3 artigos no Atlas.ti. A pesquisa pela nuvem de palavras necessitou uma apuração pela autora, primeiro inferindo as formas básicas, em seguida, considerando somente os substantivos com uma frequência maior a 50 e depois uma avaliação da validade dos termos restantes. Para cada um desses conceitos foram identificados os objetos, artigos relacionados e, assim, criado uma nuvem de palavras para cada. No final, a frequência dessas palavras foi utilizada para separar as 10 primeiras palavras mais frequentes para cada um dos 5 níveis. Caso as palavras se repetissem entre os níveis, foram inseridas na Estrutura Conceitual as próximas palavras mais frequentes.

O mesmo processo foi seguido para todos os conceitos dos 5 níveis identificados pelo Lat.Viz (Figura 1.9).

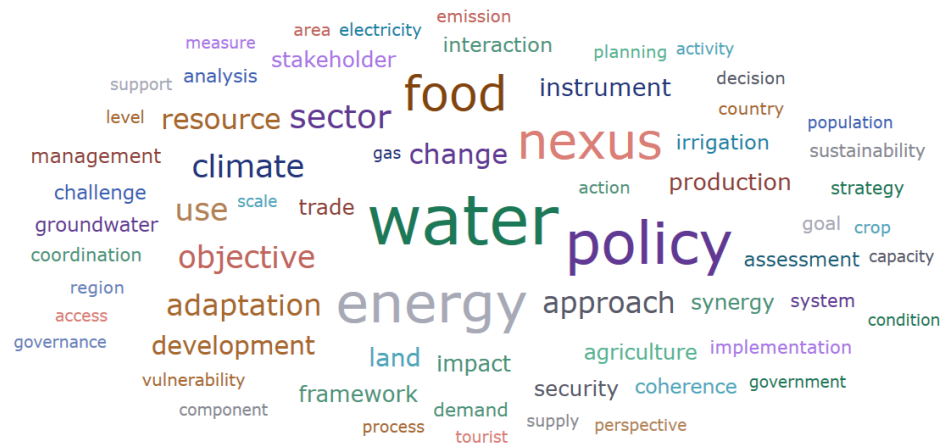
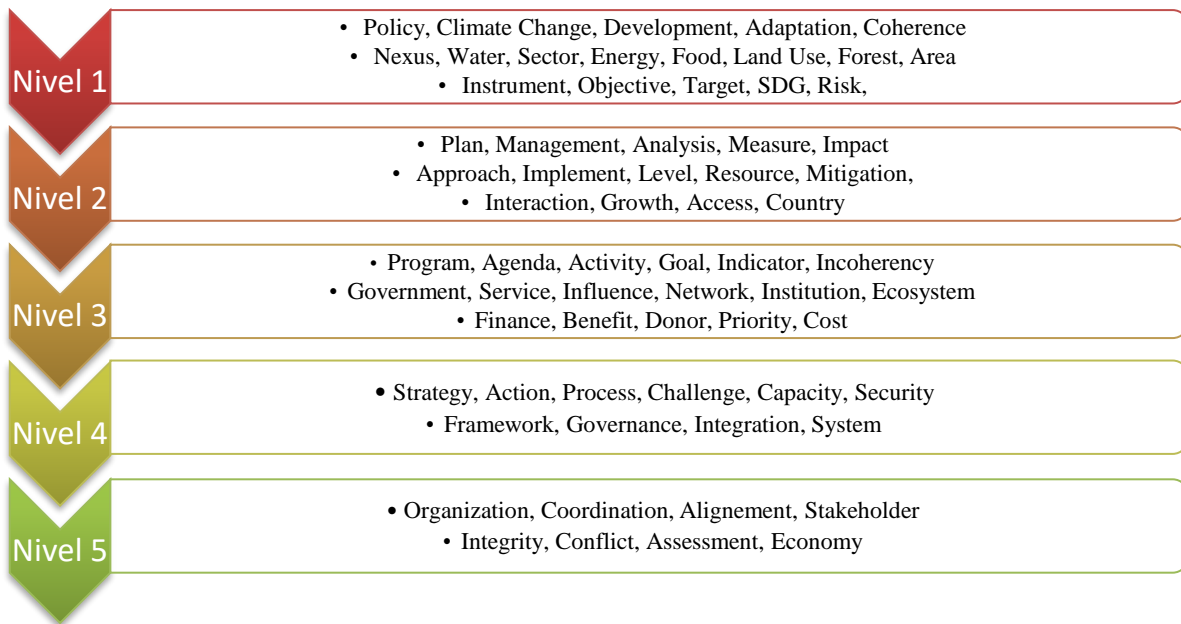


Figura 1.9 Nuvem de palavras nível 1
 Fonte: Elaboração própria com o software Atlas.ti

3.2 Apresentação da Estrutura Conceitual

Essa revisão de literatura, além de ter servido para levantar conhecimento sobre o estado da arte na literatura sobre o conceito de CPDS, permitiu também, através da metodologia híbrida utilizada, criar um arcabouço terminológico que possa ser utilizado em trabalhos futuros para identificar a presença dessas dimensões dentro de documentos da esfera pública e assim avaliar níveis de CPDS envolvidos nesses ou lacunas a serem preenchidas.

Para tal feito, foi desenhado uma escala conceitual de 5 níveis, apresentada abaixo (Figura 1.10). Esse framework baseia-se nas nuvens de palavras construídas no processo de pesquisa sobre os objetos desse estudo, como explicado acima.



*Figura 1.10 Estrutura Conceitual construída com base na revisão da literatura
Fonte: Elaboração própria*

Usando a ACF como hierarquização conceitual, foi possível identificar esses 5 níveis conceituais que podem guiar a avaliação da presença dos termos relacionados à CPDS dentro de documentos futuros, logo a sua cobertura. Importante ressaltar que os níveis não são independentes e excludentes. De fato, o nível 2 vai apresentar dimensões adicionais além de também ser composto pelas dimensões presentes no nível 1 e assim por diante, sendo o nível 5 o mais abrangente e completo em termos de prioridades dadas à presença de CPDS nos discursos.

Os níveis de classificação de 1 a 5 para cada cluster de atributos identificado, baseado a profundidade ou complexidade da CPDS relacionada à questão de mudança climática discutida em documentos podem ser definidos da seguinte forma:

- nível 1: compreensão básica ou introdutória em torno da CPDS, com foco na Agenda 2030 e apresentando soluções de adaptação e monitoramento e desenho de coerências.
- nível 2: Análise intermediária incluindo análises de impacto e apresentando soluções de mitigação
- nível 3: Discussões avançadas com foco na identificação de incoerências de políticas públicas, presença de programas governamentais para financiar avanços em relação à Agenda 2030 e, no

caso de país envolvido em ajuda internacional para o desenvolvimento, porcentagens do PIB destinadas à essa.

- nível 4: Análises abrangentes que incorporem múltiplas perspectivas de governança, inserção de treinamentos e capacitações dos atores envolvidos, boa governança e *soft policy*

- nível 5: Abordagens inovadoras e recomendações políticas, apresentando dimensões de alta participação entre os diferentes atores, alta coordenação entre os stakeholders, assim como capacidade de resolução de conflitos entre esses.

4. Discussão

Analisar a literatura sobre um tema específico é crucial para o desenvolvimento de indicadores para tomadores de decisão e outras partes interessadas por várias razões, como a identificação de lacunas no conhecimento, ou para assegurar a relevância e validade das ferramentas já existentes ou a serem criadas. Ao percorrer os artigos levantados, foi observado uma certa desconexão ou até mesmo divergência, tanto na definição da CPDS quanto na sua aplicação, conceitual e ferramental. Um dos trabalhos que mais é citado nessa área é o de Nilsson et al que, no trabalho publicado em 2012 identificam a CP (coerência política) como um atributo de políticas que, sistematicamente, reduz os conflitos e promove sinergias entre diferentes esferas políticas afim de alcançar resultados associativos a objetivos definidos de forma coletiva (NILSSON et al., 2012). Essa mesma vertente também é seguida por outros pesquisadores que consideram a CP como central para evitar *trade-offs* e promover sinergias entre as diferentes esferas políticos, mais do que a nível institucional (GAUTTIER, 2004; MICKWITZ ET AL, 2009; MUSCAT et al., 2021). Nilsson et al. mencionam, nesse mesmo trabalho, que pesquisas acadêmicas têm já identificado diversas dimensões de CP como a horizontal, vertical e interna.

Ao avaliar a CP, é crucial considerar tanto as dimensões horizontais quanto verticais. A coerência horizontal refere-se à integração e alinhamento de políticas em diferentes setores ou domínios políticos dentro de um único nível de governança, como governos nacionais ou regionais. Por outro lado, a coerência vertical refere-se à coordenação e consistência de políticas em diferentes níveis de governança, como local, regional, nacional e internacional. Essa relevância

também aparece nos objetos do nosso estudo com uma ocorrência de 61 e 54 para a dimensão horizontal e vertical respectivamente. Desconsiderando as dimensões multiautores e multissetores que são imprescindíveis em estudos de caso sobre o desenvolvimento sustentável, as duas que tratam dos níveis de governança e política que mais necessitam de CP são as mais relevantes, tanto para o nosso estudo, quanto para a maior parte dos autores que trabalham com a CPDS.

Reconhecer a interconexão das políticas entre setores e níveis de governança implica abordar a complexidade nas interações políticas, promover uma governança e implementação eficazes e considerar os desafios da governança multinível. Dessa forma, as políticas podem ser melhor alinhadas para alcançar objetivos de desenvolvimento sustentável e melhorar o bem-estar social geral. De fato, no contexto atual pos-2015 e Agenda 2030, a interconexão entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável tornou-se quase um imperativo ao tratar de políticas públicas. Os ODS são interconectados e mutuamente reforçadores. Alcançar progresso em um objetivo frequentemente requer ações e políticas que impactam outros objetivos. Por exemplo, abordar a pobreza (ODS 1) pode envolver políticas relacionadas à educação (ODS 4), saúde (ODS 3) ou crescimento econômico (ODS 8). A coerência horizontal garante que políticas em diferentes setores estejam alinhadas para maximizar sinergias e minimizar conflitos entre os ODS.

Ações em uma área podem ter consequências não intencionais em outras. Por exemplo, uma política que promove a intensificação agrícola pode levar à degradação ambiental e perda de biodiversidade se não for coordenada com políticas de conservação (ATELA et al., 2016). A coerência horizontal facilita a identificação e mitigação de conflitos potenciais ou consequências não intencionais decorrentes das interações políticas. Por outro lado, a coerência vertical é essencial para a governança e implementação eficazes de políticas de desenvolvimento sustentável, garantindo que políticas em diferentes níveis de governança sejam consistentes e se apoiem mutuamente, melhorando assim a coordenação, colaboração e responsabilidade entre as partes interessadas. Sem coerência vertical, há o risco de fragmentação, duplicação ou políticas conflitantes que prejudicam a eficácia dos esforços de desenvolvimento sustentável. A coerência vertical facilita a coordenação e cooperação entre diferentes níveis de governo, organizações não governamentais e outras partes interessadas envolvidas na implementação de políticas, não só a nível nacional, mas também a nível global (BIERMANN; KANIE; KIM, 2017; SCHUTTE;

MILLEY; DULUDE, 2022). Considerando essas duas dimensões, na nossa escala terminológica, estaríamos aqui posicionados no nível 1.

No contexto do ODS 17.14, que pede o aprimoramento da coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável, incorporar as dimensões de coerência horizontal e vertical em uma ferramenta de indicadores é essencial para avaliar o progresso na consecução desse objetivo. Tal ferramenta de indicadores deve fornecer uma avaliação abrangente de quão bem as políticas estão integradas entre setores e níveis de governança, identificando pontos fortes, fraquezas e áreas para melhorias nos esforços de coerência política.

Os outros atributos identificados ao longo das leituras foram as dimensões externa e interna. A dimensão interna refere-se a interações entre objetivos de políticas públicas em uma área específica, como por exemplo entre mitigação e adaptação (DI GREGORIO et al., 2017), e a dimensão externa as interações entre diferentes áreas políticas, como entre econômica e mudanças climáticas (NILSSON et al., 2012). Considerar essas duas vertentes permite reconhecer que o desenvolvimento sustentável é um empreendimento multidimensional e multissetorial, exigindo integração e coordenação em vários domínios políticos, incluindo dimensões econômicas, sociais, ambientais e de governança. Por exemplo, políticas que promovem o crescimento econômico podem conflitar com aquelas destinadas à conservação ambiental ou equidade social se não forem devidamente coordenadas. Avaliar a coerência externa envolve analisar a consistência, complementaridade e sinergias entre diferentes políticas e setores para garantir que elas reforcem, em vez de minar, os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Aqui, nos enquadraríamos no nível 2 da nossa estrutura conceitual. Ao considerar essas duas dimensões, as ferramentas de indicadores podem fornecer uma compreensão mais abrangente da CPDS e ajudar os formuladores de políticas a identificarem áreas de melhoria e priorizar ações para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável de forma eficaz. Tosun & Lang (2017) afirmam que a incoerência pode surgir da tendência a trazer para a implementação e criação de políticas públicas atores e especialistas que tenham conhecimento político especializado em alguma área específica com pouca integração desse com outros domínios. Vimos, então, a altíssima relevância de conhecimento inter- e transdisciplinares para responder aos desafios que nossas sociedades enfrentam, frente à realidade de um lento alcance dos ODS (KLEIN, 2015), principalmente em países do Sul Global (BURSZTYN; PURUSHOTHAMAN, 2022). No contexto

da era pós-Guerra Fria, onde as relações Norte-Sul passaram por uma transformação significativa, cresceram os apelos por uma maior coerência nas políticas em relação ao mundo em desenvolvimento. O Comitê de Assistência para o Desenvolvimento (DAC) destacou a necessidade de coerência entre as políticas de seus membros para aprimorar a eficácia da ajuda (DAC TASK FORCE ON DONOR PRACTICES; ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2003).

Em suporte a essas dimensões, se faz necessário considerar os aspectos institucional, participativo e normativo para a construção de abordagens inclusivas e que fujam do *business-as-usual*.

Em primeiro lugar, a dimensão normativa refere-se aos princípios subjacentes, valores e considerações éticas que orientam a formulação e implementação de políticas. O desenvolvimento sustentável é fundamentado em princípios como equidade, justiça intergeracional e integridade ambiental. Portanto, as políticas devem refletir esses princípios para garantir que contribuam positivamente para os resultados do desenvolvimento sustentável. No contexto da CPDS, garantir a conformidade com os princípios normativos assegura que as políticas sejam não apenas eficazes, mas também justas e equitativas em seus impactos. Esta dimensão enfatiza a importância de integrar considerações éticas nos processos de formulação de políticas e avaliar a coerência política com base em sua adesão aos princípios do desenvolvimento sustentável. Koff, chega até a desenvolver um novo conceito de coerência normativa para o desenvolvimento em seu trabalho de 2017 (KOFF, 2017), que seria a implementação de normas de sustentabilidade tanto nas políticas de desenvolvimento como nas políticas de não desenvolvimento. Ele considera que a CPDS não tenha tipo o poder de alcançar uma harmonia normativa entre todos os setores e áreas políticas (KOFF; HÄBEL, 2022)

Em segundo lugar, a dimensão institucional refere-se às estruturas organizacionais, mecanismos de governança e mecanismos de coordenação existentes para facilitar a coerência política. Alcançar o desenvolvimento sustentável requer coordenação eficaz entre diversos atores em múltiplos níveis de governança, incluindo governos, organizações internacionais, sociedade civil, academia e setor privado. Arranjos institucionais desempenham um papel crucial na promoção da colaboração, coerência e sinergias entre diferentes domínios políticos (ATELA et al.,

2016; DOMBROWSKY et al., 2022). Aqui, encontramos-nos no nível 4 da nossa estrutura conceitual.

Finalmente, a dimensão participativa, altamente dependente da institucional, enfatiza a importância de envolver as partes interessadas no processo de formulação de políticas para melhorar a legitimidade, responsabilidade e eficácia desta. O desenvolvimento sustentável é um desafio multifacetado e complexo que requer contribuições de uma ampla gama de partes interessadas, incluindo comunidades marginalizadas, povos indígenas e gerações futuras (NSHIMBI, 2019a). A participação significativa garante que as políticas sejam responsivas às necessidades e aspirações de diversas partes interessadas. No contexto da CPDS, avaliar os processos participativos envolve avaliar a inclusão, transparência e capacidade de resposta dos processos de tomada de decisão, bem como o grau em que as partes interessadas são capacitadas para contribuir para o desenho e implementação de políticas. Aqui, já nos encontraríamos no nível 5 da nossa escala, que é composta pelos atributos *Normative* e *Participative*.

Em conclusão, as dimensões normativa, institucional e participativa são essenciais para compreender e avaliar a coerência de políticas para o desenvolvimento sustentável. Integrar essas dimensões em ferramentas de indicadores, como no ODS 17.14, pode ajudar os formuladores de políticas a identificarem áreas para melhoria, aumentar a responsabilidade de atores específicos e promover respostas políticas mais adequadas a cada realidade. Mas, já é entendido que essas dimensões ainda faltam muito consenso para serem consideradas em avaliações da coerência de políticas (SIITONEN, 2017), principalmente pela dimensão dinâmica e rotativa da esfera política (CARBONE, 2008).

Os outros atributos que formam o arcabouço caracterizando os objetos de estudo são autoexplicativos. A “*climate related*” foi considerado presente em estudo de caso que focavam na mitigação, adaptação ou elucidação conceitual em torno da mudança climática. Os atributos de zoneamento geográfico consideraram o local do estudo de caso, sendo nacional, local, regional ou internacional. Os de antes e depois da Agenda 2030 foram levantados para termos uma noção temporal do uso, na academia, do conceito CPD(S). Da mesma forma, foram levantados de forma separada os estudos usando o conceito CPD ou CPDS, os dois ou nenhum. Também, foi considerado importante levantar se os objetos de estudo procuravam monitorar e alcançar coerências ou monitorar e superar incoerências. O último atributo considerado foi a questão da

abordagem Nexus, por ela ser importante para as questões climáticas. Neste caso, a relação binária existia caso os artigos traziam essa abordagem para os estudos de caso.

5. Conclusão

A análise da coerência de políticas para o desenvolvimento sustentável revela um aspecto crucial, porém não estudado o suficiente, da análise da sustentabilidade. Embora a coordenação seja frequentemente vista como crucial para lidar com questões complexas, a coerência, como uma metodologia, não é automaticamente alcançada apenas por meio da coordenação. Na verdade, os cientistas políticos reconhecem a prevalência da incoerência de políticas, às vezes considerando-a inevitável devido à fragmentação dos sistemas de políticas e à diversidade de atores e interesses envolvidos.

Maurizio Carbone descreve de forma apropriada os desafios de alcançar uma coerência de políticas perfeita, especialmente em sistemas políticos pluralistas, onde vários sub-sistemas operam com sua própria lógica e interesses (CARBONE; KEIJZER, 2016a). Além disso, a natureza dinâmica dos objetivos políticos apresenta obstáculos adicionais, levando alguns estudiosos a considerarem a coerência de políticas como quase uma "missão impossível".

É crucial reconhecer que a incoerência de políticas não é necessariamente absoluta ou fixa; as perspectivas desempenham um papel crucial na determinação da coerência. Como Carbone sugere, o que pode parecer incoerente de um ponto de vista pode ser percebido como coerente de outro.

As pesquisas iniciais sobre CPDS focaram em tipologias e causas de incoerência, visando promover a coerência em prol do desenvolvimento internacional. No entanto, estudos empíricos, frequentemente, revelam o oposto, com a implementação da CPDS ficando aquém ou sendo manipulada para servir a outros interesses, diluindo assim seu foco central no desenvolvimento (CARBONE; KEIJZER, 2016a; DUBÉ et al., 2014; SIITONEN, 2017).

Esta análise destaca a complexidade e os desafios associados à busca pela coerência de políticas para o desenvolvimento sustentável. Ao explorar as suas complexidades fica evidente que fomentar um vocabulário comum para identificar coerência e incoerência em documentos oficiais

é essencial para avançar frente aos objetivos da Agenda 2030, principalmente ao tratarmos de questões de mudança climática.

Por isso, este primeiro capítulo focou na criação de uma estrutura terminológica que permita sair da esfera subjetiva, já que a CPDS é considerada um pilar para alcançar os ODS. Essa estrutura será verificada e testada nos próximos capítulos da tese, respectivamente no segundo capítulo, com o questionário com os peritos, e em um segundo momento, na aplicação do quadro à documentos oficiais do Brasil, União Europeia e documentos transnacionais.

REFERÊNCIAS

- ABAZAJ, J. Coherence issues between climate, energy and water in the case of European hydropower: Can we have it all? Em: **Legal Aspects of Sustainable Development: Horizontal and Sectorial Policy Issues**. [s.l: s.n.]. p. 347–370.
- ADELLE, C.; JORDAN, A. Policy Coherence for Development in the European Union: Do New Procedures Unblock or Simply Reproduce Old Disagreements? **Journal of European Integration**, v. 36, n. 4, p. 375–391, 2014.
- ADELLE, C.; RUSSEL, D. Climate Policy Integration: a Case of Déjà Vu? **Environmental Policy and Governance**, v. 23, n. 1, p. 1–12, 2013.
- AHMED, A. et al. Policy coherence between climate change adaptation and urban policies in Ghana: implications for adaptation planning in African cities. **International Journal of Urban Sustainable Development**, v. 14, n. 1, p. 77–90, 2022.
- ALAM, M.; LE, T. N. N.; NAPOLI, A. LatViz: A New Practical Tool for Performing Interactive Exploration over Concept Lattices. [s.d.].
- ATELA, J. O. et al. Implementing REDD+ at the national level: Stakeholder engagement and policy coherences between REDD+ rules and Kenya’s sectoral policies. **Forest Policy and Economics**, v. 65, p. 37–46, 2016.
- BIERMANN, F.; KANIE, N.; KIM, R. E. Global governance by goal-setting: the novel approach of the UN Sustainable Development Goals. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, Open issue, part II. v. 26–27, p. 26–31, 1 jun. 2017.
- BURSZTYN, M.; PURUSHOTHAMAN, S. Interdisciplinary and transdisciplinary scholarship for a civilisation in distress: questions for and from the Global South. **Global Social Challenges Journal**, v. 1, n. 1, p. 94–114, 1 jun. 2022.
- CARBONE, M. Mission Impossible: the European Union and Policy Coherence for Development. **Journal of European Integration**, v. 30, n. 3, p. 323–342, 1 jul. 2008.

- CARBONE, M.; KEIJZER, N. The European union and policy coherence for development: Reforms, results, resistance. **European Journal of Development Research**, v. 28, n. 1, p. 30–43, 2016a.
- CARMONA, R. Climate change governance and Indigenous Peoples participation: an analysis from the Chilean case. **Environmental Politics**, 2023.
- COSCIEME, L. et al. Measuring policy coherence on global access to clean energy between European countries. **Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change**, v. 28, n. 5, 2023.
- DAC TASK FORCE ON DONOR PRACTICES; ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (EDS.). **Harmonising donor practices for effective aid delivery**. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development, 2003.
- DI GREGORIO, M. et al. Climate policy integration in the land use sector: Mitigation, adaptation and sustainable development linkages. **Environmental Science and Policy**, v. 67, p. 35–43, 2017.
- DIFFENBAUGH, N. S.; BURKE, M. Global warming has increased global economic inequality. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 116, n. 20, p. 9808–9813, 14 maio 2019.
- DOMBROWSKY, I. et al. Effects of policy and functional (in)coherence on coordination – A comparative analysis of cross-sectoral water management problems. **Environmental Science and Policy**, v. 131, p. 118–127, 2022.
- DUBÉ, L. et al. **From policy coherence to 21st century convergence: A whole-of-society paradigm of human and economic development**. [s.l.: s.n.]. v. 1331p. 215
- ENGLAND, M. I. et al. Climate change adaptation and cross-sectoral policy coherence in southern Africa. **Regional Environmental Change**, v. 18, n. 7, p. 2059–2071, 2018a.
- ENGLAND, M. I. et al. Climate change adaptation and cross-sectoral policy coherence in southern Africa. **Regional Environmental Change**, v. 18, n. 7, p. 2059–2071, 2018b.
- GANTER, B.; WILLE, R. **Formal Concept Analysis**. Berlin, Heidelberg: Springer, 1999.
- GAUTTIER, P. Horizontal Coherence and the External Competences of the European Union. **European Law Journal**, v. 10, n. 1, p. 23–41, 2004.
- HÄBEL, S.; HAKALA, E. Policy coherence for sustainable development and environmental security: A case study of European Union policies on renewable energy. **Environmental Policy and Governance**, v. 31, n. 6, p. 633–646, 2021.
- IPCC, 2023: Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland.** . [s.l.] Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), 25 jul. 2023. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>>. Acesso em: 11 maio. 2024.
- JORDAN, A.; LENSCHOW, A. Environmental policy integration: a state of the art review. **Environmental Policy and Governance**, v. 20, n. 3, p. 147–158, 2010.

KIVIMAA, P.; SIVONEN, M. H. Interplay between low-carbon energy transitions and national security: An analysis of policy integration and coherence in Estonia, Finland and Scotland. **Energy Research and Social Science**, v. 75, 2021.

KOFF, H.; HÄBEL, S. Normative coherence for development: What relevance for responsive regionalism? **Development Policy Review**, v. 40, n. S1, 2022.

KOVALCHUK, P. et al. An Unsupervised Method for Concept Association Analysis in Text Collections. Em: DOUCET, A. et al. (Eds.). **Digital Libraries for Open Knowledge**. Lecture Notes in Computer Science. Cham: Springer International Publishing, 2019a. v. 11799p. 18–32.

MAKKONEN, M. et al. Policy coherence in climate change mitigation: An ecosystem service approach to forests as carbon sinks and bioenergy sources. **Forest Policy and Economics**, v. 50, p. 153–162, jan. 2015.

MBANDA, V.; FOURIE, W. The 2030 Agenda and coherent national development policy: In dialogue with South African policymakers on Policy Coherence for Sustainable Development. **Sustainable Development**, v. 28, n. 4, p. 751–758, 2020a.

MBANDA, V.; FOURIE, W. The 2030 Agenda and coherent national development policy: In dialogue with South African policymakers on Policy Coherence for Sustainable Development. **Sustainable Development**, v. 28, n. 4, p. 751–758, 2020b.

MICKWITZ ET AL. **Climate policy integration, coherence and governance**. Helsinki: PEER, 2009.

MUSCAT, A. et al. Food, energy or biomaterials? Policy coherence across agro-food and bioeconomy policy domains in the EU. **Environmental Science and Policy**, v. 123, p. 21–30, 2021.

NILSSON, M. et al. Understanding Policy Coherence: Analytical Framework and Examples of Sector-Environment Policy Interactions in the EU. **Environmental Policy and Governance**, v. 22, n. 6, p. 395–423, 2012.

NSHIMBI, C. C. SDGs and decentralizing water management for transformation: Normative policy coherence for water security in SADC river basin organizations. **Physics and Chemistry of the Earth, Parts A/B/C**, v. 111, p. 1–12, jun. 2019b.

OECD. **Recommendation of the Council on Policy Coherence for Sustainable Development, OECD/LEGAL/0381**. , 2019.

ORBIE, J.; BABARINDE, O. The social dimension of globalization and EU development policy: promoting core labour standards and corporate social responsibility. **Journal of European Integration**, v. 30, n. 3, p. 459–477, 2008.

PAPADOPOULOU, C.-A. et al. Towards a low-carbon economy: A nexus-oriented policy coherence analysis in Greece. **Sustainability (Switzerland)**, v. 12, n. 1, 2020.

POELMANS, J. et al. **Formal Concept Analysis in Knowledge Discovery: A Survey**. (M. Croitoru, S. Ferré, D. Lukose, Eds.) Conceptual Structures: From Information to Intelligence. **Anais...**: Lecture Notes in Computer Science. Berlin, Heidelberg: Springer, 2010.

PRISS, U. Formal concept analysis in information science. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 40, n. 1, p. 521–543, jan. 2006.

RASUL, G.; NEUPANE, N. Improving Policy Coordination Across the Water, Energy, and Food, Sectors in South Asia: A Framework. **Frontiers in Sustainable Food Systems**, v. 5, 2021.

RASUL, G.; SHARMA, B. The nexus approach to water–energy–food security: an option for adaptation to climate change. **Climate Policy**, v. 16, n. 6, p. 682–702, 2016.

ROCCO, C. M.; HERNANDEZ-PERDOMO, E.; MUN, J. Introduction to formal concept analysis and its applications in reliability engineering. **Reliability Engineering & System Safety**, v. 202, p. 107002, 1 out. 2020.

SCHUTTE, V.; MILLEY, P.; DULUDE, E. The (In)Coherence of Canadian Refugee Education Policy with the United Nations’ Strategy. **Education Policy Analysis Archives**, v. 30, 2022.

SCOBIE, M. Policy coherence in climate governance in Caribbean Small Island Developing States. **Environmental Science and Policy**, v. 58, p. 16–28, 2016.

SÉRGIO M. DIAS¹; E NEWTON J. VIEIRA¹. Um Arcabouço para Desenvolvimento de Algoritmos da Análise Formal de Conceitos. 2011.

SIITONEN, L. Regional and sub-regional effects on development policies: The Benelux and the Nordic countries compared. **Regions and Cohesion**, v. 7, n. 2, p. 34–69, 2017.

STEFFEN, W. et al. Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. **Science**, v. 347, n. 6223, p. 1259855, 13 fev. 2015.

UNITED NATIONS - WCED. **Our Common Future**. , 1987.

WILLE, R. **RESTRUCTURING LATTICE THEORY: AN APPROACH BASED ON HIERARCHIES OF CONCEPTS**. (S. Ferré, S. Rudolph, Eds.)Formal Concept Analysis. **Anais...**Berlin, Heidelberg: Springer, 1982.

ZEIGERMANN, U. Policy Coherence for Sustainable Development – A Promising Approach for Human Security in Fragile States? **Journal of Peacebuilding and Development**, v. 15, n. 3, p. 282–297, 2020.

CAPÍTULO 2

A Coerência das Políticas para o Desenvolvimento Sustentável pelas lentes de especialistas observadores da UNFCCC

Resumo

Este estudo apresenta uma análise de dados obtidos a partir de um questionário administrado pela plataforma *LimeSurvey*, projetado para explorar percepções e atitudes em relação à Coerência de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (CPDS) entre atores do desenvolvimento, membros observadores da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (UNFCCC). O questionário abrangeu vários tipos de perguntas, incluindo escolha múltipla, escala *Likert* e perguntas abertas, estrategicamente escolhidas para reunir tanto respostas quantitativas quanto qualitativas. Respondentes de diversas origens, incluindo academia, setor público e outros setores profissionais, foram selecionados para fornecer uma exploração holística de atitudes e opiniões em relação à CPDS. Ao analisar as respostas do questionário, este segundo capítulo traz informações sobre as percepções dos especialistas, suas indagações mais comuns em relação à CPDS, e o grau em que as políticas se alinham com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os resultados contribuem para o crescente corpo de conhecimento sobre CPDS, destacando lacunas existentes e informando estratégias para promover abordagens políticas mais integradas e eficazes para enfrentar desafios globais de sustentabilidade. Além disso, este estudo utiliza os resultados do questionário para validar ou invalidar o quadro conceitual desenvolvido no primeiro capítulo, fortalecendo a fundamentação teórica e a aplicabilidade prática de análises futuras.

Palavras-chave: cooperação internacional, dimensões da coerência política, UNFCCC, política climática

Abstract

This study presents an analysis of data obtained from a questionnaire administered via the *LimeSurvey* platform, designed to explore perceptions and attitudes towards Policy Coherence for Sustainable Development (PCSD) among development actors, observer members of the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC). The questionnaire covered various types of questions, including multiple-choice, *Likert* scale, and open-ended questions, strategically chosen to gather both quantitative and qualitative responses. Respondents from diverse backgrounds, including academia, the public sector, and other professional sectors, were selected to provide a holistic exploration of attitudes and opinions regarding PCSD. By analysing the questionnaire responses, this second chapter provides insights into experts' perceptions, their most common inquiries regarding PCSD, and how policies align with the Sustainable Development Goals (SDGs). The results contribute to the growing body of knowledge on PCSD, highlighting existing gaps and informing strategies to promote more integrated and effective policy approaches to address global sustainability challenges. Additionally, this study uses the questionnaire results to validate or invalidate the conceptual framework developed in the first chapter, strengthening the theoretical foundation and practical applicability of future analyses.

Keywords: international cooperation, policy coherence dimensions, UNFCCC, climate policy

1. Introdução

A CPDS é um conceito relativamente novo no mundo das políticas públicas e da cooperação internacional. A coerência política para o desenvolvimento vem sendo tratada e estudada para uma melhor compreensão sobre as suas potencialidades e aplicações (KOFF, 2021; MBANDA; FOURIE, 2020b). No âmbito da Agenda 2030 ela ganhou um novo papel, a saber, o de garantir sinergias dentre as políticas que garantam o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Este estudo apresenta a análise de dados obtidos a partir de um questionário, realizado pela plataforma *LimeSurvey*, projetado para explorar as percepções e atitudes, em relação à CPDS, de atores do desenvolvimento. O *LimeSurvey*, uma ferramenta de pesquisa de código aberto

amplamente utilizada, foi empregado para reunir insights de diversos setores, como academia, setor público, etc., sobre aspectos, as vezes sensíveis, da integração de políticas e práticas sustentáveis (SHKILNIUK et al., 2020).

O questionário abrangeu uma variedade de tipos de perguntas, incluindo escolha múltipla, escala *Likert* e perguntas abertas. Esses tipos de perguntas foram escolhidos estrategicamente para obter respostas quantitativas e qualitativas, permitindo uma compreensão mais panorâmica das perspectivas dos respondentes sobre a CPDS. Os respondentes foram selecionados segundo diferentes origens, incluindo indivíduos de diferentes países, faixas etárias, níveis educacionais e setores profissionais. Essa amostra diversificada permitiu uma exploração holística das atitudes e opiniões, refletindo um amplo espectro de perspectivas sociais.

Ao analisar as respostas obtidas por meio do questionário, este estudo busca fornecer um panorama a opinião dos respondentes se as políticas são coerentes e favoráveis aos ODS. As descobertas desta análise contribuem para o crescente corpo de conhecimento sobre CPDS, permitindo preencher lacunas presentes neste e informando estratégias para promover abordagens políticas mais integradas e eficazes para enfrentar os desafios globais de sustentabilidade. Além de fornecer uma análise abrangente das percepções públicas, este estudo pretende utilizar os resultados do questionário para validar ou invalidar os resultados obtidos no capítulo 1, que constituem a estrutura conceitual criada para avaliar a CPDS em documentos oficiais. A comparação entre as percepções públicas expressas no questionário e as diretrizes e estratégias delineadas na literatura permitirá uma avaliação crítica da presença ou ausência do foco dado a este assunto em discursos oficiais. Dessa forma, o questionário desempenha um papel crucial na validação empírica do framework conceitual desenvolvido neste estudo, fortalecendo a fundamentação teórica e a aplicabilidade prática de análises futuras (TAHERDOOST, 2016).

Os especialistas participantes estão ativamente envolvidos na defesa do ambiente e na elaboração de políticas, principalmente relacionada à mudança climática, representando organizações observadoras na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC)¹. Os entrevistados foram selecionados através de um processo meticuloso que envolveu ler os sites das organizações e conhecer as suas estruturas. Esta seleção baseou-se na

¹ <https://unfccc.int/process-and-meetings/parties-non-party-stakeholders/non-party-stakeholders/overview/observer-organizations> (acesso em 16/02/2024)

premissa de que os indivíduos ativamente envolvidos em áreas relacionadas com o desenvolvimento possuem conhecimentos especializados e cruciais para abordar eficazmente os objetivos da pesquisa. A utilização de conhecimentos especializados em questionários como esse aumenta a qualidade e a credibilidade dos dados recolhidos, produzindo assim resultados mais significativos (GUEST; BUNCE; JOHNSON, 2006). O envolvimento de especialistas da esfera do desenvolvimento é fundamental devido à sua compreensão de questões pertinentes, perspectivas diferenciadas e familiaridade com as tendências e desafios atuais, como o das mudanças climáticas. Assim, essa metodologia de escolha dos participantes garante relevância, abrangência e alinhamento com os objetivos da pesquisa. Além disso, os especialistas podem fornecer feedback valioso sobre a clareza e adequação dos itens do inquérito, aumentando assim a validade e fiabilidade globais do inquérito.

A experiência e os conhecimentos dos respondentes têm um valor significativo na formação do discurso e da ação internacionais sobre a sustentabilidade ambiental e a CPDS. Como representantes de organizações observadoras na UNFCCC, possuem conhecimento das complexidades da mitigação, adaptação e formulação de políticas às alterações climáticas, o que os coloca numa posição única para oferecer perspectivas sobre estas questões críticas. Não obstante, ao longo deste trabalho, iremos observar que essa não é uma constante, principalmente para o conceito de CPDS.

Ao aproveitar o conhecimento e a experiência coletivos desses especialistas, este estudo visa fornecer uma análise abrangente das percepções e atitudes em relação à CPDS na comunidade de desenvolvimento. Os conhecimentos recolhidos a partir das suas respostas não só enriquecerão a compreensão académica, mas também informarão o discurso político e os processos de tomada de decisão a nível internacional, regional, nacional e local, contribuindo, em última análise, para esforços mais eficazes e coordenados para alcançar os ODS à escala global.

Importante ressaltar que esse questionário foi aplicado durante o período de pandemia, entre agosto de 2021 e julho de 2022, quando era difícil garantir um retorno significativo de respostas. Mas, ao enviar lembretes pontuais aos participantes, foi possível colher mais de 250 respostas², completas e incompletas. A quantidade de respostas deve ser resultado ao fato do questionário ter

² Ver Anexo 1 para relação dos respondentes x afiliação

sido enviado em 4 línguas diferentes: português, inglês, espanhol e francês. Por último, e não menos importante, o capítulo 2 está sendo apresentado, à diferença das outras dois, sob o formato de um capítulo. Por ser um questionário complexo que abrange uma quantidade de informações considerável, foi considerado mais interessante manter a apresentação e análise desses resultados dessa forma na presente tese, com 3 artigos, em desenvolvimento a serem submetidos após a defesa, a saber: um artigo sobre as características e papéis dos participantes e respondentes ao questionário dentro da esfera do desenvolvimento sustentável; um segundo artigo analisando as instituições representadas e suas contribuições para a CPDS, segundo os respondentes, mas também a falta dessas; por último, um artigo sintetizando as opiniões dos participantes sobre a CPDS, seu papel para a Agenda 2030 e pontos de melhoria para moldar políticas futuras em direção ao alcance dos ODS até 2030 e um melhor alinhamento nos próximos 5 anos.

Abaixo, os resultados serão apresentados pergunta por pergunta e, quando aplicável, criando correlações entre elas.

2. Metodologia

A metodologia empregada neste estudo teve como objetivo capturar as nuances das visões e práticas de especialistas no campo do desenvolvimento em relação à CPDS. O *LimeSurvey* foi selecionado como plataforma de pesquisa devido à sua interface amigável e sua capacidade de manter a privacidade e confidencialidade dos respondentes. De fato, quando comparado com as outras plataformas de uso comum, como o *Google Forms* ou o *SurveyMonkey*, já foi constatado que o grau de confiança em acessar formulários na plataforma *Limesurvey* garantia um retorno maior (SHKILNIUK et al., 2020). As políticas de segurança da plataforma foram pensadas para garantir o uso para com informações mais sensíveis. Além disso, foi criada uma política de segurança para complementar a da plataforma, apresentando um comunicado em relação ao anonimato, informado antes dos participantes aceitarem participar do questionário e precisando do acordo deles para dar início a este. Dada a natureza sensível dos tópicos discutidos, garantir o anonimato dos participantes foi fundamental para obter uma taxa de resposta razoável e incentivar respostas francas e mitigar possíveis vieses.

A pré-testagem do instrumento de pesquisa antes da sua divulgação foi essencial para identificar e corrigir as falhas, ambiguidades ou viés comprometendo a validade e confiabilidade dos dados coletados (PONTO, 2015). Ao administrar a pesquisa a uma pequena amostra de participantes representando a população-alvo, procura-se avaliar a clareza, coerência e eficácia dos itens da pesquisa, bem como a estrutura geral e o fluxo da pesquisa. Esse processo permite fazer os ajustes necessários, garantindo que o instrumento de pesquisa final seja bem projetado, fácil de usar e capaz de obter respostas precisas. O questionário foi testado em 2 momentos: a primeira vez, com pessoas que não atuam na área para ajudar a perceber as dificuldades de compreensão mais gerais por parte do público do questionário. A segunda, também envolveu 3 pessoas da área e acostumadas com esse tipo de ferramenta de pesquisa. O retorno delas, tanto nas perguntas quanto na análise dessas, permitiu reformular, reagrupar, retirar e inserir perguntas para criar um conjunto de questões que tenham um resultado coerente e alinhado com o objetivo da pesquisa. Também, foi neste momento que foi feita a escolha de redigir o questionário em 4 línguas diferentes para que as nuances linguísticas facilitem a identificação dos participantes para com o questionário (GABEL, 2020). As 4 línguas foram utilizadas pelos participantes, o que coopera com a necessidade de oferecer essas opções, mas teve um destaque pelo uso da língua inglesa, até pelos lusófonos e francófonos (Figura 2.1).

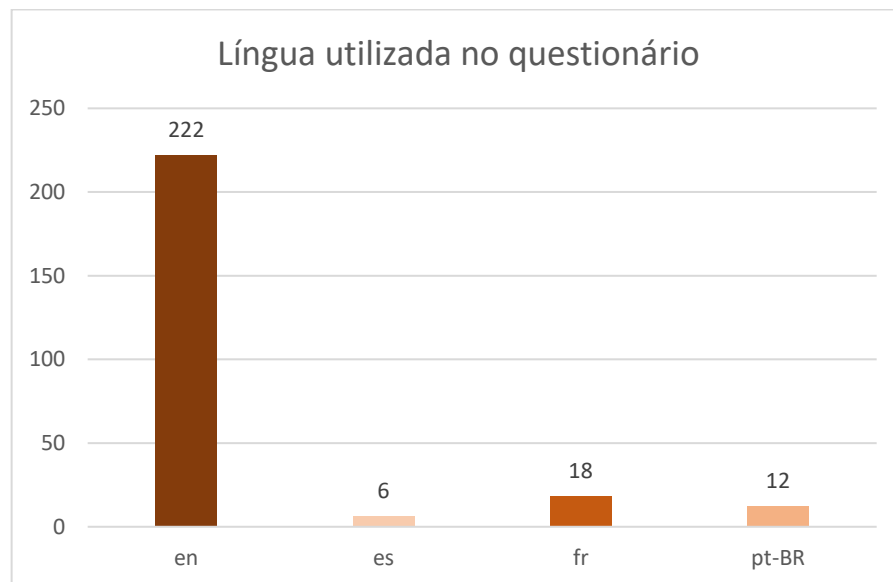


Figura 2.1 Número de questionários respondidos, segundo o idioma escolhido
Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no questionário

Um total de 4237 questionários foi distribuído por e-mail³ para indivíduos afiliados a organizações observadoras na UNFCCC. Deste grupo, 258 respostas foram recebidas, com 100 pesquisas concluídas na íntegra e as restantes respondidas parcialmente. Embora a taxa de resposta possa parecer modesta, é importante observar que a expertise e insights oferecidos por esses respondentes têm um valor significativo no contexto deste estudo. A profundidade qualitativa das respostas obtidas de um grupo diversificado de especialistas supera o aspecto quantitativo da taxa de resposta, especialmente ao considerar a natureza complexa e nuances do tópico.

Por mais que o *Limesurvey* já venha herdando uma visualização de dados para as perguntas fechadas, foi escolhido tratar os dados das perguntas abertas no Excel. A utilização do Excel foi fundamental na análise dos resultados da pesquisa. A combinação do *LimeSurvey* para coleta de dados e do *Excel* para análise de dados facilitou uma compreensão holística das complexidades em torno da CPDS, contribuindo com uma extensa base de dados para o discurso acadêmico e informando esforços de formulação de políticas baseadas em evidências.

Importante ressaltar que a grande maioria das perguntas ofereceu aos respondentes a possibilidade de preencher um espaço de comentários. Isso ofereceu uma visão mais detalhada e específica das atuações e percepções desses sobre o assunto. Também, permitiu entender quais perguntas não foram bem compreendidas pelos participantes. Com base nisso, as respostas deles, que muitas vezes eram genéricas ou, no caso de classificações de 1 a 5 ou 1 a 10, situadas em um nível intermediário, foram retiradas da análise.

3. Resultados

Grupo de perguntas I: Informações pessoais

Q1: Como você se identifica

Após analisar as respostas à pergunta "Como você se identifica?", aqui está a distribuição das respostas. As categorias "Prefiro não dizer" e "Outro" foram somadas para fins de análise sob a categoria N/A (Figura 2.2). Essa divisão nos proporciona uma visão geral de como os respondentes se identificaram em termos de gênero. Podemos, então, observar um equilíbrio entre

³ Ver Anexo 2

a autoidentificação dos participantes, com uma leve maior representação das pessoas se identificando com o gênero “masculino”.

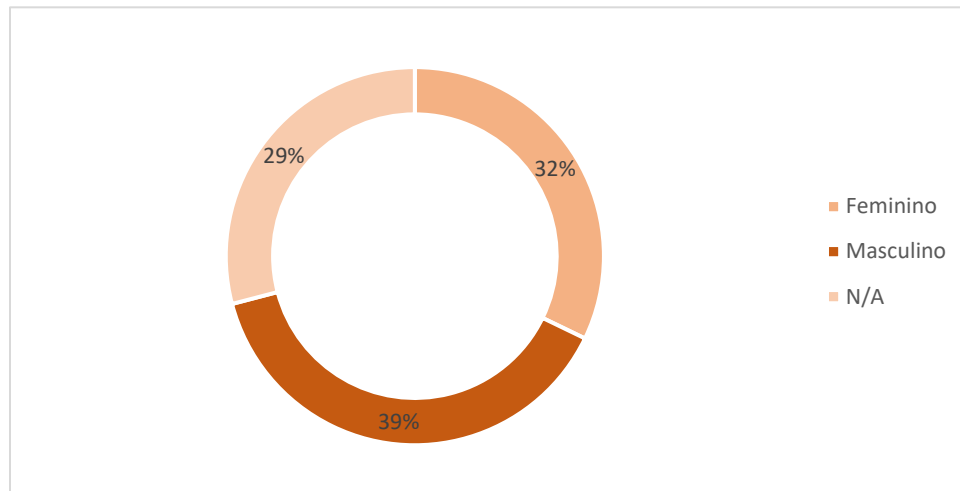


Figura 2.2 Identificação por gênero

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no questionário

Q2 – País de afiliação



Figura 2.3 Mapa distribuição países de afiliação

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no questionário

Acima, um mapa retratando a distribuição dos respondentes a nível global (Figura 2.3). Essa distribuição não é representativa da população como um todo de atendentes à Conferência das Partes (COP), mas, sim, das organizações escolhidas para realizar o questionário, a saber organizações presentes em países da UE e do Brasil, foco principal da análise no capítulo 3. Os outros países presentes nas respostas estão provavelmente devidos à mudança de cargo ou país da missão ou por serem especialistas com afiliações múltiplas.

Q3 – Seu setor

Após analisar as respostas à pergunta "Seu setor", apresentamos a distribuição das respostas:

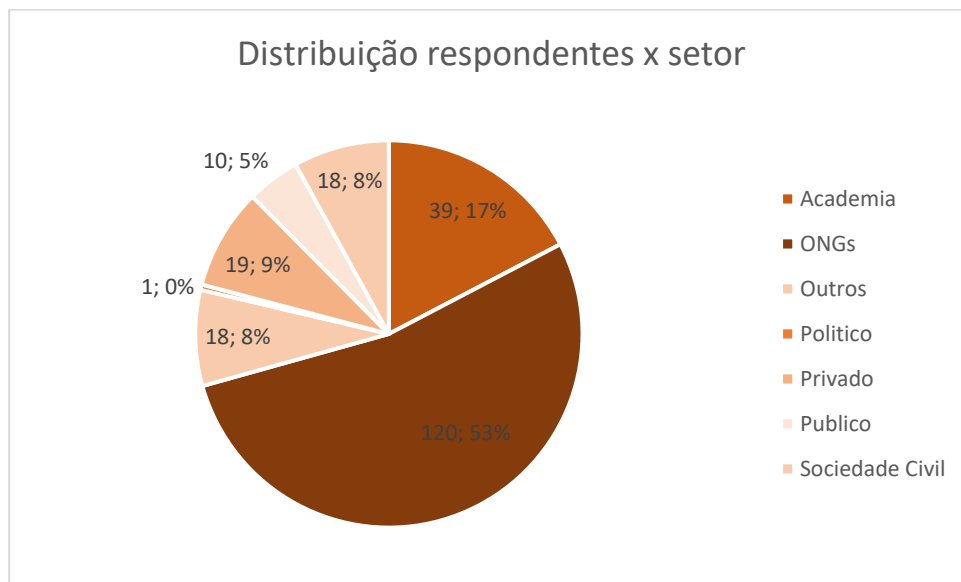


Figura 2.4 Setores representados

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no questionário

Respostas detalhadas sob a categoria "Outro" para a pergunta sobre afiliação setorial: Político, Think Tank, Associação Comercial, Associação Empresarial sem Fins Lucrativos, Pesquisa, Filantropia, “Setor público, sociedade civil e Organização Não Governamental (ONG)”, Organização das Nações Unidas (ONU), Setor Cooperativo, OIG (Organização Intergovernamental), Think tank sem fins lucrativos, Plataforma multiatores, Associação, Fundação (Política), Associação Empresarial

Os respondentes se identificaram com uma variedade de setores além das opções predefinidas (Figura 2.4). Isso ressalta a importância de fornecer uma categoria "Outro" para capturar um espectro mais amplo de afiliações e de respostas, em geral. Abaixo, na Figura 2.5, um gráfico relatando a distribuição de setores por país de afiliação dos participantes ao questionário. Podemos observar que há uma alta presença de ONGs (53%) e uma lista diversa de países. Os representantes da Academia que mais participaram do questionário foram da Alemanha, Bélgica e Reino Unido, já para o setor privado, foram respondentes do Brasil.

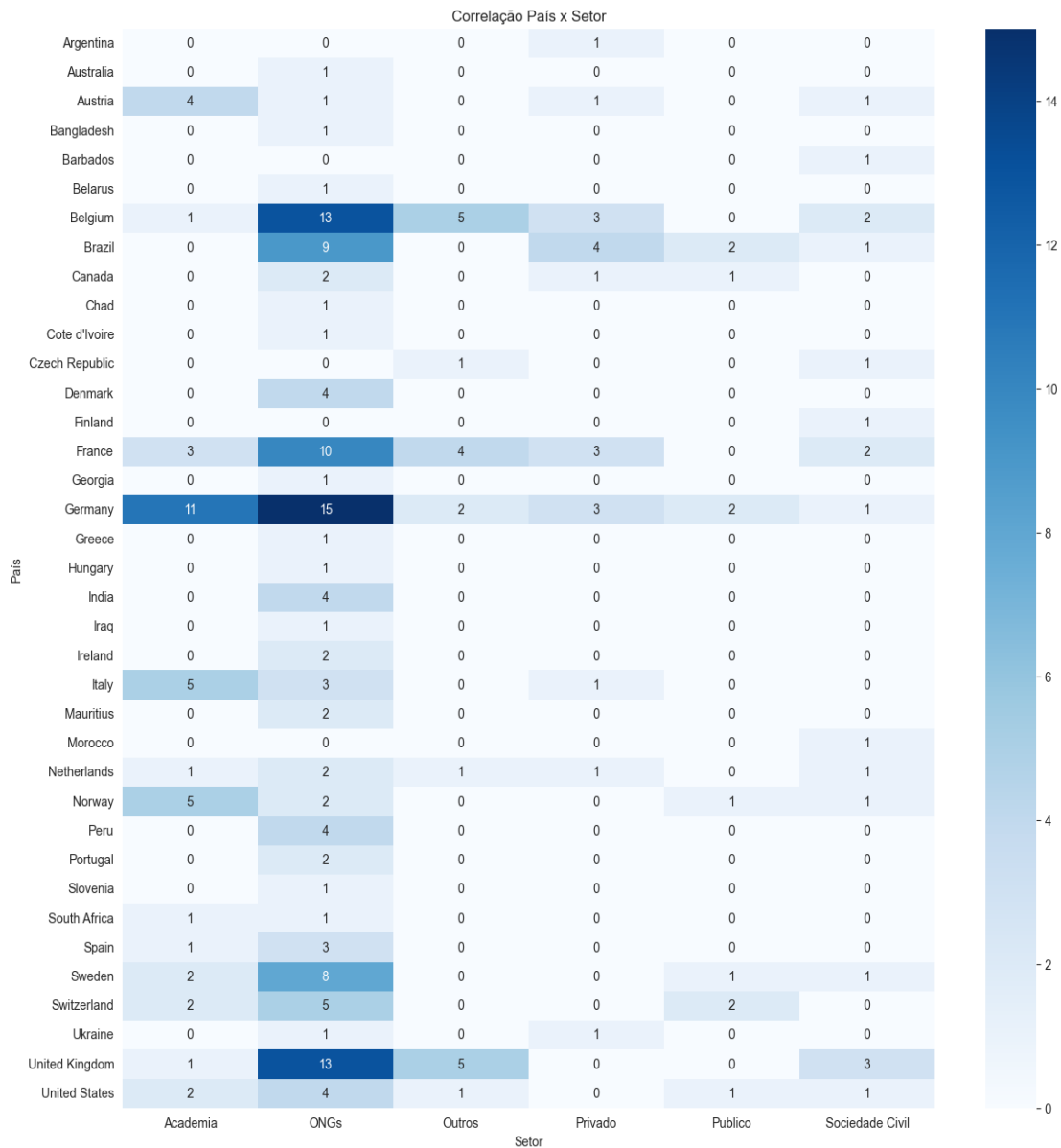


Figura 2.5 Q2 x Q3 - % setores por país de afiliação

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no questionário

Q4 – A organização onde trabalha

Esta pergunta de respostas abertas não era mandatória. As afiliações representam uma perspectiva global, com os respondentes trabalhando em organizações de vários países ao redor do mundo, incluindo Canadá, França, Alemanha, Índia, Brasil, Suécia, Suíça e outros. Não obstante, é interessante analisar essas respostas (ver Anexo 1). Alguns respondentes estão afiliados a organizações especializadas que se concentram em áreas específicas, como mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável, energia, conservação ambiental e justiça social. Vários estão associados a universidades ou institutos de pesquisa, indicando uma forte presença acadêmica entre os participantes da pesquisa. Uma parte importante está afiliada a organizações não governamentais (ONGs) e organizações sem fins lucrativos, destacando a importância da sociedade civil na abordagem de questões ambientais e sociais. Alguns respondentes trabalham para organizações internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o Conselho Mundial de Igrejas, demonstrando um engajamento global e multidisciplinar em esforços de sustentabilidade e desenvolvimento.

Essa diversidade nas afiliações organizacionais ressalta a natureza interdisciplinar e colaborativa dos esforços voltados para enfrentar desafios ambientais e sociais. Essa dimensão corrobora com as variáveis de multisetorialidade e presença de multiatores consideradas no capítulo 1. A pesquisa deste trabalho é relevante por procurar captar as opiniões de atores a diferentes níveis e setores de atuação e decisão. Isso é vital para ter uma visão que possa respeitar essas duas dimensões da CPDS (ASHLEY, 2016; LOCATELLI et al., 2020; SCOTT; RHODES; HOICKA, 2023).

Grupo de perguntas II: a CPDS e seu papel no seu país de afiliação e organização

Q5 Por favor, citar 3 países com os quais sua organização mais coopera

Com base nas respostas fornecidas, aqui estão algumas percepções sobre os países mais frequentemente citados para cooperação pelas organizações dos respondentes:

União Europeia (UE): A UE é frequentemente mencionada como um parceiro-chave para cooperação, refletindo os esforços colaborativos entre organizações e instituições da UE em várias questões relacionadas à sustentabilidade, defesa de políticas e desenvolvimento.

Estados Unidos (EUA): Os EUA é outro país frequentemente citado para cooperação, indicando parcerias com organizações norte-americanas, agências governamentais ou iniciativas em projetos ambientais, sociais ou de desenvolvimento.

Alemanha: A Alemanha surge como um parceiro proeminente para cooperação entre as organizações dos respondentes, provavelmente devido ao seu papel de liderança em iniciativas ambientais, colaborações de pesquisa e projetos de desenvolvimento e apoio internacional (FURNESS, 2020). Outros países importantes mencionados para cooperação incluem França, Índia, Brasil, Reino Unido, Holanda, Espanha, Canadá e alguns outros países africanos, asiáticos e latino-americanos.

É evidente que as organizações se envolvem em uma ampla gama de parcerias e colaborações com países ao redor do mundo, refletindo a natureza global de seu trabalho e a importância da cooperação internacional na abordagem de desafios complexos, como o de mudança climática (ENGLAND et al., 2018b). Esses resultados espelham o motivo da consideração das variáveis local, nacional, regional e internacional do quadro do capítulo 1.

Q6 – Você diria que seu país de afiliação tem um compromisso claro à CPDS expresso em alto nível de tomada de decisão?

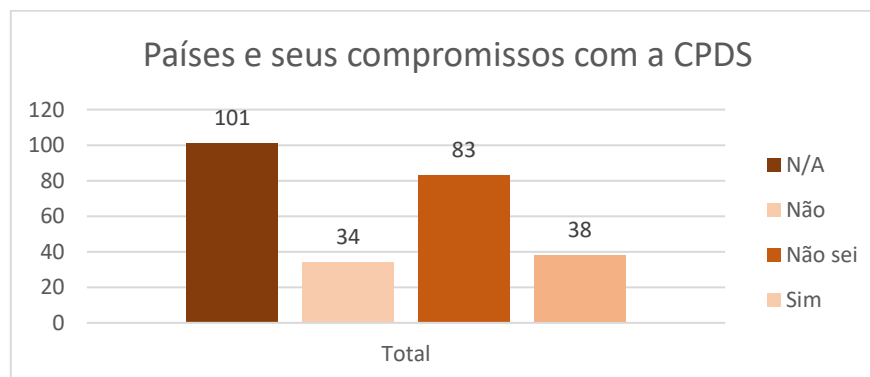


Figura 2.6 Compromisso dos países com a CPDS
Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no questionário

Alguns respondentes indicaram que seu país de afiliação possui um compromisso claro com a CPDS expressa em um alto nível de tomada de decisão, como podemos ver na Figura 2.6. Um número similar de participantes indicou que seu país não possui um compromisso claro com a CPDS expressa em um alto nível de tomada de decisão.

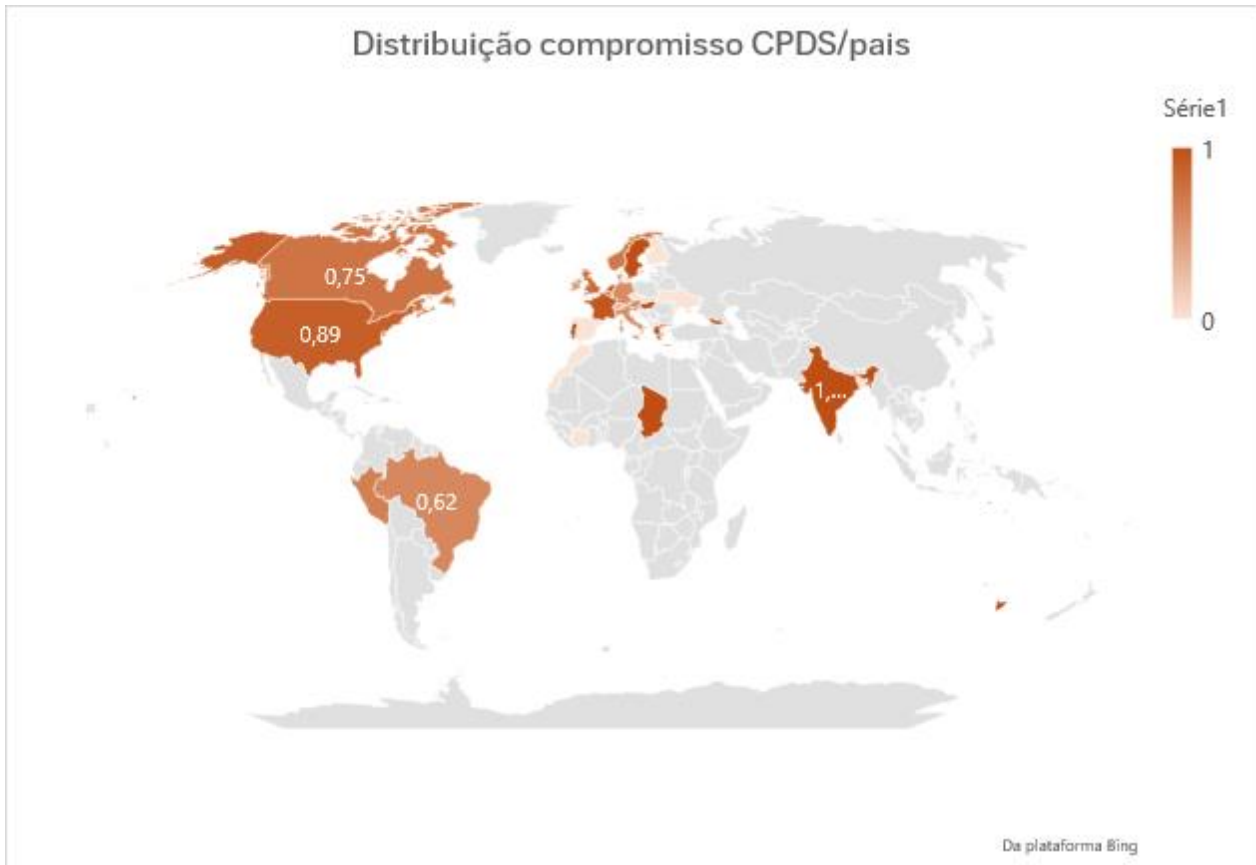


Figura 2.7 Mapa proporção compromisso CPDS/país dos respondentes
 Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no questionário

Alguns respondentes expressaram ceticismo ao afirmarem que, por mais que o país tenha algum mecanismo instaurado, o compromisso não está sendo respeitado. Em contrapartida, um importante número de respondentes expressou incerteza quanto ao fato de seu país ter um compromisso claro com a CPDS em um alto nível de tomada de decisão (“Não sei”). Um número maior ainda preferiu não responder, provavelmente por não saber a resposta ou não achar isso relevante para o seu país.

Essa percepção mista destaca a complexidade e a compreensão variada do compromisso com a CPDS em diferentes contextos. Isso sugere que pode haver diferenças na conscientização, transparência e eficácia dos esforços de CPDS em diversos países, sendo isso um elemento

preocupante no horizonte da Agenda 2030. Como o afirmam em seu artigo de 2021, Moure et al. “a coerência política aumentaria a colaboração intersetorial e a partilha de dados entre agências governamentais; a otimização dos recursos humanos; a capacidade de fazer planos estratégicos visando co-benefícios intersetoriais; maior transparência entre agências, mas também em relação à população; bem como melhorar a divulgação e a absorção de informações das diretivas federais para o nível local”(MOURE et al., 2021), que são primordiais para superar os desafios enfrentados atualmente pelas nossas sociedades. Assim, podemos afirmar da importância do presente estudo. No mapa da Figura 2.7, é apresentada a porcentagem de respostas “Não” e “Não sei” pelo número total de respostas. Com mais perto de 0, mais os participantes ao questionário consideram que os países de afiliação deles estão comprometidos com uma agenda da CPDS. Os países da UE e alguns da África se destacam nesta categoria. Também, vale destacar, que é na UE que há um grande número de respondentes considerando que o país não cumpre com esse compromisso, como é o caso da França, Inglaterra, Portugal, Suécia ou Holanda. Isso corrobora com resultados da análise feita no capítulo 3 e traz a necessidade das variáveis de horizontalidade, verticalidade e de coerência interna, analisadas no quadro no primeiro capítulo deste trabalho.

Q6 - comentários

Respondentes de países com alto Produto Interno Bruto (PIB) per capita (como França, Canadá e Finlândia) têm mais probabilidade de relatar que seu país tem um compromisso claro em promover a CPDS em comparação com aqueles de países com PIB per capita mais baixo. Isso pode ser atribuído a uma variedade de fatores, incluindo maior acesso a recursos, maior conscientização sobre questões ambientais e regulamentações e políticas governamentais mais fortes relacionadas à sustentabilidade. Essa assimetria foi altamente discutida em estudos sobre a CPDS, principalmente com foco na noção de estado doador/beneficiário e relações Norte/Sul (KOFF, 2020; MBANDA; FOURIE, 2020b; MOLDES-ANAYA et al., 2022; SIITONEN, 2017). Além disso, os respondentes de países com níveis mais altos de desenvolvimento econômico podem ter maior acesso a oportunidades educacionais e de emprego relacionadas à sustentabilidade, levando a um maior nível de conscientização e envolvimento com o tema. Por outro lado, os respondentes de países com níveis mais baixos de desenvolvimento econômico podem ter menos acesso a recursos e educação sobre sustentabilidade, resultando em níveis mais baixos de conscientização e envolvimento. No geral, o nível de compromisso com a CPDS pode ser influenciado por uma

variedade de fatores, incluindo políticas governamentais, transparência, instituições fracas, cooperação internacional, treinamentos técnicos dos agentes do desenvolvimento e tomadores de decisão, finanças sustentáveis etc., fugindo, assim, dessa regra.

Aqui está uma análise de alguns dos pontos e temas nos comentários em relação à pergunta 6:

1. Apoio da Alemanha à CPDS: A Alemanha é retratada como favorável à CPDS, com uma Estratégia para a Sustentabilidade para implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
2. Escritório de Sustentabilidade da Universidade: Há menção de um escritório de sustentabilidade de uma universidade italiana colaborando com a gestão para implementar iniciativas de sustentabilidade.
3. Plano de Redução de Emissões do Canadá: O Canadá tem um plano para reduzir as emissões até 2030 e tem como objetivo atingir emissões zero até 2050, alinhando-se com o Acordo de Paris.
4. Implementação Institucional x Expressão Política: Algumas ações relacionadas à sustentabilidade estão sendo implementadas institucionalmente na República Checa, mas podem carecer de uma expressão política clara, possivelmente mais alinhada com os quadros da UE do que com os da ONU.
5. Compromisso dos EUA com os ODS: Os EUA são mencionados como tendo um compromisso com os ODS, apesar da interferência política afetar as ações necessárias.
6. Incoerência nas Políticas do Reino Unido: Um cidadão do Reino Unido percebe inconsistência nas políticas do Reino Unido em relação à biodiversidade e ao clima, com um foco no crescimento econômico potencialmente conflitante com os objetivos ambientais.
7. Setor Agrícola e CPDS: O setor agrícola é mencionado, no Brasil, como envolvido em CPDS devido a requisitos regulatórios e pressões de mercado.

8. Programa de Desenvolvimento da Costa do Marfim: A Costa do Marfim está desenvolvendo seu programa nacional de desenvolvimento com base em objetivos da ONU e da União Africana (UA) para 2030 e 2063, respectivamente.
9. Institucionalização da Implementação dos ODS: No Bangladesh, as ações incluem a formação de comitês, exercícios de mapeamento, planos de ação, análise de dados e estratégias de financiamento.
10. Desafios na Implementação: Embora haja compromisso político com a sustentabilidade, a implementação nem sempre se alinha com as intenções, havendo espaço para melhoria na coerência das políticas, afirmam alguns respondentes da Alemanha e da Áustria.

No geral, os comentários refletem uma mistura de perspectivas sobre a integração de metas de sustentabilidade em políticas e ações, com alguns destacando progresso e compromisso, enquanto outros observam desafios e áreas para melhorias para alcançar uma CPDS.

Q7 - Existe alguma instituição encarregada de desenvolver e/ou monitorar a CPDS como parte da Agenda 2030 em seu país? Se sim, por favor mencione.

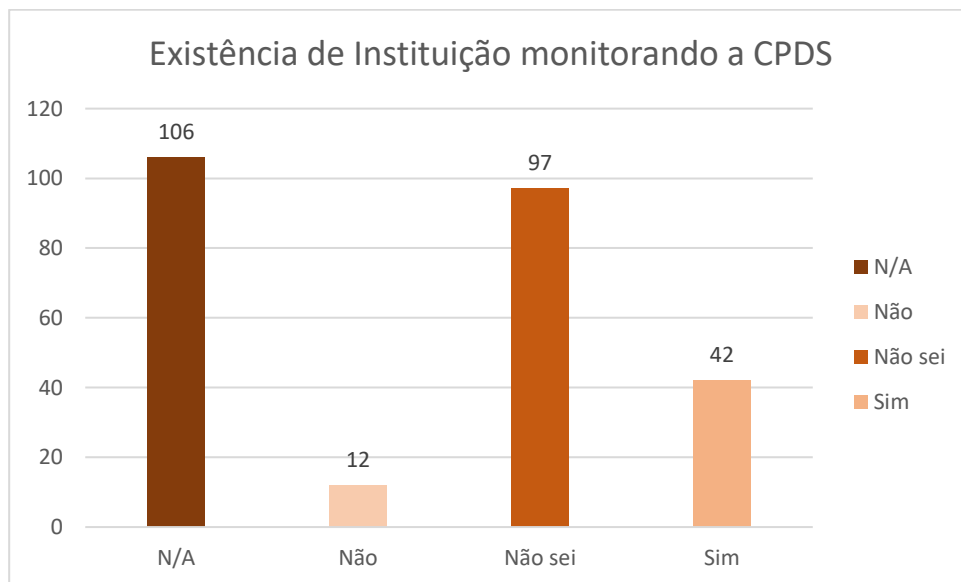


Figura 2.8 Instituições responsáveis pelo monitoramento da CPDS
 Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no questionário

Alguns respondentes mencionaram instituições específicas em seus países responsáveis pela CPDS, como o Ministério dos Direitos Sociais e Agenda 2030 na Espanha, o Ministério para a Cooperação Internacional na Bélgica, a Comissão Europeia, o Conselho Dinamarquês para o Desenvolvimento Sustentável e a Aliança Italiana para o Desenvolvimento Sustentável (ASVIS). Menos de 5% afirma que não há nenhuma instituição especificamente designada para a CPDS em seu país. Não obstante, muitos respondentes (quase 38%) expressaram incerteza quanto à existência de tal instituição em seu país (Figura 2.8). Similar à pergunta anterior, uma grande maioria preferiu não responder, provavelmente por falta de conhecimento sobre a existência de tal instituição.

Com base nas respostas fornecidas, parece haver uma percepção mista quanto à clareza e ao compromisso dos países em aderir aos princípios da CPDS como parte da Agenda 2030. A seguir, com base nos comentários relacionados à pergunta Q7, podemos listar algumas das instituições e iniciativas encarregadas de desenvolver e/ou monitorar a Coerência de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (CPDS) como parte da Agenda 2030 em diferentes países:

1. **Espanha:**

- Ministerio de derechos sociales y Agenda 2030
<https://www.mdsocialesa2030.gob.es/>
- SDSN, CADS

2. **Alemanha:**

- Conselho para o Desenvolvimento Sustentável (Nachhaltigkeitsrate)
- A redação da estratégia nacional de desenvolvimento sustentável da Alemanha foi liderada pela Chancelaria.
- Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento

3. **Dinamarca:**

- Conselho do Clima (Klimaraadet) <https://klimaraadet.dk/>

4. **Itália:**

- Ministério do Meio Ambiente e ASVIS (Aliança Italiana para o Desenvolvimento Sustentável)

- O Ministério para a Transição Ecológica é encarregado de monitorar a implementação de 2030. Não está claro em que medida eles cobrem a CPDS.
- CONCORD Europa e CONCOR Itália

5. **Canadá:**

- Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (Environment and Climate Change Canada)

6. **França:**

- Ministério da Ecologia e Transição Ambiental
- Existem instituições responsáveis pela Estratégia Nacional de Baixo Carbono e outras políticas nacionais, mas aparentemente não há nenhuma para cooperação europeia ou internacional.

7. **Estados Unidos:**

- Existem várias instituições nos EUA desenvolvendo e monitorando políticas sobre os ODS.

8. **Brasil:**

- Ministério do Meio Ambiente, entre outros
- O Ministério do Meio Ambiente costumava ser responsável, mas houve um desmantelamento considerável no governo atual.
- Existe uma instituição. No entanto, a administração em exercício desmantelou em grande medida a estrutura que permite a implementação efetiva das ações no âmbito das políticas relacionadas com esta área.

9. **Bangladesh:**

- O Relatório de Progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de Bangladesh é preparado e publicado pela Divisão Geral de Economia da Comissão de Planejamento de Bangladesh.

10. Peru:

- Ministerio del Ambiente

11. Reino Unido:

- Um dos respondentes comentou o seguinte: “A coerência de políticas é altamente inconveniente. É muito mais fácil ser completamente incoerente - falar sobre mudanças climáticas e ao mesmo tempo incentivar carros elétricos - ou falar sobre compromissos com o sul global, enquanto corta a ajuda e incentiva a exploração corporativa do sul global”. Não teve menção de alguma instituição por outros participantes ao questionário relacionados a esse país.

12. Costa do Marfim:

- Ministério do Planejamento e Desenvolvimento

13. Noruega:

- “O governo recentemente elaborou um Plano de Ação Nacional para os ODS, mas ainda não possui um sistema eficiente para monitorar a CPDS”.

14. Finlândia:

- “Em princípio, o Ministério das Relações Exteriores é responsável, mas na prática atualmente não está funcionando”.

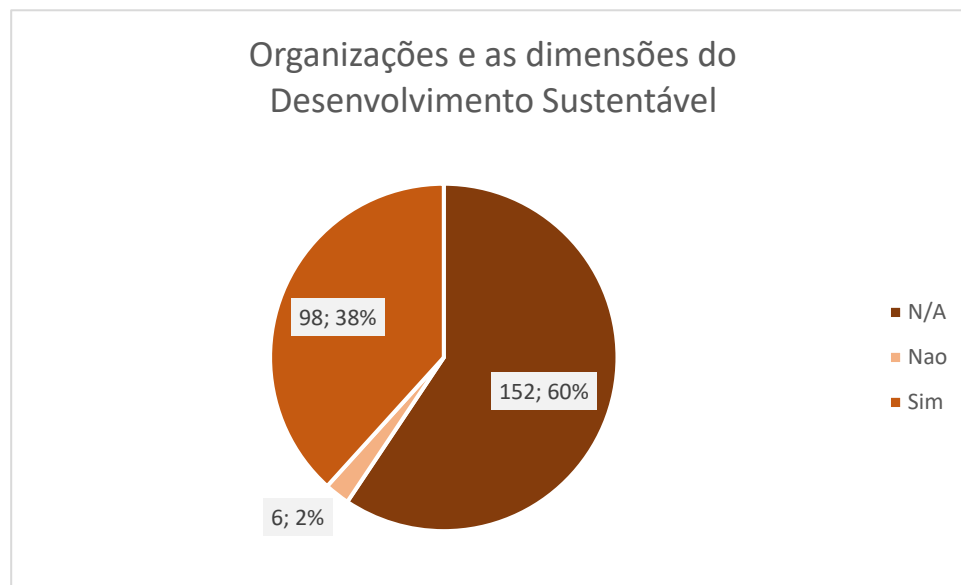
15. República Tcheca:

- Ministério do Meio Ambiente.

Enquanto alguns países têm instituições ou departamentos dedicados que supervisionam a CPDS, outros podem carecer de estruturas claras ou enfrentar desafios nesse sentido. Essas instituições desempenham um papel importante no desenvolvimento e monitoramento de políticas que promovem a sustentabilidade e a realização dos ODS dentro de suas respectivas jurisdições. No geral, as respostas refletem uma variedade de perspectivas sobre o grau em que os princípios da CPDS estão integrados aos processos de tomada de decisão nacionais, como parte da Agenda

2030. Enquanto alguns países parecem ter mecanismos robustos para apoiar a CPDS, outros podem enfrentar desafios ou falta de clareza a esse respeito (isso pode ser justificado pela variedade de respostas para um mesmo país). A falta de conhecimento ou mesmo, de centralização, das ações dos governos em relação a CPDS pode enfraquecer o bom alcance dos ODS e a CPDS em si (TOSUN; LANG, 2017) . Mas, já é satisfatório observar que há uma paisagem diversificada de arranjos institucionais relacionados à CPDS em diferentes países.

Q8 - Você diria que sua organização considera as dimensões internacionais do desenvolvimento sustentável e os potenciais impactos transfronteiriços das suas atividades?



*Figura 2.9 Inserção das dimensões de desenvolvimento sustentável dentro das organizações
Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no questionário*

Parece que a maioria das respostas, quando não escolhida a opção N/A, indica que as organizações consideram as dimensões internacionais do desenvolvimento sustentável e os potenciais impactos transfronteiriços de suas atividades (Figura 2.9). Isso é crucial para garantir que as iniciativas de desenvolvimento sustentável não apenas beneficiem localmente, mas também levem em conta os efeitos que podem ter além das fronteiras nacionais, evitando, assim, possíveis *trade-offs*. Essa abordagem demonstra um compromisso com uma visão holística e global do desenvolvimento sustentável. Mais uma vez, essas respostas reforçam a importância das dimensões de

verticalidade, horizontalidade, interna e externa mencionadas no quadro do capítulo 1, assim como as variáveis geográficas.

Q8 - Se sim, é avaliado ex-ante, em momento:- intermediário, final, Ex-post ou em todas as fases?

As organizações representadas pelos respondentes consideram as dimensões internacionais do desenvolvimento sustentável e os potenciais impactos transfronteiriços de suas atividades, em certa medida (Tabela 2). No entanto, a avaliação desses aspectos pode variar. A avaliação das dimensões internacionais do desenvolvimento sustentável e dos impactos transfronteiriços potenciais não é sistemática nessas organizações e pode ainda estar em desenvolvimento ou não ser uma prioridade.

A seguir, vamos realizar uma análise das ocorrências de diferentes momentos de avaliação (Ex-ante, Intermediária, Final, Ex-post, Todas as opções) para cada setor listado na coluna "Q3":

Tabela 1 Contagem Fases x Setor
Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no questionário

	Ex-ante	Intermediária	Final	Ex-post	Todas as opções
Privado	13	0	2	2	5
Academia	12	1	0	0	7
ONGs	43	1	1	0	21
Sociedade Civil	8	0	0	0	2
Outros	6	0	0	0	1
Público	6	0	0	0	3
Total	88	2	3	2	39

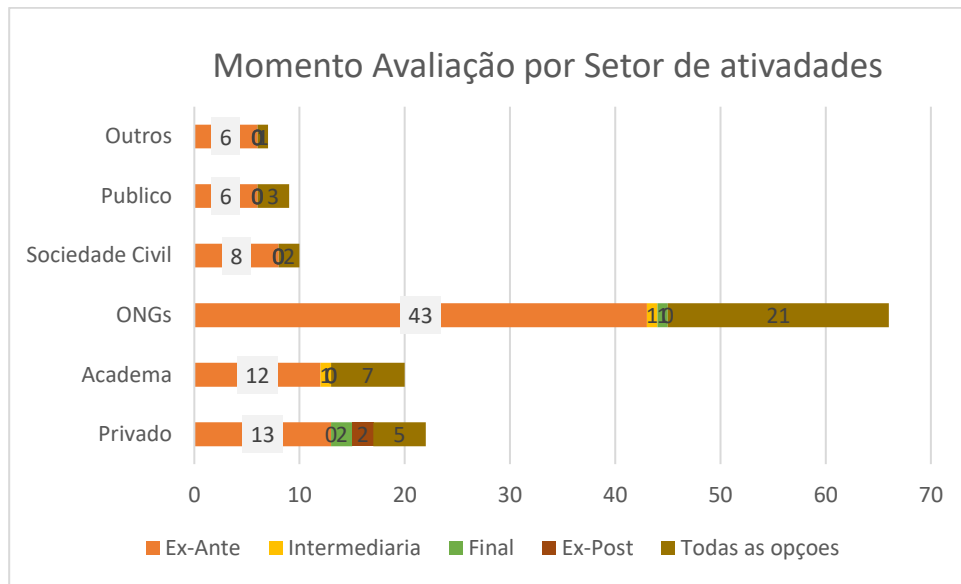


Figura 2.10 Momentos de avaliação x Setor de atividade

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no questionário

Por mais que, pela Tabela 1 fique claro que a avaliação Ex-post é a mais difundida, um número importante de pessoas considerou todas as respostas anteriores como válida. Para uma visualização direcionada aos setores representados neste questionário, foi criado um gráfico de correlação. Esses números mostram quando os diferentes setores aplicam a avaliação em seus projetos (Figura 2.10). Por exemplo, as ONGs parecem ser mais propensas a considerar a avaliação “ex-ante” e “todas as opções” em segundo lugar, enquanto o setor privado mostra uma distribuição mais equilibrada entre os diferentes momentos de avaliação. Interessante ressaltar que os únicos que responderam, separadamente “ex-post” e “final” foram representantes do setor privado. Também, os respondentes das categorias Público, Sociedade Civil e Outros foram os únicos a escolherem “Ex-ante” como resposta única. A questão de planejamento e monitoramento de resultados é essencial para a CPDS, para todos os setores e ela deve contar com mecanismos desde a avaliação de impacto ex-ante até o monitoramento ex-post (YUNITA et al., 2022)

Q9 - O plano de negócios da sua organização considera alguma dimensão de responsabilidade (accountability) para as mudanças climáticas de acordo com a Agenda 2030 e os ODS?



Figura 2.11 Accountability nas organizações

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no questionário

A maioria das respostas, 61%, (Figura 2.11) indica que o plano de negócios das organizações considera a responsabilidade em relação às mudanças climáticas em algum aspecto, em conformidade com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Isso é fundamental para abordar os desafios climáticos e garantir que as metas de desenvolvimento sustentável sejam alcançadas de forma integrada. É encorajador ver um compromisso em alinhar os objetivos organizacionais com os objetivos globais de sustentabilidade.

Para quem respondeu sim, a próxima pergunta era: **Se sim, sua organização relata publicamente essas informações de forma transparente? Com opção de comentários.**

Para os que responderam que a organização tinha alguma forma de *accountability* (73respondentes), 13 indicaram que a publicação desses mecanismos não se aplica e 0 que não há alguma forma de divulgação desses. Isso mostra que para a maioria das organizações, os respondentes afirmaram que seus planos de negócios levam em consideração a responsabilidade em relação às mudanças climáticas e que a maioria delas também relata essas informações publicamente de maneira transparente. Isso sugere uma conscientização e uma ação ativa em relação às preocupações com o clima. Os comentários inseridos ilustram diversas abordagens para

relatar e comunicar esforços relacionados à mudança climática e sustentabilidade dentro de diferentes organizações:

- Algumas organizações mencionam iniciativas específicas relacionadas ao clima, como a redução de emissões, a inclusão de impactos climáticos em relatórios anuais e a definição de metas e políticas de sustentabilidade.
- Alguns respondentes expressam incerteza sobre se suas organizações estão relatando publicamente informações sobre responsabilidade climática, indicando possíveis lacunas na comunicação ou na compreensão interna desses processos.
- Alguns respondentes fornecem links para relatórios e documentos relevantes que demonstram seu compromisso e ações em relação à responsabilidade climática.
- Algumas respostas sugerem que as organizações estão em processo de implementação de medidas e políticas relacionadas ao clima, indicando uma progressão contínua nessa área.
- Início do Processo de Responsabilidade: Uma organização reconhece o início de um processo de responsabilidade, embora haja espaço para melhorias. O respondente em questão menciona que, mesmo tendo um compromisso de publicar informações no site da sua organização, há o reconhecimento da necessidade de processos de medição ainda mais claros.
- Integração da Dimensão da Mudança Climática: Outra organização enfatiza a integração de dimensões da mudança climática em áreas mais amplas, como a proteção da saúde sexual e reprodutiva, indicando uma abordagem multidimensional para a sustentabilidade.
- Lançamento do Plano Estratégico: Uma organização lançou um plano estratégico delineando prioridades de desenvolvimento sustentável. Embora o plano possa não referenciar diretamente os ODS, a organização visa alinhar suas prioridades com os ODS.
- Publicação de Relatórios Anuais e Compromissos: Várias organizações destacam a publicação de relatórios anuais e compromissos relacionados a esforços de sustentabilidade, demonstrando transparência e responsabilidade para com as partes interessadas. Há também compartilhamento de estudos de caso, apresentações e outros meios para comunicar progresso e resultados relacionados a metas de sustentabilidade.
- Discussões Internas sobre Sustentabilidade: Algumas organizações mencionam discussões internas em andamento sobre sustentabilidade, indicando uma abordagem em evolução para

enfrentar desafios de sustentabilidade, usando do mecanismo de capacitação, relevado na pesquisa do capítulo 1 .

- **Comunicação por Meio de Vários Canais:** As organizações utilizam diversos canais de comunicação, como mídias sociais, mídia tradicional e sites dedicados, para disseminar informações sobre suas iniciativas de sustentabilidade.
- **Alinhamento com os ODS:** São feitos esforços pelas organizações para alinhar suas estratégias com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ou outros frameworks relevantes, demonstrando um compromisso com agendas globais mais amplas de sustentabilidade.
- **Advocacia e Engajamento:** As organizações se engajam em atividades de advocacia, parcerias e participação em eventos para promover a sustentabilidade e influenciar decisões políticas em diversos níveis, como a defesa de regulamentações sobre pegada de carbono e a promoção de transições energéticas verdes, o que espelha o Nível 5 do quadro montado no primeiro capítulo.
- **Pesquisa e Análise Científica:** Algumas organizações concentram-se em pesquisa científica e análise para entender as complexidades dos sistemas climáticos e informar políticas e tomadas de decisão baseadas em evidências.
- **Transparência e Responsabilidade para com os Membros:** As organizações demonstram transparência e responsabilidade para com seus membros, partes interessadas e financiadores por meio de mecanismos de relatório, indicando um compromisso com práticas de governança responsáveis.

Em resumo, as respostas indicam uma variedade de abordagens e compromissos das organizações em relação à responsabilidade climática, desde a inclusão dessa preocupação em seus planos de negócios até a divulgação transparente das ações e resultados relacionados ao clima.

Grupo de perguntas III: A CPDS e sua opinião sobre seu papel globalmente

Q12 - Seria possível, por favor, avaliar a CPDS em relação a sua importância para a Agenda 2030?

Na Figura 2.12, abaixo, podemos observar a quantidade de respondentes que avaliam a importância da CPDS para a Agenda 2030, de 1 (nada importante) à 5 (muito importante). Essas respostas mostram uma variedade de avaliações em relação à importância do CPDS para a Agenda 2030. Há um número considerável de respostas abaixo de 3, indicando possíveis preocupações ou falta de clareza sobre o papel do CPDD em relação aos objetivos da Agenda 2030. No entanto, a maioria das respostas parece reconhecer a importância do CPDS, atribuindo notas mais altas, o que sugere um reconhecimento geral da relevância deste conselho para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

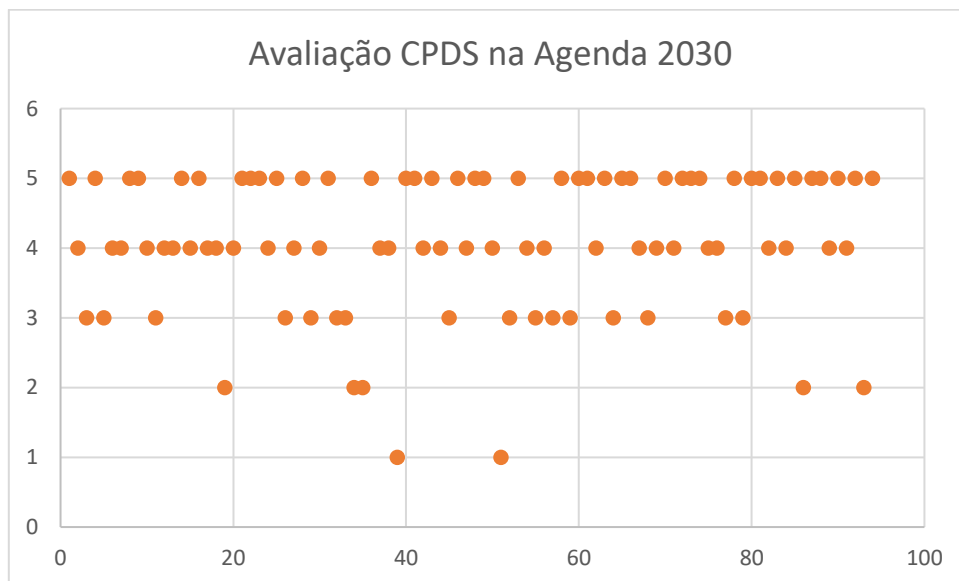


Figura 2.12 A CPDS na agenda 2030

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no questionário

Q13 - Você considera que a CPDS é um pilar essencial para alcançar os objetivos da Agenda 2030?



Figura 2.13 A CPDS como pilar da Agenda 2030

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no questionário

As respostas para as perguntas Q12 e Q13 fornecem uma visão interessante sobre a percepção da importância da Coerência das Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (CPDS) para a Agenda 2030. Na Figura 2.13, podemos ver que dos respondentes, mais de 81% enfatizam a importância da CPDS para alcançar metas de desenvolvimento sustentável, destacando que a CPDS é essencial para garantir a eficácia das políticas e evitar conflitos entre diferentes objetivos de sustentabilidade. 17% expressam incerteza ou ambivalência quanto à importância da CPDS, sugerindo que a CPDS pode ser importante, mas talvez não seja o único fator ou que possa haver desafios na implementação efetiva da CPDD. Somente 2% respondentes expressam uma visão crítica da CPDS, classificando-a como não importante ou considerando-a uma ideia insignificante.

Além disso, algumas respostas fornecem comentários adicionais sobre a CPDS, destacando a necessidade de políticas públicas coordenadas em níveis federal e local (por exemplo, no Brasil) e enfatizando a importância da CPDS para abordar questões como mudança climática e desigualdade social.

No geral, as respostas variam de acordo com a percepção individual dos respondentes, mas indicam uma consciência da importância potencial da CPDS para a implementação efetiva da Agenda 2030 e para abordar desafios globais de sustentabilidade.

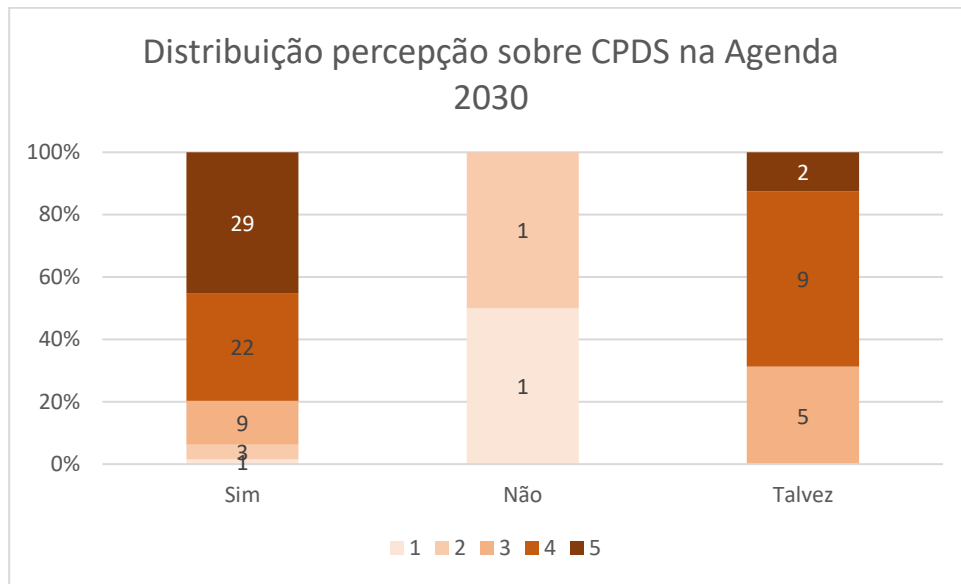


Figura 2.14 Correlação perguntas Q12 e Q13

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no questionário

Graças a Figura 2.14, podemos observar que há uma tendência consistente entre as duas perguntas. Aqui estão algumas observações:

Se as classificações em Q12 forem predominantemente altas (por exemplo, 4 ou 5), isso sugere que os respondentes percebem a Coerência das Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (CPDS) como importante, na pergunta Q13. Assim, observamos que, de fato, a única resposta de escala 1 em Q12, foi contabilizada para o respondente que considerou, na pergunta Q13, que a CPDS não é um pilar para a Agenda 2030. Para os respondentes que responderam “Talvez” ou “Sim” em Q13, as classificações são diversas em Q12, mas com uma forte tendência de respostas 1 e 2 para quem respondeu “Sim, e 2 e 3 para quem respondeu “Talvez”. Podemos afirmar que há uma consistência entre essas duas perguntas e validação das percepções dos respondentes.

Q13 – Comentários

Essas respostas refletem uma variedade de perspectivas e níveis de engajamento em relação à implementação da Agenda 2030 e às questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Alguns respondentes mostram um claro conhecimento e envolvimento com iniciativas específicas, como estratégias de sustentabilidade, planos de redução de emissões e compromissos com metas ambientais internacionais. Outros expressam desconhecimento ou falta de clareza sobre certos

termos ou conceitos, como a CPDS e ODS, o que comunica que é inegável que estamos frente a um panorama assimétrico e o quanto ainda resta a ser feito para conseguir alcançar esses objetivos.

Além disso, algumas respostas indicam um reconhecimento das políticas e esforços de países ou organizações em relação à sustentabilidade e mudança climática, enquanto outras destacam desafios e inconsistências percebidas em políticas internas. Essas respostas revelam uma diversidade de pontos de vista e níveis de engajamento em relação à implementação da Agenda 2030 e ao desenvolvimento sustentável, mostrando uma mistura de reconhecimento de conquistas, desafios e áreas para melhoria, o que reforça o interesse e a inserção adequada dessa pesquisa no panorama da CPDS.

Q14 - Segundo você, qual setor deveria ser mais integrado no processo de formulação de políticas para reforçar a CPDS e por quê?

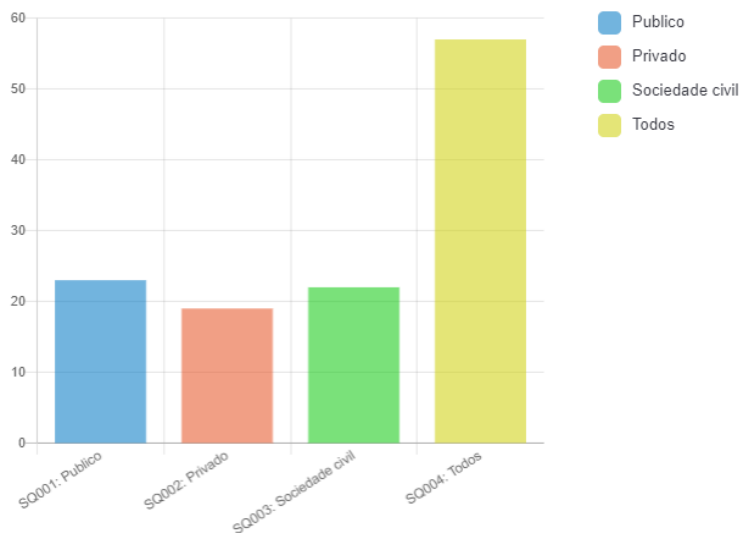


Figura 2.15 Visão sobre integração dos setores na tomada de decisão
Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no questionário

Tabela 2 Distribuição priorização por setor de atividade
Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no questionário

Setor	Não	Sim
Público	73	24
Privado	78	19
Sociedade Civil	74	23
Todos os anteriores	40	57

Nessas próximas perguntas, os setores apresentados para escolha de resposta foram limitados a essas 4 opções, para facilitar o entendimento dos respondentes e a análise dos resultados. Com base nessas contagens, que vemos na Figura 2.15 e na Tabela 2, parece haver uma preferência geral por envolver todos os setores na elaboração de políticas para alcançar o objetivo da CPDS, com 57 respondentes considerando válida essa inserção. No entanto, deve-se notar que o setor que recebeu mais respostas “Não”, de forma individual, foi o setor Privado. O questionário ofereceu aos participantes a opção de inserir comentários abaixo de cada possível resposta.

Q14 – comentários

- Setor Público:

As observações aqui destacam a importância dos municípios e do setor público na promoção da CPDS. Os municípios são vistos como atores-chave na implementação de políticas sustentáveis e são responsáveis perante a sociedade por essas políticas. Existe uma ênfase na confiança depositada nas instituições públicas e na necessidade de que elas liderem pelo exemplo na busca pela CPDS. Além disso, é mencionado que a responsabilidade por promover a CPDS deve ser compartilhada entre os setores público e privado, bem como a sociedade civil. O setor privado é reconhecido por iniciar mudanças em direção à sustentabilidade, enquanto a sociedade civil continua a pressionar por ações que priorizem a vida em geral. No entanto, alguns respondentes enfatizam que o setor público, devido ao seu impacto de escala e autoridade, precisa liderar os esforços em direção à CPDS. Por fim, um dos respondentes faz um apelo para que os formuladores de políticas públicas levem a sério a CPDS em sua legislação e para que as instituições públicas assumam a responsabilidade de produzir políticas nacionais e aplicá-las para melhorar a CPDS.

- Setor Privado:

Aqui, os comentários destacam a percepção de que o setor privado ainda está muito orientado para o lucro e muitas vezes ignora os impactos negativos de suas operações. Enquanto isso, o setor público tende a seguir as pesquisas de opinião e tomar medidas alinhadas com as percepções públicas sobre desenvolvimento sustentável. No entanto, vários respondentes acreditam que o setor privado tem a capacidade de definir a agenda e liderar mudanças, especialmente através do estabelecimento de metas voluntárias e busca por eficiência (SCOBIE, 2016). Embora muitas empresas estejam buscando objetivos voluntários e eficiência, pode haver benefícios em uma maior

coerência para impulsionar mudanças mais amplas. Isso poderia incluir políticas que desencorajam a fabricação de produtos não sustentáveis e a imposição de obrigações às empresas de grande porte, que têm um grande impacto nas emissões e no meio ambiente. Além disso, 3 respondentes destacam a importância da integração dos modelos de negócios do setor privado com considerações de sustentabilidade e a necessidade de uma maior integração entre indústrias, tanto na Europa quanto globalmente, para enfrentar os desafios ambientais de forma mais eficaz.

- Sociedade Civil:

Aqui, os respondentes destacam o papel crucial da sociedade civil na promoção da coerência política e na defesa dos interesses das comunidades locais. Eles destacam desafios enfrentados por organizações não governamentais (ONGs) em certos contextos políticos, como na Hungria, onde o regime atual tem impactado negativamente o ambiente de atuação dessas organizações (CARBONE; KEIJZER, 2016a). Há um reconhecimento da importância de se envolver líderes da sociedade civil, especialmente mulheres líderes, na formulação de políticas e na implementação de programas de desenvolvimento. A diversidade de opiniões e perspectivas é vista como essencial para uma tomada de decisão eficaz, e há uma ênfase na necessidade de incorporar as contribuições dos cidadãos nos processos decisórios (KOFF; HÄBEL, 2022).

Alguns respondentes pontuam que há confiança do público em instituições culturais e acreditam que a sociedade civil está mais próxima das comunidades locais e possui uma riqueza de experiência prática que pode informar políticas e programas de forma mais eficaz. No entanto, existe uma preocupação de que essa experiência e conhecimento não estejam sendo adequadamente integrados no processo de formulação de políticas e no desenho de financiamento, para respondentes de diversos países. A sociedade civil é vista como uma força vital para promover a mudança de comportamento e garantir que os interesses das comunidades sejam considerados na tomada de decisões, especialmente quando há riscos de interesses pessoais ou individuais dominarem o processo político. Portanto, é preciso que a sociedade civil seja mais ouvida e integrada nos processos políticos e de desenvolvimento.

- Todos:

Aqui, se destaca a importância da participação de todos os setores da sociedade na busca pela implementação dos ODS e pela CPDS. Há um reconhecimento geral de que a imposição de

políticas de cima para baixo não é eficaz e que é crucial obter o apoio de todos os interessados e garantir que compreendam o impacto das decisões. Um dos respondentes enfatizou que os atores privados são vistos como tendo recursos e capacidades para apoiar a transição para a sustentabilidade, mas isso requer metas e políticas claras do setor público, bem como apoio da sociedade civil. No entanto, é necessário que haja uma maior participação da sociedade civil em nível sistêmico, especialmente em processos de formulação de políticas como os planos nacionais de clima, onde sua participação tem sido limitada.

A coerência política é vista como fundamental, tanto entre os setores públicos quanto privados, e a sociedade civil é necessária para pressionar por essa coerência. Isso requer uma abordagem holística e inclusiva, envolvendo todos os setores da sociedade, e muitos destacam a necessidade de uma abordagem democrática e participativa para alcançar esse objetivo. Há um comentário que merece destaque, por, talvez, resumir a justificativa deste trabalho em poucas palavras: “*PCSD is still a big unknown for many stakeholders*”⁴. Esses comentários destacam a importância da colaboração entre todos os setores - público, privado e sociedade civil - para alcançar a CPDS. Eles também destacam desafios específicos e áreas de oportunidade para cada setor.

Q15 - Você diria que a Coerência de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável deveria ser mais sobre mecanismos para monitorar incoerências ou design de (trans)formação do desenvolvimento para alcançar a coerência?

Consideramos, para este estudo que ambos os aspectos são importantes para garantir a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável. Vamos explicar as duas dimensões, para, em seguida, desdobrar a análise das respostas:

1. Design de (trans)formação para alcançar coerências:

Esse aspecto se concentra em projetar e implementar políticas que promovam uma transformação positiva em direção ao desenvolvimento sustentável. Isso envolve a criação de estratégias, regulamentações e programas que incentivem práticas sustentáveis em todos os setores da sociedade. O design de (trans)formação é fundamental para garantir que as políticas sejam eficazes na promoção do desenvolvimento sustentável a longo prazo. Isso pode incluir a

⁴ “A CPDS ainda é uma grande incógnita para tantas partes interessadas”

implementação de políticas de energia renovável, incentivos para práticas agrícolas sustentáveis, programas de educação ambiental e muito mais.

2. Mecanismos de monitoramento de incoerências:

Este aspecto se concentra em desenvolver sistemas e ferramentas para monitorar e avaliar a implementação das políticas de desenvolvimento sustentável. Isso inclui a coleta de dados relevantes, a análise de progresso em relação a metas e indicadores estabelecidos, e a identificação de áreas onde as políticas podem precisar de ajustes ou melhorias, identificado assim os *trade-offs*. Os mecanismos de monitoramento são essenciais para garantir a prestação de contas e a transparência na implementação das políticas, bem como para identificar desafios e oportunidades em tempo hábil.

Em resumo, enquanto o design de (trans)formação é crucial para criar políticas eficazes para o desenvolvimento sustentável, os mecanismos de monitoramento são essenciais para garantir que essas políticas sejam implementadas de forma adequada e para avaliar seu impacto e resultados ao longo do tempo. Ambos os aspectos trabalham em conjunto para promover a CPDS.

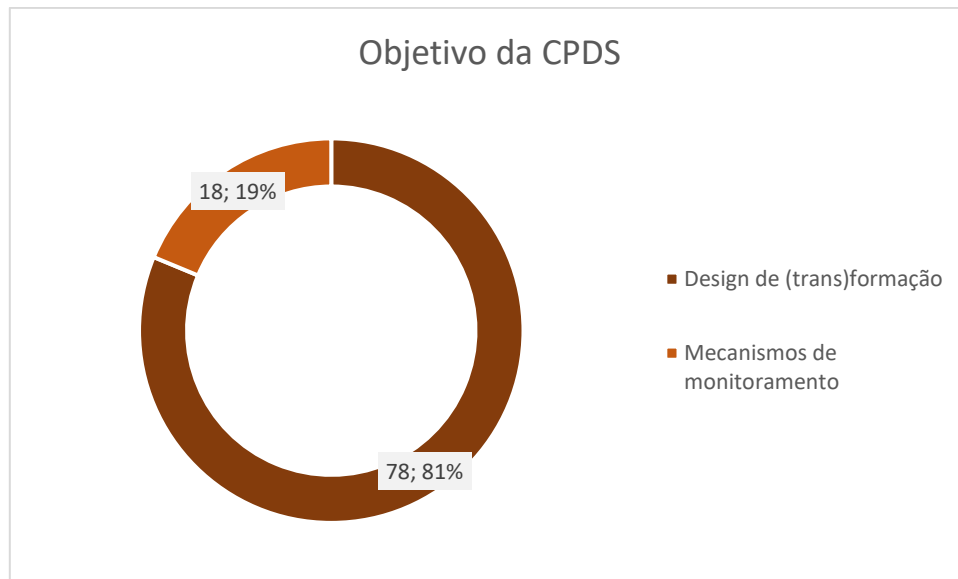


Figura 2.16 Desenhar coerências ou monitorar as incoerências?

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no questionário

Dessa distribuição, fica evidente que uma maioria significativa dos respondentes prioriza "Design de (trans)formação" em relação a "Mecanismos de monitoramento" quando se trata de trabalhar com a CPDS e o seu principal objetivo (Figura 2.16). Agora, vamos correlacionar essas

respostas com o setor de atividade fornecido na questão 3 para ver se há algum padrão ou influência discernível:

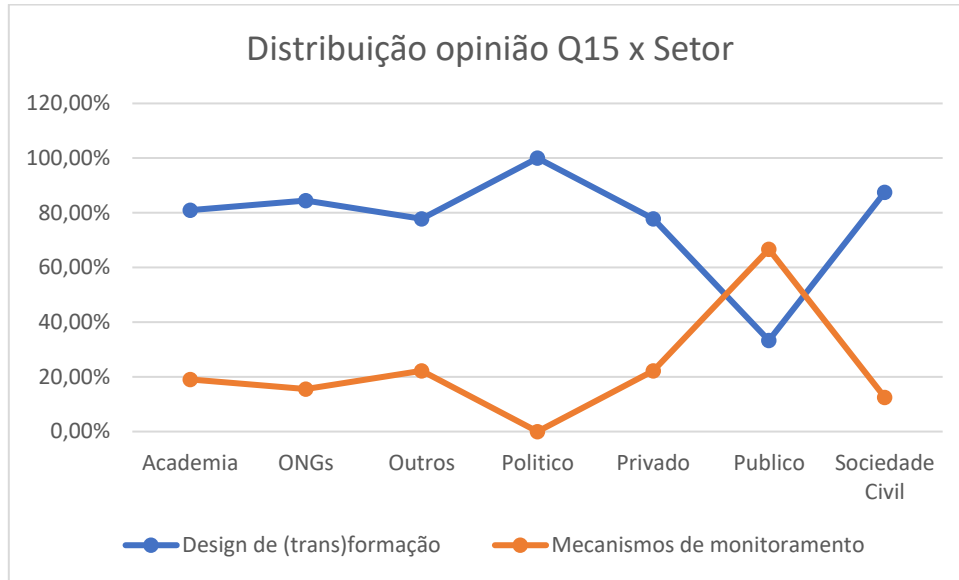


Figura 2.17 Correlação Q15 por setor de atividade

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no questionário

Na Figura 2.17, podemos observar que do setor "Privado", quase 78% priorizam a utilização da CPDS para "Design de (trans)formação" e 22,22% optaram por "Mecanismos de monitoramento". Do setor "Academia", 80,95% enfatizam o "Design de (trans)formação" e 19,05% selecionaram "Mecanismos de monitoramento". Para o setor das "ONGs", há uma distribuição similar, com 84,44% das respostas indicando uma preferência por "Design de (trans)formação" e 15,56% por "Mecanismos de monitoramento". Para os respondentes que escolheram a categoria "Outros" no setor de atividade, a tendência é a mesma, com 77,78% enfatizando o "Design de (trans)formação". Um destaque é a categoria "Político", onde todos os entrevistados escolheram "Design de (trans)formação". Outro ponto de interesse que podemos tirar desses resultados é o resultado da categoria "Público", que é a única a apresentar uma tendência contrária, com a maioria (66,67%) dos entrevistados escolhendo "Mecanismos de monitoramento". Por último, para os respondentes da sociedade civil, a curva segue o padrão geral, com a maioria dos entrevistados (87,50%) considerando o "Design de (trans)formação" como fim da CPDS.

No geral, há uma forte preferência por "Design de (trans)formação" em todos os setores, exceto no setor público, onde há uma preferência notável por "Mecanismos de monitoramento", o que não coincide com as respostas à pergunta Q8 onde os entrevistados informaram os momentos

de avaliação de projetos. Os respondentes do setor público tinham escolhido ex-ante como resposta única para este momento, o que corresponderia mais com o “Design de (trans)formação”. Essa incoerência releva de problemas de planejamento, altamente discutido na literatura (DANAEEFARD; AHMADI; POUREZZAT, 2019; HOMMELS; EGYEDI; CLEOPHAS, 2013; MÉLON, 2020). Isso sugere que os entrevistados de diferentes setores têm perspectivas variadas sobre a abordagem para alcançar a coerência de políticas para o desenvolvimento sustentável, com academia, ONGs, setor privado, político e sociedade civil favorecendo principalmente um foco no design de transformação.

Q16 - Como você classificaria a inclusão da CPDS nos programas e projetos da Agenda 2030 até o momento atual

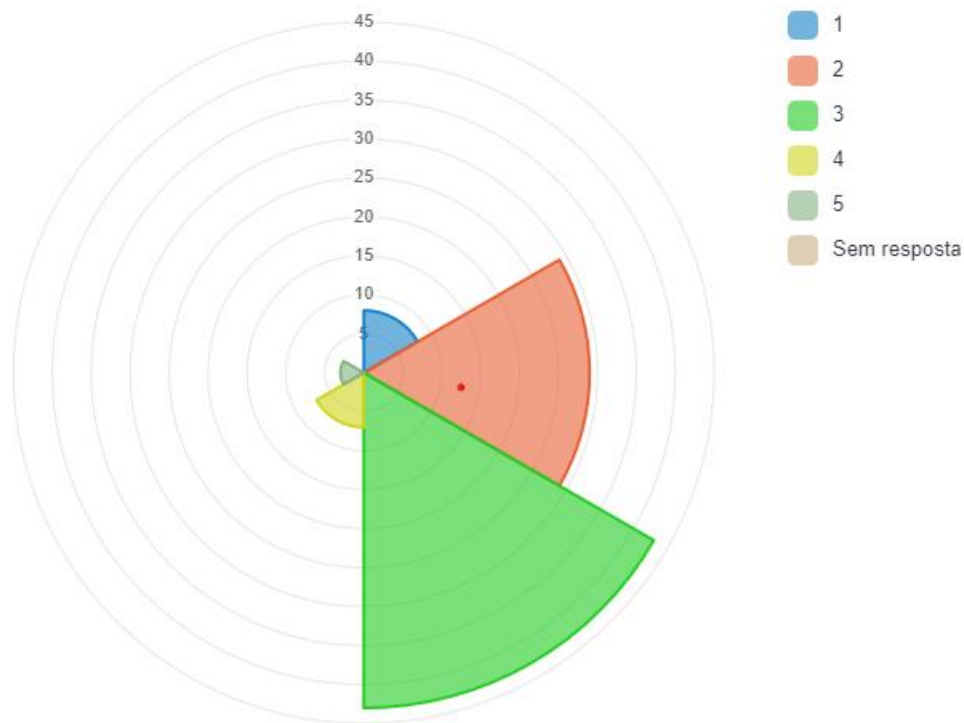


Figura 2.18 Avaliação da inclusão da CPDS até agora

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no questionário

A partir das classificações fornecidas, onde 1 corresponde ao menor nível de inclusão da CPDS e 5, ao maior na escala *Likert*, parece haver, pela Figura 2.18, uma diversidade de opiniões sobre a atuação da CPDS nos programas e projetos da Agenda 2030 até o momento atual. A maioria das classificações está entre 2 e 3, indicando uma percepção moderada sobre a inclusão da CPDS

nos programas e projetos da Agenda 2030, com 47,8% dos respondentes que escolheram 3 e 32,2% para o 2. Algumas classificações mais altas, como 4 e 5, sugerem uma percepção positiva da inclusão da CPDS, indicando que alguns programas e projetos foram bem-sucedidos nesse aspecto. Não obstante, essas duas classificações representam menos de 8% das respostas se somadas. Por outro lado, as classificações mais baixas, como 1 e 2, sugerem uma percepção menos favorável ou até mesmo crítica em relação à inclusão da CPDS, indicando que há espaço para melhorias nesse aspecto. A classificação 1 representa uma % maior que a soma das classificações 4 e 5, com 8,9% das respostas. No geral, parece que a inclusão da CPDS nos programas e projetos da Agenda 2030 até o momento atual é percebida de forma moderada para baixo. Isso sugere que há uma oportunidade contínua de melhorar e fortalecer a integração da CPDS na implementação da Agenda 2030.

Q17 Por favor, selecionar uma opção entre 1 e 10, para avaliar os três níveis da CPDS em correlação com os seus efeitos sobre o bem-estar social, as mudanças climáticas e o crescimento econômico.

Para fornecer uma análise abrangente, vamos examinar as classificações médias em todas as dimensões para cada nível de governança (internacional, nacional e subnacional) e cada aspecto do desenvolvimento sustentável (bem-estar social, mudanças climáticas e crescimento econômico). Nesta escala, a classificação 1 representa o nível mais baixo de correlação para os respondentes e a 10, o maior. Consideramos uma média ponderada perto de 5 como falta de correlação entre os dois fenômenos. Abaixo de 5, a correlação será considerada negativa e, acima de 5, alta.

- **Nível Internacional:**
 - Bem-estar Social: A classificação por média ponderada deu 5,24 em um total possível de 10 (Figura 2.19). Isso sugere que os respondentes não percebem uma correlação entre CPDS e bem-estar social no nível internacional.

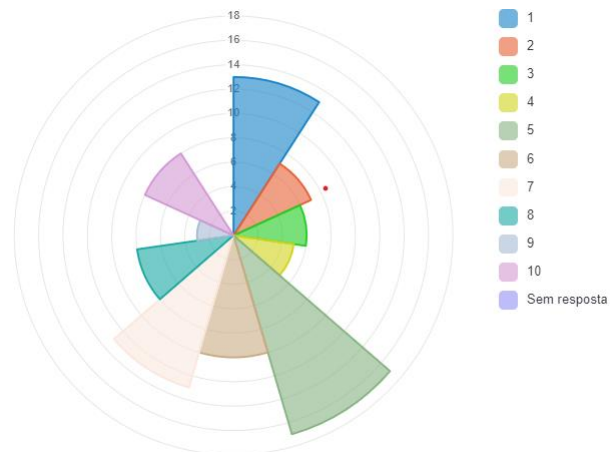


Figura 2.19 CPDS para Cooperação internacional e bem-estar social

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no questionário

- Mudanças Climáticas: A média ponderada é de 6,87 nesta categoria. Isso indica que os respondentes acreditam em uma correlação entre CPDS e enfrentamento das mudanças climáticas no nível internacional. Mesmo que o número de respondentes classificando essa relação em 10 tenha sido alto (27 respostas), há uma dispersão significativa para as outras classificações, o que faz cair a média e a deixa moderada.

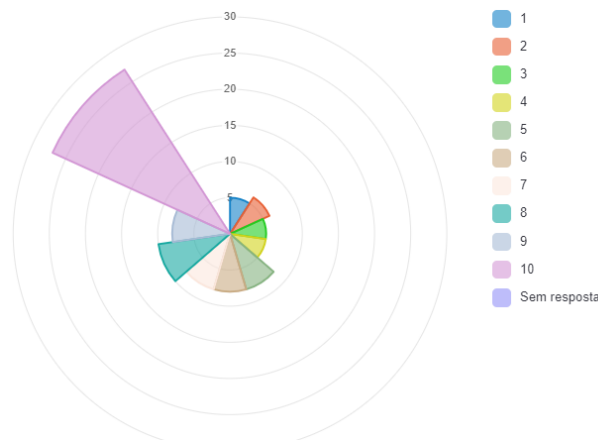


Figura 2.20 CPDS para Cooperação Internacional e Mudança Climática

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no questionário

- Crescimento Econômico: A média ponderada aqui é de 5,95. Isso sugere que os respondentes percebem uma correlação quase nula entre CPDS e promoção do crescimento econômico no nível internacional.

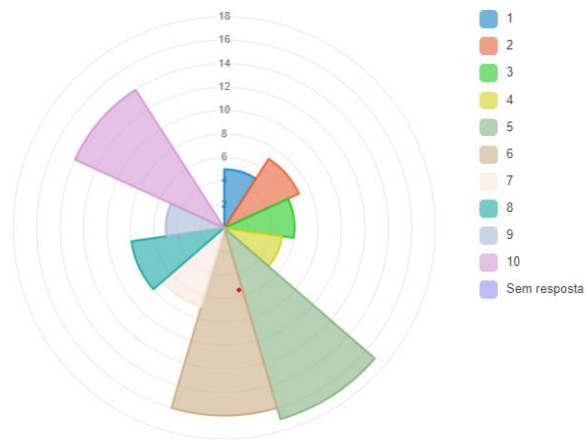


Figura 2.21 CPDS para Cooperação Internacional e Crescimento Econômico
 Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no questionário

- Nível Nacional:

- Bem-estar Social: A média ponderada é de 6,07. Isso indica uma percepção moderada da correlação entre CPDS e bem-estar social no nível nacional.

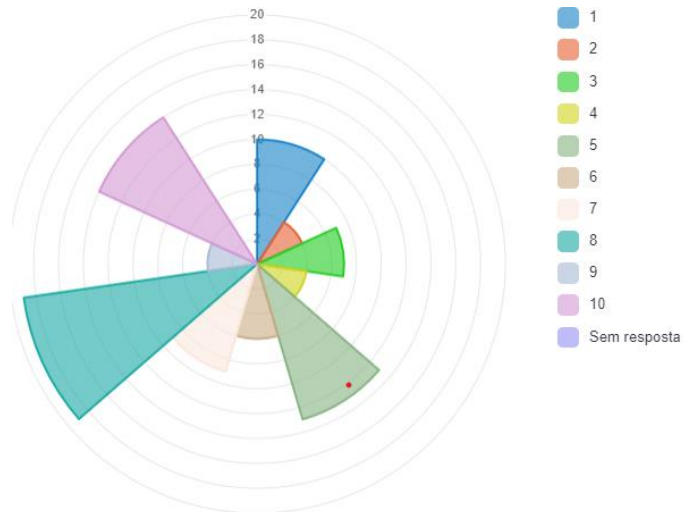


Figura 2.22 CPDS para Atuação Nacional e Bem-estar social
 Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no questionário

- Mudanças Climáticas: A média ponderada é de 6,3. Isso sugere uma forte percepção da correlação entre CPDS e enfrentamento das mudanças climáticas no nível nacional.

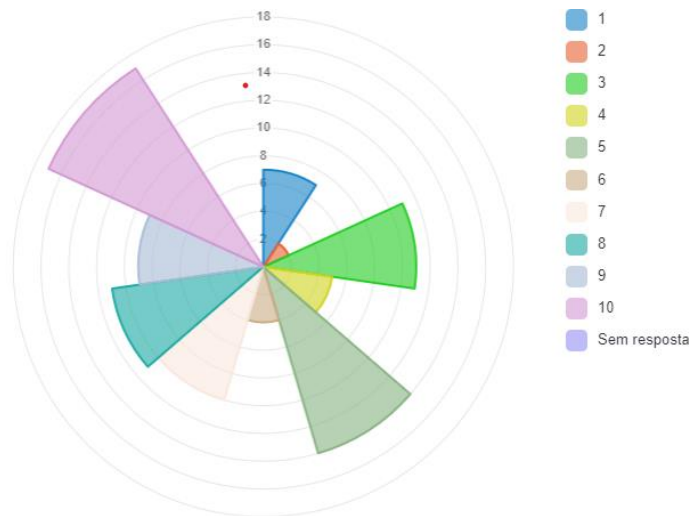


Figura 2.23 CPDS para Atuação Nacional e Mudança Climática

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no questionário

- Crescimento Econômico: A média ponderada calculada aqui é de 6,14. Isso indica uma percepção moderada da correlação entre CPDS e promoção do crescimento econômico no nível nacional.

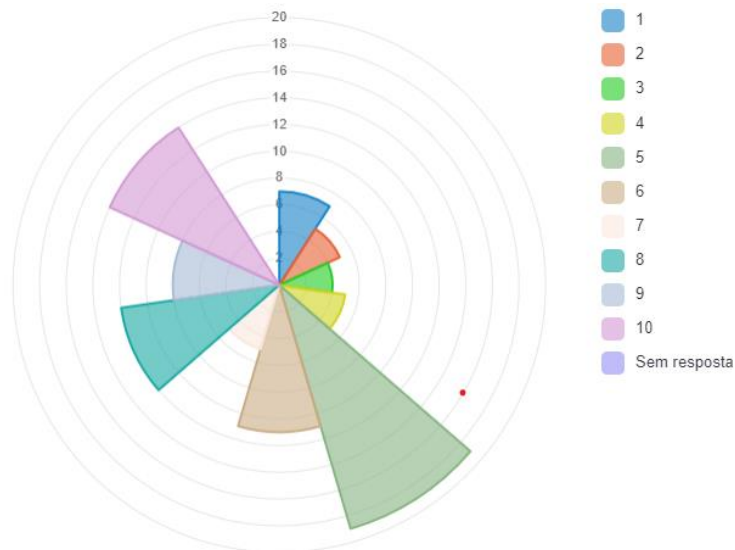


Figura 2.24 CPDS para Atuação Nacional e Crescimento Econômico

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no questionário

- Nível Subnacional:

- Bem-estar Social: A média ponderada é de 6. Isso sugere uma percepção moderada da correlação entre CPDS e bem-estar social no nível subnacional.

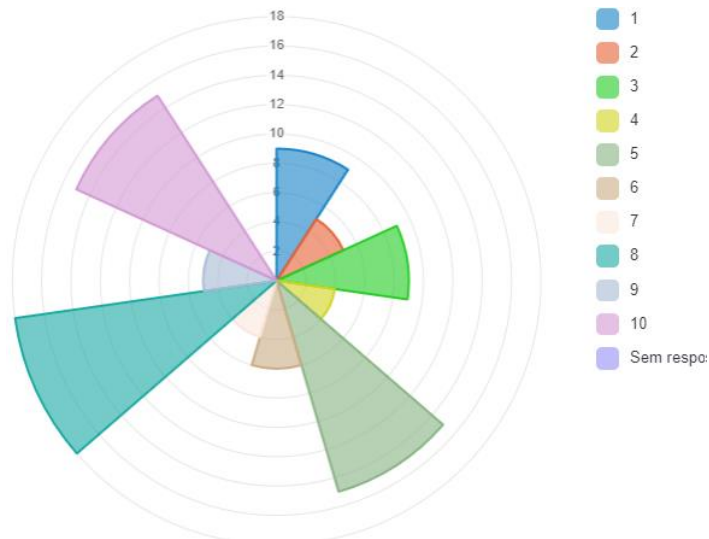


Figura 2.25 CPDS para atuação subnacional e Bem-Estar social

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no questionário

- Mudanças Climáticas: Novamente, a média ponderada é 6. Isso indica uma percepção moderada da correlação entre CPDS e enfrentamento das mudanças climáticas no nível subnacional.

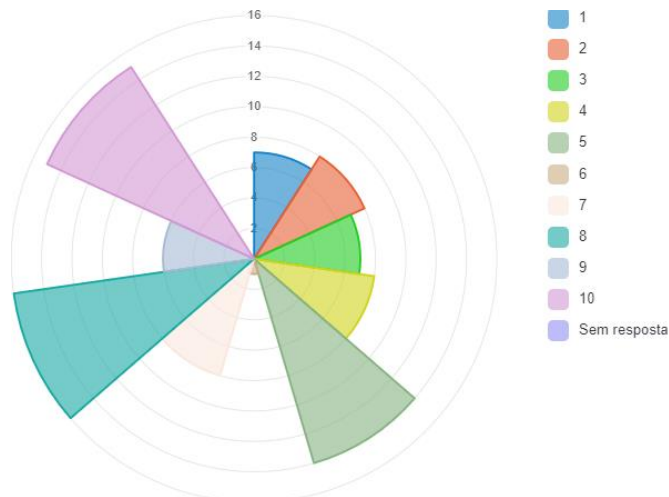


Figura 2.26 CPDS para atuação subnacional e Mudança Climática

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no questionário

- Crescimento Econômico: A média ponderada é de 5,86. Isso sugere uma percepção quase nula da correlação entre CPDS e promoção do crescimento econômico no nível subnacional.

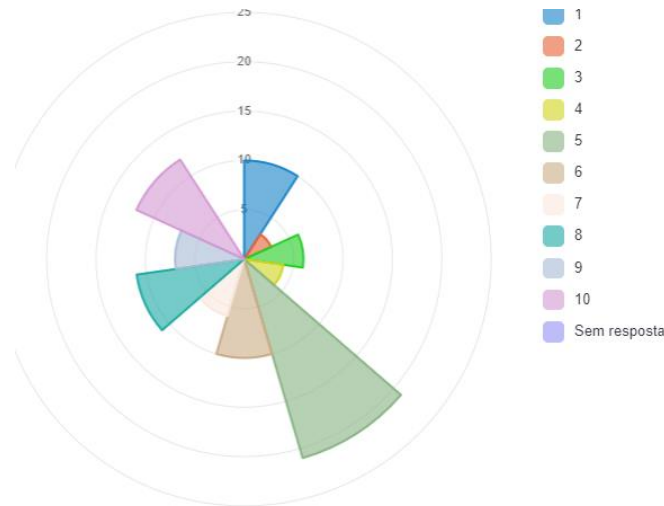


Figura 2.27 CPDS para atuação subnacional e Crescimento Econômico
 subnacional e Mudança Climática

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no questionário

Esses resultados estão alinhados com os resultados do capítulo 1 aonde o nível local de análise acabou sendo eliminado pela abordagem de ACF. De fato, o nível subnacional é o que concentrou as menores medias ponderadas, pelo conjunto das 3 correlações. Por mais que os resultados tenham levado à medias ponderadas não muito altas ou baixas, podemos afirmar que, em todos os níveis os respondentes percebem uma forte correlação entre CPDS e enfrentamento das mudanças climáticas. Há uma percepção moderada da correlação entre CPDS e promoção do crescimento econômico tanto no nível internacional quanto no nacional, enquanto a percepção é ligeiramente mais fraca no nível subnacional. O bem-estar social tem uma correlação moderada percebida com CPDS tanto no nível nacional e sub-nacional, com percepções que alcançam a menor média ponderada de todas as correlações, no nível subnacional. Essa dispersão de opiniões é um paralelo interessante à falta de coesão de consenso em torno da CPDS e o seu papel no panorama do desenvolvimento.

Q18 - Por favor, sinta-se à vontade para comentar o tema da CPDS e a sua situação no âmbito da Agenda 2030.

As respostas fornecidas revelam uma variedade de perspectivas e desafios relacionados à implementação da CPDS no âmbito da Agenda 2030. Algumas observações destacam desafios significativos na implementação da CPDS, incluindo a falta de cooperação global, a influência de

preocupações econômicas de curto prazo sobre objetivos de longo prazo e a fragmentação das políticas em diferentes setores e níveis de governo. A maioria dos respondentes ressalta a importância da CPDS para alcançar os ODS, reconhecendo que a abordagem integrada da CPDS é essencial para lidar com desafios interconectados, como mudanças climáticas, pobreza e desigualdade. Além disso, algumas observações sugerem que a falta de conscientização e responsabilidade em relação à CPDS pode ser um obstáculo para sua implementação eficaz. Alguns respondentes apontaram desafios específicos na implementação da CPDS, como a falta de compromisso dos interessados, políticas contraditórias e dificuldades na coordenação entre os setores e países. No entanto, há um reconhecimento geral da importância e necessidade de maior cooperação e coordenação entre os setores público, privado e da sociedade civil para promover a sustentabilidade global. Esses comentários corroboram com as dimensões e variáveis estudadas para o quadro conceitual do capítulo 1, assim como os 5 níveis de avaliação criados a partir da hierarquização obtida pelo método ACF, sendo que muitos respondentes parecem se preocuparem com a integração das partes interessadas e o seu engajamento, dimensão considerada como o último e mais específico nível da nossa escala do quadro conceitual. Apesar dos desafios, muitos expressaram otimismo e reconheceram a importância de promover a CPDS para um futuro sustentável.

Vale mencionar que, neste espaço acordado aos respondentes, muitos expressaram dificuldade em compreender e responder às questões, destacando a complexidade do tópico. A diversidade de opiniões, desde aqueles que estão altamente envolvidos na área até aqueles que têm pouco conhecimento sobre o assunto, traz muita riqueza e fundamento a nosso estudo. Um ponto interessante é que teve 3 respondentes que expressaram a necessidade de mais opções "não sei" nas pesquisas, reconhecendo suas limitações de conhecimento em certas áreas.

4. Discussão

A análise das respostas a várias questões sobre CPDS no contexto da Agenda 2030 revela uma paisagem complexa de perspectivas, desafios e oportunidades. A maioria dos entrevistados em diversos setores reconhece a importância da CPDS como um pilar essencial para alcançar os objetivos delineados na Agenda 2030. Este consenso sublinha o papel crítico que políticas

coerentes desempenham na abordagem de desafios globais interconectados, incluindo mudanças climáticas, pobreza, desigualdade e degradação ambiental (BASU, 2018). No entanto, também há reconhecimento da complexidade e dos desafios associados à operacionalização da CPDS na prática.

Os entrevistados destacaram vários desafios na implementação da CPDS, incluindo falta de comprometimento das partes interessadas, inconsistências políticas e dificuldades de coordenação entre setores e jurisdições. Esses desafios destacam a necessidade de cooperação aprimorada, capacitação e mecanismos de governança para facilitar o alinhamento e a coerência das políticas. Além disso, a diversidade de perspectivas e níveis de conhecimento entre os entrevistados sublinha a importância de iniciativas direcionadas de capacitação e troca de conhecimento para melhorar a compreensão e o envolvimento com os princípios da CPDS (SCHNEIDER; INGRAM, 1990). As respostas destacam a importância do engajamento multissetorial na promoção da CPDS. Enquanto o setor público é visto como tendo uma responsabilidade primordial na formulação e coerência das políticas, o setor privado e a sociedade civil também desempenham papéis fundamentais na condução dos resultados do desenvolvimento sustentável. No entanto, há um apelo para uma maior integração e colaboração entre os stakeholders para superar silos setoriais e avançar em objetivos compartilhados. Isso destaca a necessidade de abordagens inclusivas e participativas que aproveitem as forças e perspectivas únicas de diversos stakeholders (MBANDA; FOURIE, 2020b). Essas dimensões foram encontradas com frequência na literatura identificada no capítulo 1.

Apesar dos desafios, os entrevistados expressaram otimismo sobre as perspectivas de avançar na CPDS e nos objetivos de desenvolvimento sustentável. Há um reconhecimento da necessidade de abordagens inovadoras, renovação institucional, mecanismos de governança aprimorados e cooperação internacional reforçada para enfrentar barreiras sistêmicas e acelerar o progresso em direção à sustentabilidade. Além disso, o aprendizado contínuo, adaptação, capacitação e inovação são essenciais para navegar no cenário em evolução dos desafios do desenvolvimento sustentável de forma eficaz.

Esse questionário permitiu destacar várias recomendações para pesquisa e prática futuras.

1. Capacitação Aprimorada: Investir em iniciativas de capacitação para melhorar a compreensão e implementação dos princípios da CPDS entre formuladores de políticas, praticantes e outros stakeholders.

2. Engajamento das Partes Interessadas: Promover um diálogo aberto e transparente e uma colaboração multissetorial para evitar assimetrias de informação e alcançar uma compreensão compartilhada, confiança e compromisso com os objetivos da CPDS.
3. Inovação Política e Institucional: Incentivar a inovação e experimentação de políticas para identificar e ampliar abordagens eficazes para melhorar a coerência e a sustentabilidade das políticas, como novos métodos de monitoramento e avaliação de projetos.
4. Reforma de Governança: Fortalecer mecanismos de governança em todos os níveis para facilitar o alinhamento, coordenação e integração das políticas entre setores e atores.
5. Compartilhamento de Conhecimento: Facilitar a troca de conhecimento e melhores práticas para apoiar a tomada de decisões, através de evidências e aprendizado entre os stakeholders.

Todos esses pontos estão sendo contemplados pelo novo quadro conceitual para avaliação da cobertura da CPDS, criado no capítulo 1. Além disso, essas análises destacam a importância da CPDS como um pilar para o desenvolvimento sustentável e a necessidade de ação coordenada entre setores e stakeholders para enfrentar os desafios complexos atuais. Ao adotar abordagens inclusivas, colaborativas e inovadoras, formuladores de políticas, praticantes e outros stakeholders podem avançar nos ODS e contribuir para construir um futuro mais equitativo, resiliente e sustentável para todos.

Assim, para fins de validação da abordagem utilizada e dos resultados obtidos no primeiro capítulo, podemos afirmar que, tanto na literatura quanto na pesquisa empírica foi enfatizada a importância da CPDS para alcançar os ODS, reconhecendo-a como um pilar essencial para abordar desafios globais interconectados, como mudanças climáticas. Também, foram observadas, nos dois momentos, divergências na definição e aplicação da CPDS, destacando a importância de criar uma base conceitual comum e uma terminologia consistente para avançar nas discussões e práticas em torno desse fenômeno. Diferentes dimensões da CPDS foram identificadas nas duas etapas da pesquisa, incluindo a coerência horizontal (integração entre setores) e vertical (coordenação entre diferentes níveis de governança), bem como as dimensões internas e externas da CP. Isso reafirma a necessidade de considerar essas dimensões para avaliar adequadamente a CPDS e sua aplicação nos contextos nacional, internacional e regional.

Nos dois momentos, foram identificados desafios enfrentados na implementação da CPDS, incluindo a falta de comprometimento das partes interessadas, inconsistências políticas e dificuldades de coordenação entre setores e atores. Isso ressalta a necessidade de uma melhor colaboração, mais transparente e simétrica e mecanismos de governança mais eficazes para superar esses obstáculos. Também, nos dois momentos foi destacado a necessidade de uma metodologia comum, que leve em consideração as assimetrias entre os diferentes atores globais, a nível institucional, normativo ou socioeconômico, para superar essas dificuldades acima mencionadas. A importância do engajamento multissetorial e da participação de todas as partes interessadas é primordial na promoção da CPDS. Abordagens mais inclusivas e colaborativas são essenciais para enfrentar os desafios complexos do desenvolvimento sustentável. Isso se expande para mecanismos de monitoramento e ferramentas de avaliação e desenho político.

Ao conectar essas linhas nos dois primeiros capítulos, podemos destacar a interconexão entre as discussões sobre a importância, definição, dimensões, desafios e abordagens para promover a CPDS. Isso ajuda a criar uma narrativa coesa e aprofundar a compreensão sobre a CPDS e sua relevância para alcançar os objetivos da Agenda 2030. O quadro conceitual se enquadra nesse esforço. No estudo da CPDS é crucial integrar percepções referentes tanto aos quadros conceituais, conforme explorado no capítulo 1, quanto dos resultados empíricos das pesquisas, conforme apresentado aqui. O primeiro capítulo estabelece os fundamentos conceituais para entender a CPDS, enfatizando sua natureza multidimensional e a interconexão das políticas entre setores e níveis de governança. Enquanto isso, o capítulo 2 oferece evidências empíricas das pesquisas, evidenciando como a CPDS é percebida e praticada em contextos do mundo real. Além disso, esse capítulo destaca os desafios associados à realização da CPDS, incluindo fragmentação, duplicação e políticas conflitantes. Essas descobertas ressoam com o quadro conceitual delineado no capítulo 1, que enfatiza a necessidade de estruturas de governança eficazes e mecanismos institucionais para promover coerência e colaboração entre os interessados. Assim, obtemos uma compreensão mais detalhada da CPDS. As descobertas empíricas fornecem percepções úteis sobre as realidades da implementação da CPDS na prática, criando a ponte entre teoria e prática. No futuro, os formuladores de políticas e interessados podem aproveitar esses insights para enfrentar os desafios identificados e aprimorar a eficácia das iniciativas de CPDS.

5. Conclusão

A análise das respostas obtidas a partir do questionário revela uma série de percepções interessantes sobre a CPDS e sua aplicação. Este estudo destaca a importância crítica da CPDS como um instrumento fundamental para alcançar os objetivos delineados na Agenda 2030. A partir das percepções de especialistas e atores-chave no campo do desenvolvimento, fica evidente que a CPDS desempenha um papel central na abordagem de desafios globais interconectados, como mudanças climáticas. Os resultados indicaram um consenso sobre a relevância da CPDS entre os respondentes, destacando sua importância na formulação e implementação de políticas coerentes e integradas. No entanto, também são evidenciadas diversas lacunas e desafios na prática da CPDS, incluindo falta de comprometimento das partes interessadas, inconsistências políticas e dificuldades de coordenação entre setores e jurisdições. Estes desafios sublinham a necessidade urgente de aprimorar a cooperação multissetorial, fortalecer os mecanismos de governança e promover uma abordagem mais integrada e colaborativa para enfrentar os desafios complexos do desenvolvimento sustentável.

Além disso, as respostas destacam a importância do engajamento de múltiplos atores, incluindo o setor público, privado e a sociedade civil, na promoção da CPDS. Enquanto o setor público é reconhecido como tendo uma responsabilidade primordial na formulação e implementação de políticas coerentes, o setor privado e a sociedade civil também desempenham papéis fundamentais na condução dos resultados do desenvolvimento sustentável. No entanto, é necessário um maior esforço para integrar e coordenar esses stakeholders, e avançar em direção a objetivos compartilhados, dimensão que espelha o quadro conceitual.

Investir em iniciativas de capacitação para melhorar a compreensão e implementação dos princípios da CPDS, promover diálogo e colaboração multissetorial, incentivar a inovação política e institucional, fortalecer os mecanismos de governança e facilitar a troca de conhecimento são essenciais para avançar na agenda da CPDS. Ao observar os resultados deste estudo com o do quadro conceitual, podemos afirmar que há uma validação desse último, pelas lentes dos peritos. Esta análise destaca a importância de abordagens inclusivas, colaborativas e inovadoras para promover a CPDS e enfrentar os desafios complexos do desenvolvimento sustentável, o que ainda agrega valor ao quadro conceitual, pela sua aparente necessidade. Em resumo, a CPDS é um

elemento vital para promover um desenvolvimento sustentável e resiliente, principalmente no contexto das mudanças climáticas. A partir das conclusões deste estudo, fica claro que é necessário um esforço coletivo e coordenado de múltiplos atores, incluindo governos, setor privado, sociedade civil e comunidade acadêmica, para avançar na agenda da CPDS e construir um futuro mais equitativo, próspero e sustentável para todos. Vale mencionar que este capítulo focou na análise bruta das percepções sem realizar os cruzamentos com as características dos respondentes para evitar repetições. Futuramente, serão desenvolvidos 3, ou até mais, artigos científicos, para publicação em revista, com base nesses resultados, realizando cruzamento entre as perguntas e levando em consideração todas as variáveis e características dos respondentes demográficas levantadas no primeiro grupo de perguntas. A pergunta 17 é de alto interesse para a área da sustentabilidade e requer uma atenção particular nos estudos futuros, medindo a correlação entre os itens para verificar a veracidade em termos de correlação linear e significância estatística.

REFERÊNCIAS

- ASHLEY, P. A. Corporate Social Responsibility: From Business Leadership to Multi-actors' Policy Coherence. Em: **Territories of Soc. Responsibility Open. the Research and Policy Agenda**. [s.l.] Taylor and Francis, 2016. p. 29–48.
- BASU, S. R. Policymaking in the age of sustainable development. Em: **Global Economic Modeling: A Volume in Honor of Lawrence R Klein**. [s.l.: s.n.]. p. 289–313.
- CARBONE, M.; KEIJZER, N. The European union and policy coherence for development: Reforms, results, resistance. **European Journal of Development Research**, v. 28, n. 1, p. 30–43, 2016a.
- DANAEEFARD, H.; AHMADI, H.; POUREZZAT, A. A. Expert Consensus on Factors Reducing Policy Coherence in the Context of Iran: Delphi-AHP. **International Journal of Public Administration**, v. 42, n. 1, p. 66–75, 2019.
- ENGLAND, M. I. et al. Climate change adaptation and cross-sectoral policy coherence in southern Africa. **Regional Environmental Change**, v. 18, n. 7, p. 2059–2071, 2018b.
- FURNESS, M. “Donorship” and strategic policy-making: Germany’s Middle Eastern and North African aid programme since the Arab uprisings. **Development Policy Review**, v. 38, n. S1, p. 070–090, 2020.
- GABEL, T. **The Essential Role of Language in Survey Research**. [s.l.] RTI Press, 2020.
- GOTTENHUBER, S. et al. Greening recovery – Overcoming policy incoherence for sustainability transformations. **Environmental Policy and Governance**, v. 33, n. 5, p. 546–560, 2023.

GUEST, G.; BUNCE, A.; JOHNSON, L. How Many Interviews Are Enough?: An Experiment with Data Saturation and Variability. **Field Methods**, v. 18, n. 1, p. 59–82, fev. 2006.

HOMMELS, A.; EGYEDI, T. M.; CLEOPHAS, E. Policy Change and Policy Incoherence: The Case of Competition Versus Public Safety in Standardization Policies. **Journal of European Integration**, v. 35, n. 4, p. 443–458, 2013.

KOFF, H. Perpetuating Crises at the Source?: (Inter)Regionalism and Normative Incoherence for Sustainable Migration in Africa. **Politikon**, v. 47, n. 4, p. 400–421, 2020.

KOFF, H. Why serve soup with a fork?: How policy coherence for development can link environmental impact assessment with the 2030 agenda for sustainable development. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 86, 2021.

KOFF, H.; HÄBEL, S. Normative coherence for development: What relevance for responsive regionalism? **Development Policy Review**, v. 40, n. S1, 2022.

LOCATELLI, B. et al. Climate change policy networks: connecting adaptation and mitigation in multiplex networks in Peru. **Climate Policy**, v. 20, n. 3, p. 354–372, 2020.

MBANDA, V.; FOURIE, W. The 2030 Agenda and coherent national development policy: In dialogue with South African policymakers on Policy Coherence for Sustainable Development. **Sustainable Development**, v. 28, n. 4, p. 751–758, 2020b.

MÉLON, L. Sustainable Public Procurement Best Practices at Sub-National Level: Drivers of Strategic Public Procurement Practices in Catalonia and Barcelona. **European Procurement and Public Private Partnership Law Review**, v. 15, n. 2, p. 138–161, 2020.

MOLDES-ANAYA, S. et al. Addressing COVID through PCD: policy coherence for vulnerability in development and its relationship to the coronavirus pandemic. **Equality, Diversity and Inclusion**, v. 41, n. 1, p. 129–155, 2022.

MOURE, M. et al. No easy fixes: Government workers' perception of policy (in)coherence in the implementation of the Post-2015 agenda in Mexico. **Climate Risk Management**, v. 31, 2021.

NILSSON, M.; WEITZ, N. Governing trade-offs and building coherence in policy-making for the 2030 Agenda. **Politics and Governance**, v. 7, n. 4, p. 254–263, 2019.

PONTO, J. Understanding and Evaluating Survey Research. **Journal of the Advanced Practitioner in Oncology**, v. 6, n. 2, p. 168–171, 2015.

SCHNEIDER, A.; INGRAM, H. Behavioral Assumptions of Policy Tools. **The Journal of Politics**, v. 52, n. 2, p. 510–529, 1990.

SCOBIE, M. Policy coherence in climate governance in Caribbean Small Island Developing States. **Environmental Science and Policy**, v. 58, p. 16–28, 2016.

SCOTT, W. A.; RHODES, E.; HOICKA, C. Multi-level climate governance: examining impacts and interactions between national and sub-national emissions mitigation policy mixes in Canada. **Climate Policy**, v. 23, n. 8, p. 1004–1018, 2023.

SHKILNIUK, Y. et al. Analysis of Survey Tools for Recommender Systems in the Selection of Ambient Assisted Living Technologies. **Procedia Computer Science**, Knowledge-Based and Intelligent Information & Engineering Systems: Proceedings of the 24th International Conference KES2020. v. 176, p. 2332–2340, 1 jan. 2020.

SIITONEN, L. Regional and sub-regional effects on development policies: The Benelux and the Nordic countries compared. **Regions and Cohesion**, v. 7, n. 2, p. 34–69, 2017.

TAHERDOOST, H. Validity and Reliability of the Research Instrument; How to Test the Validation of a Questionnaire/Survey in a Research. **International Journal of Academic Research in Management (IJARM)**, v. 5, 2016.

TOSUN, J.; LANG, A. Policy integration: mapping the different concepts. **Policy Studies**, v. 38, n. 6, p. 553–570, 2017.

YUNITA, A. et al. The (anti-)politics of policy coherence for sustainable development in the Netherlands: Logic, method, effects. **Geoforum**, v. 128, p. 92–102, 2022.

CAPÍTULO 3

Coerência da Questão Climática nas Políticas para o Desenvolvimento Sustentável em Documentos Oficiais no Brasil, na União Europeia e transnacionalmente

Resumo

No presente trabalho, busca-se aplicar o quadro conceitual para avaliação da cobertura da coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável desenvolvido no capítulo 1. Essa aplicação é necessária para entender se o framework é funcional e identificar possíveis melhorias a serem desenvolvidas em trabalhos futuros. A CPDS emerge como uma abordagem crítica para lidar com desafios interconectados, como as mudanças climáticas. Este estudo investiga a CPDS nos contextos do Brasil, da União Europeia (UE) e em contexto transnacional, analisando documentos oficiais em cinco níveis de cobertura: compreensão básica, desenvolvimento de estratégias, estabelecimento de metas e indicadores, mecanismos de coordenação e integração de partes interessadas. Utilizando um quadro conceitual estruturado, os documentos foram avaliados e classificados, revelando uma tendência decrescente na cobertura da CPDS, do nível 1 ao nível 5. Os resultados destacam a importância de abordagens coordenadas e integradas para enfrentar desafios globais de sustentabilidade e identificam áreas para melhoria na integração de políticas climáticas e de desenvolvimento sustentável. Essa pesquisa contribui para a compreensão das estratégias políticas adotadas por diferentes regiões e fornece insights valiosos para futuras iniciativas de políticas e cooperação internacional. No entanto, ressalta-se a necessidade contínua de pesquisa e colaboração para superar lacunas na definição, medição e uso da CPDS.

Palavras-chave: mudanças climáticas, governança multinível, avaliação de políticas, coerência das políticas

Abstract

The present work aims to apply the conceptual framework for evaluating the coverage of Policy Coherence for Sustainable Development developed in Chapter 1. This application is necessary to understand if the framework is functional and to identify possible improvements to be developed in future work. PCSD emerges as a critical approach to addressing interconnected challenges, such as climate change. This study investigates PCSD in Brazil, the European Union (EU), and in a transnational context, analysing official documents at five levels of coverage: basic understanding, strategy development, establishment of goals and indicators, coordination mechanisms, and stakeholder integration. The documents were assessed and classified using the structured conceptual framework, revealing a decreasing trend in PCSD coverage from level 1 to level 5. The results highlight the importance of coordinated and integrated approaches to address global sustainability challenges and identify areas for improvement in integrating climate and sustainable development policies. This research contributes to understanding the policy strategies adopted by different regions and provides valuable insights for future policy initiatives and international cooperation. However, it emphasises the ongoing need for research and collaboration to overcome gaps in the definition, measurement, and use of PCSD.

Keywords: climate change, multilevel governance, policy assessment, policy coherence

1. Introdução

A coerência de políticas para o desenvolvimento sustentável (CPDS) tem emergido como uma abordagem crítica para lidar com desafios interconectados, como as mudanças climáticas, que afetam não apenas o meio ambiente, mas também a economia, a sociedade e a governança global (VERSCHAEVE et al., 2016). A CPDS envolve a integração e coordenação de políticas em diferentes setores e níveis de governança para promover objetivos sustentáveis de longo prazo (YUNITA et al., 2022).

A importância da CPDS é destacada pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (DS), que enfatiza a necessidade de abordagens integradas e coordenadas para alcançar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e enfrentar desafios globais, incluindo a

mudança climática (BRAND; FURNESS; KEIJZER, 2021). A falta de coerência de políticas pode resultar em abordagens fragmentadas e contraditórias, minando os esforços para alcançar metas ambientais e sociais (GOTTENHUBER et al., 2023).

Na busca pelo desenvolvimento sustentável, nações e entidades supranacionais em todo o mundo têm adotado diversas políticas, estratégias e estruturas para enfrentar desafios ambientais, sociais e econômicos urgentes. Garantir a CPDS é essencial para maximizar a eficácia das intervenções e minimizar os conflitos ou contradições entre os objetivos políticos (NILSSON; WEITZ, 2019).

O Brasil se destaca como ator significativo na busca global pelo DS, possuindo estruturas e abordagens políticas que buscam responder aos desafios nacionais, alinhando-se às agendas globais. O Brasil, dotado de vastos recursos naturais e biodiversidade, enfrenta desafios complexos relacionados ao desmatamento, degradação da terra e desigualdade social (FERREIRA et al., 2023). O país desenvolveu estratégias abrangentes como o Plano Nacional de Adaptação ao Clima (PNMA) e revisões nacionais voluntárias⁵⁶ (VNRs) para enfrentar esses desafios e promover o desenvolvimento sustentável (TORRES et al., 2020).

Da mesma forma, a União Europeia, composta por 27 estados membros, está na vanguarda dos esforços globais de sustentabilidade, promulgando políticas e iniciativas ambiciosas para combater as mudanças climáticas, promover princípios de economia circular e melhorar a coesão social (BRETHERTON; VOGLER, 2008)). Documentos-chave como o Pacto Verde Europeu e a Taxonomia da Sustentabilidade incorporam o compromisso da UE com a coerência de políticas e sustentabilidade (AHLSTRÖM; SJÄFJELL, 2022).

Apesar de seus compromissos com o desenvolvimento sustentável, o Brasil e a UE apresentam contextos políticos, econômicos e sociais distintos que podem influenciar a formulação e implementação de políticas. Portanto, uma análise dos documentos oficiais do Brasil e da UE oferece *insights* valiosos sobre o grau de coerência de políticas para o desenvolvimento sustentável em cada contexto. Ao avaliar sistematicamente a cobertura da CPDS em documentos oficiais, graças à ferramenta desenvolvida no primeiro capítulo, nos permite ter uma ideia sobre as políticas, estratégias, metas e mecanismos de coordenação. Este estudo visa contribuir para uma

⁵ [LIVRORESULTADOINVENTARIO30062021WEB.pdf \(www.gov.br\)](#) (acesso em 16/02/2024)

⁶ <https://repositorio.mcti.gov.br/handle/mctic/4782> (acesso em 16/02/2024)

compreensão mais profunda dos desafios e oportunidades para avançar o desenvolvimento sustentável nos níveis nacional e supranacional. Por esse motivo, também foram adicionados aos objetos de estudo, documentos transnacionais, como o Acordo de Paris, o Primeiro Balanço Global e o último relatório do IPCC.

A análise da CPDS nos documentos selecionados é crucial para entender como diferentes países e regiões abordam a integração de políticas climáticas com objetivos de desenvolvimento sustentável. O Brasil e a União Europeia (UE) foram escolhidos devido às suas abordagens distintas para políticas climáticas e desenvolvimento sustentável, fornecendo uma comparação significativa em termos de governança, estratégias e resultados (SANDSTRÖM et al., 2020). Além disso, a inclusão de documentos transnacionais como o IPCC e o Acordo de Paris permite uma análise das políticas climáticas em um contexto global.

Assim, apresentamos a aplicação de um quadro conceitual, no capítulo 1, para avaliar a CPDS, compreendendo cinco níveis. Esses níveis representam uma progressão de conceitos fundamentais para integração abrangente, refletindo a profundidade e sofisticação da CPDS dentro de cada documento:

- Nível 1 - Compreensão Básica: Neste nível, os documentos são avaliados com base na cobertura de termos e conceitos-chave relacionados ao desenvolvimento sustentável.
- Nível 2 - Desenvolvimento de Estratégias: Este nível avalia a presença e especificidade de estratégias e ações destinadas a abordar os objetivos de desenvolvimento sustentável e as mudanças climáticas.
- Nível 3 - Estabelecimento de Metas e Indicadores: Aqui, o foco está no estabelecimento de metas e objetivos claros e mensuráveis, juntamente com indicadores associados para rastrear o progresso. Metas e indicadores bem definidos contribuem para um monitoramento e avaliação mais eficazes dos esforços de desenvolvimento sustentável.
- Nível 4 - Estabelecimento de Mecanismos de Coordenação: Os documentos são avaliados com base na presença e eficácia de mecanismos de coordenação envolvendo múltiplos interessados, agências e setores, considerando os termos definidos no capítulo 1, que serão melhor detalhadas abaixo. Mecanismos de coordenação robustos promovem a colaboração e coerência em diversos domínios políticos

- Nível 5 - Integração de Partes Interessadas: Neste mais alto nível de avaliação, procura-se o envolvimento e integração de partes interessadas em todas as etapas do desenvolvimento e implementação de políticas. O engajamento abrangente das partes interessadas melhora a legitimidade, eficácia e sustentabilidade das políticas e iniciativas.

Com base neste quadro, analisamos documentos oficiais selecionados do Brasil, da UE e transnacionais, para avaliar o grau de coerência e identificar áreas para melhoria. Ao fazê-lo, agrega-se conhecimento e informação aos formuladores de políticas, profissionais e pesquisadores sobre estratégias eficazes para promover o desenvolvimento sustentável e aprimorar a coerência de políticas em contextos diversos.

A classificação em níveis fornece um quadro estruturado para analisar os documentos oficiais, seguindo um framework inovador baseado na estrutura conceitual em torno da CPDS. Ao avaliar sistematicamente os documentos com base nesses níveis, podemos identificar pontos fortes, pontos fracos e áreas para melhoria na coerência e implementação de políticas. Além disso, essa classificação possibilita a aplicação de técnicas de mineração de texto para extrair e analisar dados textuais, permitindo uma análise mais eficiente, escalável e replicável de um extenso corpus de documentos.

O software *Atlas.ti*, uma ferramenta crucial na análise de conteúdo, oferece a possibilidade de organizar e estruturar, por categorias/grupos/códigos. Ele também auxilia na interpretação qualitativa dos dados. Essa abordagem programática permite uma adaptação eficaz às necessidades específicas da pesquisa, garantindo a eficiência na manipulação de grandes volumes de dados. Assim, foi empregado para localizar os termos desses cinco níveis de cobertura da CPDS. Essa abordagem permitiu uma análise abrangente e comparativa da compreensão, estratégias, metas, mecanismos de coordenação e integração de partes interessadas presentes nos documentos analisados, como feito previamente por outros autores da área (SIANES, 2013; GUPTA et al., 2008; KAUFFMAN & Hill, 2021)

Espera-se que os resultados desta análise forneçam insights valiosos sobre a eficácia das políticas climáticas e sua integração com os objetivos de desenvolvimento sustentável em diferentes contextos geográficos. Além disso, os resultados podem informar futuras iniciativas de políticas e esforços de cooperação internacional para abordar desafios climáticos globais de forma mais eficaz. Esta pesquisa contribui para a literatura sobre CPDS, fornecendo uma análise

abrangente e comparativa das abordagens políticas em diferentes contextos geográficos e sugerindo áreas para futuras pesquisas e intervenções políticas. Assim, para testar a aplicabilidade do quadro conceitual para avaliação da cobertura da CPDS, vamos, em um primeiro momento, apresentar os objetos do estudo, a saber os documentos selecionados. Em seguida, a metodologia irá explicar os passos que levaram aos resultados apresentados abaixo. Para a análise dos resultados, foi escolhido uma avaliação em três etapas: 1) análise dos termos dentro de cada nível; 2) análise dos níveis por documento; 3) a pontuação final dos documentos usando o método desenvolvido.

Para entender o contexto dos objetos de estudo para a aplicação do quadro conceitual, a seguir, alguns detalhes sobre os papéis que desempenham os documentos escolhidos.

Os objetos de estudo

Brasil

Os documentos selecionados desempenham um papel crucial no contexto brasileiro de enfrentamento às mudanças climáticas e na formulação de estratégias para o desenvolvimento sustentável.

Esses documentos são fundamentais para orientar as políticas públicas e as ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas no Brasil. Eles refletem o reconhecimento do governo brasileiro da urgência e importância de enfrentar os desafios climáticos e promover o desenvolvimento sustentável em consonância com os objetivos globais estabelecidos pela comunidade internacional.

- Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2017

O Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Brasil 2017 apresentado pelo Brasil representa um passo significativo na avaliação do progresso do país em direção à consecução dos ODS delineados na Agenda 2030. Ele serve tanto como um mecanismo de responsabilização quanto como uma ferramenta para envolver a sociedade brasileira na busca de um futuro mais próspero, equitativo e sustentável. A revisão reconhece os desafios enfrentados pelo Brasil, particularmente a crise fiscal que impactou o crescimento econômico e dificultou a capacidade do governo de implementar políticas sociais e ambientais. Ao priorizar a

responsabilidade fiscal, o governo buscou restaurar a confiança, estimular investimentos e promover atividades econômicas, que são essenciais para alcançar os ODS. Central para a abordagem do Brasil estão o diálogo, responsabilidade e a inclusividade como princípios orientadores. O RNV também destaca desafios em curso, especialmente na erradicação da pobreza, sublinhando o papel do documento como uma ferramenta prática para as partes interessadas comprometidas com a Agenda 2030. O progresso apresentado na revisão indica que o Brasil está caminhando na direção certa. As recomendações fornecidas oferecem confiança e orientação para esforços contínuos em direção ao desenvolvimento sustentável. Quando considerado ao lado de outros documentos brasileiros selecionados, como aqueles que se concentram em finanças sustentáveis e políticas ambientais, o RNV complementa a estratégia nacional mais ampla para o desenvolvimento sustentável. Sua ênfase na responsabilização, inclusividade e diálogo está alinhada com os princípios delineados em outros documentos, e na CPDS (KOFF et al., 2022), reforçando o compromisso do Brasil com o alcance dos ODS e promovendo prosperidade, equidade e gestão ambiental. E esperado que o próximo RNV seja apresentado ainda neste ano.

- Plano de Ação da Taxonomia Sustentável Brasileira

Taxonomia Sustentável Brasileira - Plano de Ação 2023: O interesse desse documento em nosso estudo reside em sua abordagem abrangente para enfrentar os desafios ambientais e sociais do país, promovendo ao mesmo tempo o desenvolvimento sustentável, multidisciplinaridade almejada pela CPDS. Este documento delinea objetivos estratégicos com o objetivo de mobilizar recursos financeiros, promover inovação tecnológica e garantir relatórios transparentes sobre fluxos de finanças sustentáveis. Além disso, ele delinea objetivos específicos de clima e meio ambiente, incluindo mitigação das mudanças climáticas, estratégias de adaptação e conservação da biodiversidade e dos ecossistemas. Quando considerado ao lado dos outros documentos brasileiros selecionados, que se concentram em tópicos relacionados, como política ambiental, ODS e estratégias econômicas, a necessidade de coerência se torna essencial. Este documento está alinhado com metas nacionais mais amplas e compromissos internacionais, como a Agenda 2030. A taxonomia desempenha um papel crucial na coordenação de investimentos em direção a uma economia resiliente e neutra em emissões de gases de efeito estufa (GEE). Assim, a Taxonomia Sustentável representa um passo estratégico rumo à integração dos princípios de sustentabilidade no setor financeiro do Brasil. Ele fornece um quadro para orientar investimentos em projetos

ambiental e socialmente responsáveis, contribuindo assim para a resiliência de longo prazo, desenvolvimento inclusivo e consecução de objetivos de sustentabilidade nacionais e globais, dimensões centrais à CPDS.

- Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima: Estratégia Geral - 2016

O Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (NAP) delinea as iniciativas do governo federal para gerenciar e reduzir os riscos climáticos de longo prazo no país. Este plano é fundamental para orientar as ações de adaptação e mitigação, tendo em vista os impactos das mudanças climáticas. O NAP foi elaborado em consonância com a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e com os compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito da Conferência das Partes (COP) sobre Mudança do Clima. Além disso, recebeu contribuições de redes temáticas compostas por especialistas de diversos setores e contou com ampla participação pública por meio de consultas e chamadas de contribuições. Isso demonstra o compromisso do governo brasileiro em incorporar diferentes perspectivas e conhecimentos na formulação de políticas climáticas. Mais uma vez, a necessidade por uma CPDS é evidente.

- República Federativa do Brasil - Contribuição Nacionalmente Determinada para o Acordo de Paris no âmbito da UNFCCC

A NDC brasileira ao Acordo de Paris é outro documento crucial que estabelece metas claras e ambiciosas de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE). Ao comunicar suas metas para 2025 e 2030, o Brasil reafirma seu compromisso com o Acordo de Paris e sua disposição em liderar pelo exemplo, reduzindo as suas emissões em 48% até 2025 e 53% até 2030, em relação ao ano 2005. É importante destacar que as metas estabelecidas neste documento ultrapassam as expectativas para um país em desenvolvimento, refletindo sua determinação em contribuir significativamente para os esforços globais de combate às mudanças climáticas. Portanto, a NDC brasileira é um documento de grande relevância, pois estabelece metas claras e ambiciosas de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE).

União Europeia

No contexto europeu, os documentos apresentados refletem uma abordagem coesa em relação ao desenvolvimento sustentável, alinhando-se com os objetivos e compromissos gerais da UE, focando na questão de mudança climática. Cada documento contribui para abordar vários aspectos do desenvolvimento sustentável e fornece um quadro para implementação e monitoramento de políticas. Vale destacar aqui, que a UE foi pioneira na questão da CPDS. O artigo 208(1) do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) serve de base legal para a CPD(s) dentro da União Europeia (UE). Esta disposição sublinha o compromisso da UE em alinhar suas políticas para garantir que contribuam efetivamente para os objetivos da cooperação para o desenvolvimento e redução da pobreza (AHLSTRÖM; SJÅFJELL, 2022). Portanto, a ênfase da UE na CPD(S) não é apenas um compromisso legal, mas também um imperativo político, com o objetivo de garantir que suas várias políticas, tanto internas quanto externas, sejam coerentes e apoiem os objetivos de desenvolvimento. Assim, seria esperado que os documentos analisados no contexto europeu apresentem uma alta cobertura da CPDS. Aqui está como cada documento é coerente com esta pesquisa e a aplicação do quadro conceitual, juntamente com paralelos estabelecidos com os documentos brasileiros:

- Relatório Voluntário da UE sobre a Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável - 2023

O RNV da UE delinea os esforços sistemáticos da UE para avaliar e cumprir a Agenda 2030. Isso se alinha com o foco dessa pesquisa em entender como regiões e países implementam os ODS e coordenam seus esforços em relação à questão climática. O documento fornece insights sobre os processos de formulação de políticas da UE, engajamento das partes interessadas e monitoramento do progresso, que são de alto interesse para o quadro conceitual para avaliar a eficácia das estruturas e mecanismos de governança. O RNV da UE pode ser interessante para conseguir um contexto paralelo ao do RNV brasileiro para identificar desafios comuns, boas práticas e oportunidades de aprendizado e colaboração inter-regional na promoção do desenvolvimento sustentável.

- Taxonomia Sustentável Europeia - (eu) 2020/852 do Parlamento Europeu para a criação de um quadro que facilite o investimento sustentável (EU) 2019/2088

Esse documento legal estabelece um quadro para facilitar o investimento sustentável e alterando o Regulamento (UE) 2019/2088. Ele estabelece um quadro para facilitar o investimento sustentável, abordando o aspecto financeiro do DS. Avaliar a cobertura da CPDS neste documento pode permitir examinar se mecanismos financeiros e iniciativas de finanças sustentáveis, contribuem para alcançar os ODS. O foco da regulamentação em alinhar fluxos financeiros com objetivos ambientais pode ser analisado dentro do quadro conceitual para avaliar o papel de instrumentos econômicos na promoção da sustentabilidade. Iniciativas semelhantes no Brasil, o apresentado acima, podem servir de paralelo com a Regulamentação da Taxonomia Sustentável Europeia para identificar sinergias e oportunidades de colaboração em finanças sustentáveis.

- O Pacto Ecológico Europeu - 2019

O Pacto Ecológico Europeu 2019, aprovado em 2020 representa uma estratégia abrangente para alcançar a neutralidade climática e promover o crescimento sustentável. Avaliar a cobertura da CPDS neste documento permite explorar como agendas políticas ambiciosas como o Pacto Ecológico impulsionam transições sustentáveis no nível regional ou nacional. Sua ênfase em transições justas e inclusivas está alinhada com o foco do quadro conceitual na equidade social e na inclusividade nos esforços de DS. As políticas nacionais do Brasil relacionadas à ação climática, proteção ambiental e iniciativas de economia verde podem ser espelhadas ao Pacto Ecológico Europeu para identificar objetivos e estratégias comuns para avançar nas agendas transnacionais.

- Última versão Contribuição Nacionalmente Determinada para a UE e seus membros – 2023

A NDC atualizada reafirma os compromissos da UE com metas climáticas ambiciosas, refletindo suas contribuições para a ação climática global. A presente pesquisa e a aplicação do quadro conceitual podem se aproveitar de analisar a cobertura da CPDS neste documento, observando assim a eficácia de políticas e compromissos climáticos na promoção de resultados de DS. As próprias NDCs e compromissos climáticos do Brasil podem ser comparados com as atualizações das NDCs da UE para identificar áreas de interesse mútuo e colaboração na mitigação das mudanças climáticas e promoção do desenvolvimento sustentável.

Assim, os documentos europeus fornecem insights valiosos e exemplos que complementam a pesquisa sobre CPDS. O paralelo entre os dois contextos pode enriquecer a compreensão de mecanismos de governança, estratégias de implementação de políticas e o papel de instrumentos financeiros na promoção de objetivos de sustentabilidade em escalas regional e global.

Transnacional

No contexto transnacional, os documentos fornecidos oferecem uma perspectiva global sobre as mudanças climáticas e os esforços coletivos necessários para enfrentá-las. Aqui está como cada documento se alinha com essa pesquisa e a aplicação do quadro conceitual:

- *IPCC, 2023*

Os relatórios do IPCC fornecem uma avaliação abrangente da ciência, impactos, adaptação e opções de mitigação das mudanças climáticas. Eles oferecem uma perspectiva global sobre o estado do conhecimento das mudanças climáticas, integrando contribuições de cientistas de todo o mundo. Esses relatórios são produzidos por meio de um rigoroso processo de revisão envolvendo especialistas de diversos países, garantindo uma perspectiva global sobre questões de mudanças climáticas. Eles refletem o consenso da comunidade científica internacional e servem como referências autorizadas para formuladores de políticas em todo o mundo. Por isso, eles se fazem essenciais na atual pesquisa.

Embora os relatórios do IPCC se concentrem principalmente em avaliações científicas, eles informam a formulação de políticas climáticas internacionais destacando a urgência da ação e as consequências potenciais da inação. Eles contribuem para moldar a estrutura normativa para ação climática, enfatizando a necessidade de esforços ambiciosos e coordenados para enfrentar as mudanças climáticas. Ao analisar a cobertura da CPDS no último relatório do IPCC, os formuladores de políticas podem alinhar as políticas climáticas nacionais com o consenso científico global e identificar áreas onde a integração política é necessária. As avaliações do IPCC informam o desenvolvimento de estratégias nacionais de adaptação e mitigação climática, promovendo a coerência com objetivos internacionais. Os relatórios do IPCC desempenham um papel crucial no monitoramento do progresso global em relação às mudanças climáticas e responsabilização dos

formuladores de políticas por seus compromissos. Eles fornecem uma base para avaliar a eficácia das políticas climáticas e acompanhar as mudanças em indicadores-chave ao longo do tempo.

- Primeiro Balanço Global – 2023

O primeiro Balanço Global avalia o progresso coletivo em relação aos objetivos de acordos internacionais, como o Acordo de Paris, que também, pelos seus objetivos e princípio, guia este documento. Ele fornece uma visão abrangente dos esforços globais para enfrentar as mudanças climáticas, incluindo mitigação, adaptação e medidas de apoio. Essa e as futuras avaliações (que ocorrerão de forma bienal) envolvem a participação de países em todo o mundo, refletindo uma perspectiva global sobre a ação climática. Eles facilitam a troca de informações e melhores práticas entre os países e promovem a aprendizagem mútua e a colaboração. Eles contribuem para fortalecer a estrutura normativa para ação climática, enfatizando a importância da transparência, responsabilidade e ambição nas políticas climáticas nacionais, princípios muito importantes para a CPDS. Através desses relatórios, os países avaliam o alinhamento de suas políticas climáticas nacionais com objetivos e compromissos internacionais. Eles identificam áreas onde a coerência política está faltando e exploram oportunidades para melhorar a integração entre setores e níveis de governança. Assim, se faz interessante avaliar a cobertura da CPDS neste documento, em relação a todos os outros apresentados no escopo deste trabalho.

- Acordo de Paris – 2016

O Acordo de Paris fornece um quadro abrangente para a cooperação internacional sobre mudanças climáticas. Estabelece metas de longo prazo, objetivos e princípios para a ação climática global, oferecendo um roteiro para a transição para um futuro de baixo carbono e resiliente. Como um acordo multilateral, o Acordo de Paris reflete as aspirações e compromissos coletivos de países em todo o mundo. Ele incorpora uma perspectiva global sobre governança das mudanças climáticas, enfatizando a responsabilidade compartilhada de todas as nações em enfrentar a crise climática. O Acordo de Paris estabelece uma estrutura normativa para ação climática com base em princípios como equidade, responsabilidades comuns, mas diferenciadas e desenvolvimento sustentável. Ele fornece orientação para a formulação e implementação de políticas climáticas nacionais, garantindo coerência com objetivos internacionais. Para a atual pesquisa, era natural considerar este documento, considerando as NDCs brasileiras e europeia. As NDCs sob o Acordo

de Paris servem como o principal mecanismo para alinhar as políticas climáticas nacionais com objetivos internacionais. Eles incentivam os países a integrarem considerações climáticas em suas estratégias de desenvolvimento mais amplas e promover a coerência entre as áreas políticas. O Acordo de Paris inclui disposições para transparência, responsabilidade e revisão periódica das promessas climáticas dos países. Ele estabelece um mecanismo robusto para acompanhar o progresso em relação a metas coletivas, facilitando a avaliação mútua e o aumento da ambição ao longo do tempo.

Analisar esses documentos transnacionais dentro do contexto desse trabalho e do quadro conceitual para a cobertura da CPDS proporciona insights valiosos sobre a coerência, eficácia e impacto de políticas climáticas em níveis nacional e global. Isso ajuda a contextualizar esforços nacionais dentro do panorama internacional mais amplo, facilitando uma compreensão mais holística da governança climática e dos desafios de desenvolvimento sustentável.

Vale ressaltar que a escolha por documentos de diversos tipos, fontes e zonas geográficas é justificada pelos objetivos da CPDS que, depende da presença de "mecanismos" para gerenciar a incoerência das políticas. Ao reconhecer as limitações de abordagens estritamente técnicas para a coerência de políticas, torna-se evidente que uma compreensão holística da sustentabilidade requer uma abordagem mais abrangente e matizada (AFIONIS; MKWAMBISI; DALLIMER, 2020; YUNITA et al., 2022). Abordar a coerência de políticas em diferentes tipos de documentos garante que os princípios da sustentabilidade sejam consistentemente aplicados e integrados em diversos aspectos da governança. Seja por meio de relatórios fornecendo evidências e análises, ou regulamentações estabelecendo frameworks legais, a coerência garante que as políticas estejam alinhadas com objetivos comuns sem contradições ou conflitos.

Além disso, considerar a coerência de políticas em diferentes níveis geográficos reconhece a interconexão entre políticas locais, nacionais e internacionais. Questões como mudanças climáticas, pobreza e desigualdade muitas vezes transcendem fronteiras, exigindo esforços coordenados e abordagens consistentes em diferentes níveis de governança. Portanto, abordar a coerência de políticas em várias escalas geográficas é crucial para alcançar progressos significativos em direção aos objetivos de desenvolvimento sustentável. O reconhecimento das dimensões políticas e das implicações mais amplas da coerência de políticas destaca a importância de integrar princípios de sustentabilidade em diversos documentos e níveis geográficos. Essa

abordagem garante que as políticas sejam não apenas tecnicamente sólidas, mas também politicamente e eticamente robustas, levando a resultados mais eficazes e sustentáveis.

2. Metodologia

A metodologia utilizada neste estudo foi inspirada por abordagens similares encontradas na literatura sobre análise de políticas públicas e mineração de texto (KOVALCHUK et al., 2019b; ROTHE, 2018; WEITZ et al., 2018). Ela tem como objetivo avaliar a cobertura da CPDS em documentos relacionados às mudanças climáticas no Brasil, na EU e em contextos transnacionais. A abordagem envolve uma análise sistemática utilizando um quadro conceitual derivado da análise de conceito formal (ACF) e técnicas de mineração de texto, combinadas com aplicações estatísticas.

Desenvolvimento do Quadro Conceitual

O primeiro passo envolveu a criação de um quadro conceitual com base na literatura existente sobre a CPDS. Partindo da análise de conceito formal (ACF), o quadro se construiu em torno de cinco níveis de cobertura, cada um focado em aspectos específicos da CPDS, desde a compreensão dos princípios do desenvolvimento sustentável até a integração das partes interessadas. Autores como Christensen, Rasul et al. e Medina et al. (2017) destacaram a importância de quadros conceituais sólidos para entender e analisar conhecimento que ainda não faça a unanimidade na literatura, como a coerência de políticas em contextos complexos como as mudanças climáticas (CHRISTENSEN, 2022; MEDINA HIDALGO; NUNN; BEAZLEY, 2021; RASUL; NEUPANE, 2021).

Mineração de Texto com o Atlas.ti

Para aplicar o quadro conceitual aos documentos, foram utilizadas técnicas de mineração de texto com o software *Atlas.ti*. O *Atlas.ti* é uma ferramenta de análise qualitativa de dados amplamente utilizada que facilita a extração sistemática e análise de dados textuais. Aqui, utilizamos o software para a leitura dos termos identificados para cada nível no capítulo 1. Serão levantadas, em um primeiro momento, as frequências dessas em seus contextos. Outro momento que irá usar a mineração de dados será para identificar o total de palavras significantes nos documentos, a saber adjetivos, advérbios, nomes próprios, substantivos e verbos, para verificar o peso real dos termos e níveis dentro dos textos.

Análise e Interpretação dos Dados

Os termos extraídos foram então analisados e categorizados de acordo com sua relevância para cada nível do quadro conceitual. Por exemplo, termos relacionados a políticas, mudança climática, desenvolvimento, adaptação, coerência e risco foram categorizados no Nível 1, representando a compreensão básica dos princípios do desenvolvimento sustentável. A identificação de termos específicos é essencial para entender a linguagem e o discurso em documentos políticos e pode permitir alcançar níveis de entendimento que métodos tradicionais não permitiriam (WASH, 2020).

Consideramos, então, que, como explicado na introdução, os textos podem se enquadrar em um Nível superior mais que em um inferior, mas que, para fins dessa análise, os documentos devam respeitar uma presença terminologia de todos os 5 níveis.

Importante ressaltar que a escolha da língua inglesa para análise dos documentos se deu pelo rigor metodológico, respeitando as nuances dos termos definidos no capítulo 1, que se basearam em textos na língua inglesa. Para uma adequação à língua portuguesa, teria que ser desenvolvido um estudo de localização, para garantir que as nuances terminológicas são respeitadas de uma língua para outra. As diferenças linguísticas na área do DS e da mudança climática vêm se mostrando já bastante limitadoras e desafiadoras, dificultando um senso comum

de conhecimento e engajamento (LITRE et al., 2022). Por isso, iremos seguir tentando evitar adicionar mais camadas a esse desafio. O trabalho de adequar esse quadro e sua aplicabilidade em português poderia se tornar um interessante objeto de estudo para futuras pesquisas.

Comparação entre Zonas Geográficas

A análise foi conduzida em documentos do Brasil, da União Europeia e de contextos transnacionais para fornecer insights sobre a cobertura da CPDS em diferentes níveis geográficos. Essa abordagem permitiu uma análise comparativa da cobertura da CPDS em diferentes regiões geográficas, oferecendo insights sobre semelhanças e diferenças em abordagens e prioridades políticas. Em segundo lugar, possibilita uma compreensão holística das questões de CPDS em vários níveis, desde o nacional até o global, aumentando a abrangência e robustez da análise.

Justificativa para Escolhas Metodológica

O uso de técnicas de mineração de texto com o *Atlas.ti* foi considerado apropriado por várias razões. Em primeiro lugar, a mineração de texto permite a identificação sistemática e categorização de termos relevantes, facilitando a aplicação do quadro conceitual a grandes volumes de dados textuais. Em segundo lugar, ao focar em termos como substantivos e verbos, a análise garante a extração de conteúdo significativo, aumentando a precisão e confiabilidade dos resultados.

A metodologia empregada neste estudo combinou análise quali- e quantitativa. No campo das ciências humanas, as complexidades do comportamento humano, dinâmicas sociais e nuances culturais frequentemente desafiam uma quantificação simples apenas por meio de medidas estatísticas (CAMARGO; DANIEL, 2021). Por isso, no quadro desse estudo, foi necessária uma abordagem híbrida. Uma das principais justificativas para essa abordagem reside na natureza qualitativa da pesquisa em ciências humanas (MICHAEL QUINN PATTON, 2002). Ao contrário de campos com fenômenos mais previsíveis e deterministas, as ciências humanas lidam com as complexidades das experiências, crenças e interações humanas. Esses fenômenos frequentemente resistem à quantificação de maneira direta e exigem interpretação refinada para descobrir significados mais profundos.

As dimensões qualitativas serão priorizadas em uma primeira análise para o levantamento dos dados nos textos. Em um segundo momento, as frequências encontradas serão divididas pelo número total de tokens levantados nos níveis, para obtermos suas proporções não normalizadas dentro do nível. Em seguida, esses dados serão normalizados usando a proporção das somas de tokens de cada termo do nível dividido pelo número de termos no nível. Aqui, usaremos um percentil definido com base nos resultados. Essa técnica ela permite priorizar insights qualitativos obtidos a partir da análise e interpretação detalhadas dos dados em detrimento de cálculos estatísticos, permitindo uma compreensão mais rica do assunto. Assim como no caso do atual estudo, definir limites baseados em considerações teóricas, garante que a análise esteja alinhada com os fundamentos conceituais da nossa pesquisa, aumentando assim a validade e relevância dos resultados. A natureza interdisciplinar da atual pesquisa exige uma abordagem flexível e adaptativa à análise de dados

Finalmente, o número de termos significantes em cada documento, a saber advérbios, adjetivos, nomes próprios, substantivos e verbos, como mencionado acima, servirá para definir a proporção dos níveis nos documentos. Esse levantamento servirá para entender o peso de cada nível dentro dos documentos de forma padronizada. Aqui, usaremos percentis de 33% para categorizar os resultados, em pesos L – *low* (baixo), M – *medium* (médiod) ou H – *high* (alto). Também, iremos quantificar esses pesos, com L = 1, M = 2 e H = 3. Foi necessário passar por essas etapas para facilitar o entendimento e a visualização dos documentos entre si.

3. Resultados

Em um primeiro momento, vamos trazer o resultado da pesquisa mostrando o peso de cada termo dentro de cada nível. Esse processo foi feito pela divisão do número de ocorrências para cada termo dividido pelo total de ocorrências naquele nível. Tal procedimento foi replicado para todos os níveis e para todos os documentos. Esse procedimento é necessário para podermos entender o comportamento de cada termo ao longo dos 5 níveis.

Em um segundo momento, buscamos entender o impacto de cada nível no contexto geral do texto. Para isso, foi somado o número total de ocorrência no nível e dividido pelo número de termos em cada nível. Esse processo de normalização foi adotado para permitir a comparação entre

os níveis sem que o número de termos tenha impacto na análise. Utilizamos essa razão e a dividimos pelo número total de palavras significantes no texto, conforme filtro descrito acima, para encontrar o impacto do nível no texto geral.

Para fins de visualização, utilizamos das ferramentas de *heatmap* e *treemap*. Em todas as tabelas apresentadas abaixo, identificamos os documentos da UE, do Brasil e representando o contexto transnacional por nuances diferentes de azul, sendo os primeiros quatro em azul escuro, documentos da EU, os 4 seguintes os do Brasil e, os últimos 3, do contexto transnacional.

Nas análises abaixo que apresentam um *treemap* dos termos que mais se destacam nos níveis, como na Figura 3.1, após ter ponderado as porcentagens acima, atribuímos pesos aos termos, com a seguinte fórmula: =SES(E(E141>=0,05;E141<=0,15);"M";E141<0,05;"L";E141>0,15;"H"). Se o resultado for <0,05, então o peso do termo dentro do nível seria "L" ou 1. Se o resultado for >=0,05 e <=0,15, então teríamos um peso "M" ou 2. Já, se o peso for >0,15, o peso dado seria "H", ou 3. Esses intervalos foram considerados pelo contexto que se apresentou e os valores revelados no primeiro momento da análise. Em seguida, somamos a pontuação dos termos em todos os documentos e obtivemos os resultados analisados abaixo. Já, para a segunda etapa de análise, observando a relação dos níveis por documento, foi calculado o percentil, através da fórmula do Excel, com base em todas as porcentagens para todos os níveis de todos os documentos: =PERCENTIL(C184:M188:C185; 0,33) e chegou-se a fórmula de ponderação =SES(E(D185>=0,16%;D185<=0,27%);"M";D185<0,16%;"L";D185>0,27%;"H").

Análise dos termos dentro dos 5 níveis

Nível 1

O primeiro nível do nosso quadro conceitual avalia a cobertura de compreensão básica em torno da CPDS, através da presença de termos como Mudança Climática, Energia, SDG, Risco, Instrumentos etc. Como mencionado acima, é importante que este nível receba muita atenção nos documentos avaliados, por considerarmos ele como base fundamental para todos os outros níveis acima.

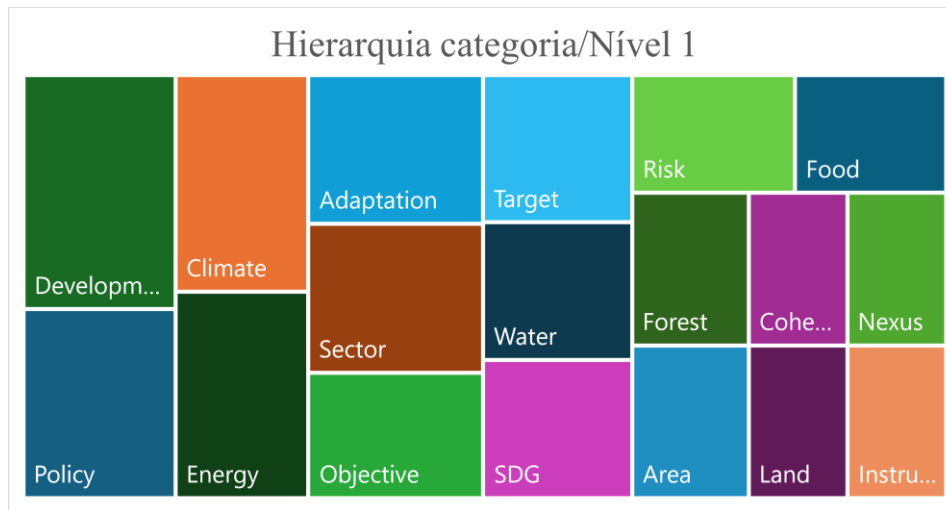


Figura 3.1 Treemap termos nível 1

Fonte: Elaboração própria com base na análise de documentos

Assim, para o nível 1, os termos de destaque foram "mudança climática", "desenvolvimento", "política", "adaptação", "setor", "objetivo", "alvo", "energia", "ODS" e "água", como podemos ver na Figura 3.1. Para fins de análise, consideramos "*objective*" em inglês quando relacionado às ações mensuráveis, "*target*" quando relacionado à indicadores estabelecidos para determinar o alcance de algum "*objective*". É importante mencionar essas nuances, pois, como afirmamos acima, provavelmente o resultado seria diferente caso tivéssemos um quadro conceitual com termos em português. A inclusão de termos como "política", "desenvolvimento", "objetivo" e "alvo" reflete um foco em medidas políticas e objetivos de desenvolvimento alinhados com os objetivos de desenvolvimento sustentável. Da mesma forma, termos como "energia", "adaptação", "ODS", "setor", "terra", "água" e "risco" sugerem atenção a estratégias energéticas, esforços de adaptação, metas de desenvolvimento sustentável, abordagens setoriais, manejo de terras, manejo de recursos hídricos e avaliação de riscos tanto nos documentos da UE quanto do Brasil.

Destacar esses termos nessa análise pode ser útil para tomadores de decisão monitorarem e adequarem os seus discursos em comunicados oficiais, mas, também, para entenderem onde se encontram, em adequação com esse *treemap* os seus atuais documentos.

	Categoria	EU NDC 2023	EU GREEN DEAL	EU VNR 2023	EU SUSTAINABLE TAXONOMY REGULATION 2020	BR VNR 2017	BR NDC 2023	BR NAP 2016	BR SUSTAINABLE TAXONOMY ACTION PLAN 2023	FIRST GLOBAL STOCKTAKE 2023	IPCC 2023	PARIS AGREEMENT 2015
NÍVEL 1	Policy	9,93%	15,68%	9,34%	3,13%	8,00%	10,00%	6,52%	6,78%	4,69%	8,31%	7,86%
	Climate change	1,32%	6,94%	1,66%	8,24%	0,77%	21,25%	14,35%	6,01%	16,15%	11,11%	8,40%
	Development	6,62%	9,00%	12,24%	13,35%	31,38%	12,50%	6,73%	16,48%	32,55%	14,19%	44,44%
	Adaptation	2,65%	1,54%	1,04%	3,69%	0,77%	11,25%	13,57%	4,55%	23,44%	17,47%	23,31%
	Coherency	0,00%	1,29%	1,46%	0,57%	0,00%	0,00%	0,09%	0,26%	1,04%	0,06%	1,08%
	Nexus	0,00%	0,00%	0,16%	0,00%	0,00%	0,00%	0,02%	0,00%	0,00%	0,03%	0,00%
	Water	0,00%	3,08%	4,99%	14,77%	1,23%	1,88%	15,41%	7,81%	1,82%	4,75%	0,00%
	Sector	12,58%	9,25%	3,47%	7,10%	4,00%	14,38%	9,72%	16,48%	3,13%	7,18%	0,81%
	Energy	15,23%	18,51%	8,29%	6,25%	2,77%	5,00%	2,32%	6,09%	4,17%	6,67%	0,81%
	Food	0,00%	6,68%	3,78%	1,14%	2,62%	0,00%	5,35%	2,15%	1,56%	4,90%	0,81%
	Land Use	2,65%	0,77%	0,31%	0,85%	0,15%	0,63%	0,97%	1,80%	0,00%	2,56%	0,00%
	Forest	5,96%	4,63%	1,46%	5,11%	0,46%	4,38%	2,38%	4,55%	2,08%	2,77%	2,44%
	Area	1,32%	4,37%	4,94%	1,14%	5,38%	3,75%	6,28%	2,49%	0,52%	2,01%	1,36%
	Instrument	0,66%	1,80%	1,68%	0,28%	2,92%	0,63%	2,11%	4,64%	1,56%	1,37%	3,25%
	Objective	7,95%	7,71%	2,51%	29,83%	1,54%	3,13%	1,46%	10,39%	1,04%	0,64%	2,44%
	Target	33,11%	3,60%	6,62%	0,28%	11,69%	10,63%	2,41%	2,75%	2,08%	0,70%	0,54%
	SDG	0,00%	0,00%	34,19%	1,42%	25,08%	0,00%	0,04%	4,03%	0,00%	0,94%	0,00%
	Risk	0,00%	5,14%	1,85%	2,84%	1,23%	0,63%	10,26%	2,75%	4,17%	14,34%	2,44%

Figura 3.2 Porcentagens termos dentro do nível
Fonte: Elaboração própria com base na análise de documentos

Na Figura 3.2 acima, dividimos a frequência de cada termo nos documentos selecionados pelo número total de tokens do nível. No caso do nível 1, temos 18 termos. Importante ressaltar que nesse momento, os dados ainda não são padronizados, então podemos realizar somente uma análise para dentro dos níveis e não entre si. O interesse aqui é observar quais termos se destacam.

O termo “desenvolvimento” é o que juntou a maior porcentagem, no Acordo de Paris. Também, podemos observar que os documentos transnacionais são os que mais parecem concentrar valores significantes para os termos “mudança climática”, “desenvolvimento” e “adaptação”. Tanto os documentos da UE quanto do Brasil colocam grande ênfase em questões relacionadas à mudança climática, refletindo um consenso global sobre a urgência de abordar esse desafio. A inclusão de termos como "mudança climática" como alto destaque na maioria dos documentos realça o reconhecimento da mudança climática como uma questão crítica que requer atenção imediata e ação coordenada. O termo “ODS” aparece com mais ênfase nas duas revisões voluntárias do Brasil e da EU, tendo uma quase nula presença nos outros documentos. Isso é coerente com o objetivo desses relatórios em reforçar parcerias para o alcance dos ODS e aceleração da implementação da Agenda 2030.

Para os termos pouco representados, encontramos “floresta”, “área”, “instrumento”, “coerência”, “nexus”, “alimentação” e “uso da terra”. Isso indica uma possível lacuna ou menor ênfase na cobertura temática. A menor priorização da "floresta" pode refletir um menor foco em questões relacionadas à silvicultura nos documentos analisados ou uma maior ênfase em outros aspectos do desenvolvimento sustentável e da ação climática. A prioridade relativamente menor dada à "coerência" e ao "nexus" sugere uma possível lacuna na abordagem da coerência política e em abordagens integradas para o desenvolvimento sustentável e a ação climática. A menor priorização de "alimentação" e "uso da terra" pode indicar uma menor ênfase na segurança alimentar, sustentabilidade agrícola e utilização de recursos da terra nos documentos analisados em comparação com outras áreas temáticas. Vale destacar que os termos “coerência” e “nexus” são os que menos recebem atenção dentro dos documentos analisados. No contexto da nossa pesquisa sobre cobertura da CPDS a fraca presença desses termos não é representativa de uma baixa cobertura, tendo em vista que o quadro conceitual considera quantidades de termos diversos por nível. Não obstante, é interessante observar que a “coerência” que é um dos princípios do Acordo de Paris e ainda um indicador do ODS 17 é tão pouco representado.

Nível 2

O segundo nível do nosso quadro conceitual avalia o desenvolvimento de estratégias e ações abordando as questões climáticas e de desenvolvimento sustentável. Este nível pressupõe uma compreensão mais aprofundada das questões relacionadas à sustentabilidade e ao desenvolvimento, indo além dos conceitos básicos apresentados no Nível 1.

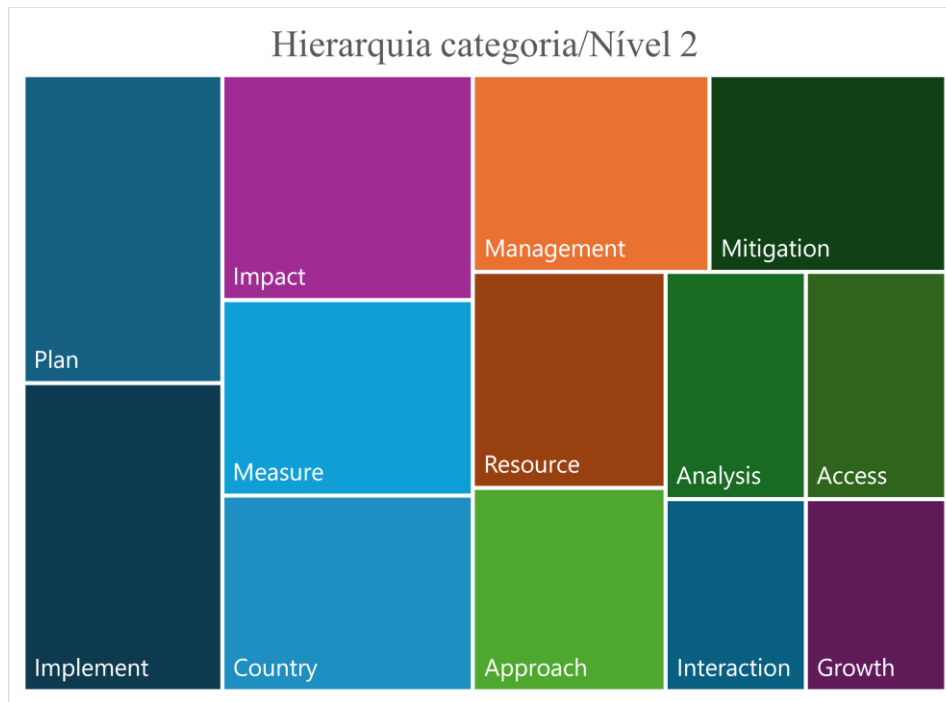


Figura 3.3 Treemap termos nível 2

Fonte: Elaboração própria com base na análise de documentos

Os termos que se destacam, como "plano", "implementação", "gestão" e "país", como podemos ver na Figura 3.3, refletem a importância de abordar estratégias e ações concretas para lidar com desafios ambientais e sociais. Além disso, termos como "mitigação", "análise" e "medida" indicam uma preocupação com a avaliação de impacto e a eficácia das intervenções propostas. O destaque para termos como "plano", "implementação", "gestão" e "nível" é coerente com documentos que buscam abordar estratégias e ações concretas para lidar com desafios ambientais e sociais. Por exemplo, o "Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas - Estratégia Geral 2016" do Brasil e documentos europeus como "*European Sustainable Taxonomy*" e "*European Green Deal*" enfatizam a importância da implementação de planos e programas para promover a sustentabilidade.

	Categoria	EU NDC 2023	EU GREEN DEAL	EU VNR 2023	EU SUSTAINABLE TAXONOMY REGULATION 2020	BR VNR 2017	BR NDC 2023	BR NAP 2016	BR SUSTAINABLE TAXONOMY ACTION PLAN 2023	FIRST GLOBAL STOCKTAKE 2023	IPCC 2023	PARIS AGREEMENT 2015
	Plan	19,74%	15,98%	10,34%	5,71%	5,56%	21,60%	23,56%	23,13%	8,31%	4,81%	4,61%
	Management	9,21%	10,06%	5,76%	9,29%	9,08%	1,60%	14,21%	8,45%	2,46%	7,71%	2,17%
	Analysis	0,00%	1,78%	3,17%	2,86%	5,23%	0,00%	4,26%	5,58%	0,62%	1,11%	0,27%
L	Measure	15,79%	18,34%	7,82%	13,57%	0,92%	12,00%	9,31%	4,78%	5,54%	3,82%	4,07%
E	Impact	3,95%	8,88%	7,20%	30,00%	1,54%	3,20%	18,86%	11,16%	17,54%	21,64%	5,15%
V	Approach	18,42%	2,37%	7,34%	2,86%	1,08%	11,20%	3,87%	1,91%	3,69%	3,08%	5,96%
E	Implement(a	17,11%	8,88%	19,10%	4,29%	0,15%	17,60%	6,04%	8,45%	24,00%	8,45%	28,73%
L	Resource	3,95%	15,98%	4,10%	12,86%	10,31%	3,20%	10,34%	11,48%	3,38%	4,44%	3,79%
	Mitigation	6,58%	2,96%	1,45%	9,29%	4,00%	13,60%	3,00%	6,86%	7,69%	26,02%	13,55%
2	Interaction	0,00%	0,00%	0,79%	1,43%	0,15%	0,00%	0,79%	0,32%	0,00%	2,96%	0,00%
	Growth	0,00%	4,73%	4,62%	4,29%	0,31%	4,00%	0,83%	2,55%	0,62%	2,16%	0,27%
	Access	1,32%	6,51%	7,58%	3,57%	2,15%	0,00%	3,67%	3,35%	3,69%	4,01%	4,61%
	Country	3,95%	3,55%	20,72%	0,00%	2,62%	12,00%	1,26%	11,96%	22,46%	9,80%	26,83%

Figura 3.4 Porcentagens termos dentro do nível

Fonte: Elaboração própria com base na análise de documentos

A presença significativa de termos como "mitigação", "análise" e "medida" também é coerente com documentos que abordam a avaliação de impacto e a eficácia das intervenções propostas. Por exemplo, nos documentos relacionados ao Acordo de Paris e às contribuições nacionalmente determinadas (NDCs), é esperada uma discussão detalhada sobre as medidas de mitigação das emissões de gases de efeito estufa e as análises de impacto associadas.

Assim, os termos "impacto", "implementação" e "mitigação", com alto peso nesses documentos, como podemos ver na Figura 3.4, refletem uma ênfase significativa na avaliação dos impactos, na implementação de estratégias e no monitoramento dos níveis de progresso em relação aos objetivos estabelecidos. O destaque dado a esses termos sugere um forte compromisso com a eficácia e a execução eficiente das políticas e ações propostas nos documentos.

Já, termos com pontuação média, como "país", "plano" ou "gestão" indicam uma cobertura equilibrada de aspectos relacionados ao planejamento, gerenciamento, implementação de medidas, alocação de recursos, estratégias de mitigação e considerações nacionais nos documentos. Refletem uma abordagem abrangente para abordar desafios e oportunidades específicos em diferentes contextos e setores. Por último, "análise", "crescimento" e "interação" sugerem uma lacuna na abordagem ou na ênfase dada a esses aspectos nos documentos analisados. No entanto, a interpretação desses resultados deve levar em consideração o contexto específico de cada documento e as nuances de suas metas e objetivos.

Assim, o *heatmap* formado na Figura 3.4 acima é um retrato desse panorama do nível 2 que tem por foco avaliar a cobertura da CPDS pelo nível de especificidade dada às estratégias e ações governamentais ou intergovernamentais desenvolvidas nos documentos do presente estudo.

Nível 3

Neste nível observamos a presença e frequência de termos que retratam o estado do estabelecimento de metas e indicadores que ajudam a monitorar evoluções e alinhamento com desafios e metas, tanto nacionais, como regionais ou globais. Esse nível parece ser o mais equilibrado de todos, com pouca oscilação entre os termos, como podemos observar na figura abaixo.

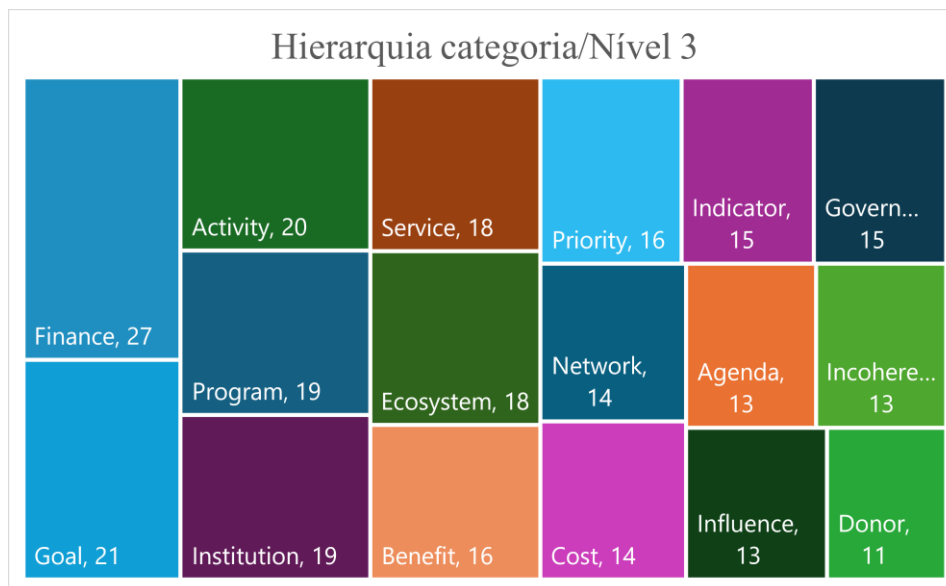


Figura 3.5 Treemap termos nível 3

Fonte: Elaboração própria com base na análise de documentos

Na Figura 3.5 podemos observar que o termo “finanças” recebe um destaque especial nesse nível, em diversos documentos, mas, especialmente no Acordo de Paris. Outros termos alinhados a essa, como “atividade” e “ecossistema” refletem uma ênfase significativa na implementação de atividades específicas, considerações relacionadas aos ecossistemas e questões financeiras associadas às iniciativas propostas. O destaque dado a esses termos sugere uma forte priorização da ação prática, sustentabilidade ambiental e viabilidade financeira nas políticas e estratégias delineadas nos documentos.

	Categoria	EU NDC 2023	EU GREEN DEAL	EU VNR 2023	EU SUSTAINABLE TAXONOMY REGULATORY REGULATION 2020	BR VNR 2017	BR NDC 2023	BR NAP 2016	BR SUSTAINABLE TAXONOMY ACTION PLAN 2023	FIRST GLOBAL STOCKTAKE 2023	IPCC 2023	PARIS AGREEMENT 2015
	Program	3,13%	6,43%	13,47%	0,49%	46,15%	0,00%	11,41%	6,80%	6,70%	1,64%	6,58%
	Agenda	0,00%	3,57%	10,11%	1,22%	3,55%	0,00%	0,86%	5,44%	4,02%	0,74%	3,29%
	Activity	9,38%	3,57%	3,35%	47,07%	10,31%	11,90%	6,50%	24,77%	4,02%	3,12%	11,18%
	Goal	6,25%	4,29%	6,20%	1,46%	19,69%	7,14%	8,96%	8,01%	19,64%	4,68%	7,24%
	Indicator	18,75%	0,00%	11,08%	1,95%	0,77%	14,29%	4,84%	2,87%	0,00%	0,99%	0,00%
L	Incoherency	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	16,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
E	Government	3,13%	0,00%	3,96%	0,00%	8,77%	35,71%	9,16%	3,78%	1,79%	2,79%	1,97%
V	Service	0,00%	12,14%	8,28%	5,85%	0,00%	0,00%	10,09%	6,95%	13,84%	8,22%	0,66%
E	Influence	0,00%	1,43%	0,25%	0,00%	15,23%	0,00%	2,99%	0,15%	0,00%	4,52%	0,00%
L	Network	9,38%	6,43%	4,98%	0,00%	3,38%	0,00%	6,97%	0,60%	3,13%	0,33%	3,95%
	Institution	3,13%	8,57%	6,50%	0,24%	0,00%	7,14%	8,49%	6,95%	5,80%	10,19%	12,50%
3	Ecosystem	0,00%	8,57%	4,67%	7,32%	3,54%	2,38%	15,79%	2,11%	6,70%	21,36%	3,29%
	Finance	21,88%	23,57%	13,97%	30,49%	6,62%	4,76%	1,00%	25,53%	29,02%	17,17%	31,58%
	Benefit	12,50%	8,57%	4,22%	1,71%	0,31%	11,90%	2,59%	1,66%	2,68%	10,60%	6,58%
	Donor	0,00%	0,71%	1,02%	0,00%	2,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Priority	6,25%	6,43%	6,61%	0,49%	2,62%	2,38%	6,50%	3,17%	1,79%	1,97%	9,21%
	Cost	6,25%	5,71%	1,32%	1,71%	0,00%	2,38%	3,85%	1,21%	0,89%	11,67%	1,97%

Figura 3.6 Porcentagens termos dentro do nível 3

Fonte: Elaboração própria com base na análise de documentos

Já, os termos “objetivo” (aqui, em inglês “Goal”, consideramos as declarações que descrevem os resultados económicos, sociais e ambientais, que direcionam se os “objectives” foram alcançados), “indicador” ou “governo” mostram uma cobertura equilibrada de vários aspectos relacionados à implementação, monitoramento e avaliação de programas e políticas. Refletem uma abordagem abrangente para abordar desafios e oportunidades específicos em diferentes contextos e setores. Por último, e como podemos ver na Figura 3.6, “incoerência”, que so aparece no RNV brasileiro, ou “doador”, são termos que ficam por último no nosso *treemap* e sugerem uma certa assimetria entre os interesses dados ao envolvimento transnacional, entre atores do desenvolvimento, como os do Sul e Norte global.

Nível 4

Neste penúltimo nível avaliamos a cobertura de termos que retratam a presença e eficácia de mecanismos de coordenação, promovendo a integração dos diversos níveis da sociedade, através de palavras como “estratégia”, “governança” ou “ação”.

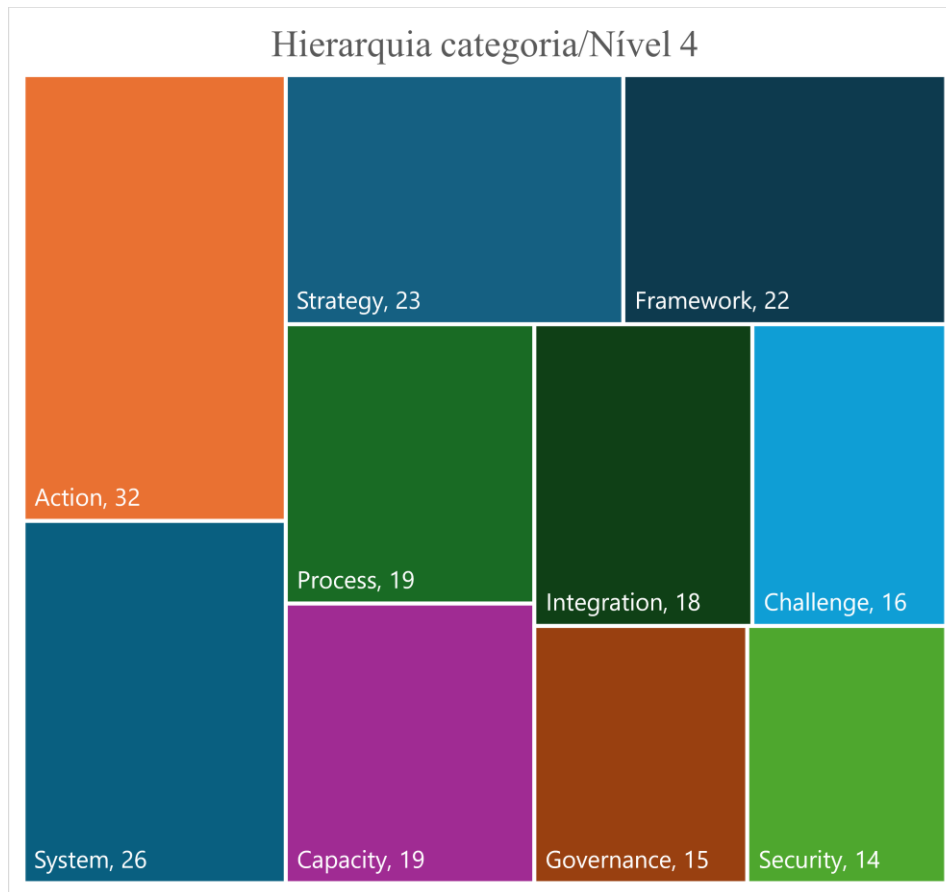


Figura 3.7 Treemap termos Nivel 4
 Fonte: Elaboração própria com base na análise de documentos

Como podemos ver na Figura 3.7, “Ação” e “sistema” sugerem um forte foco na implementação de ações específicas e no estabelecimento de sistemas robustos para lidar com os desafios e metas propostos. Também, há uma cobertura equilibrada de vários aspectos relacionados ao planejamento, implementação e gestão de políticas e estratégias, ressaltando a existência nos documentos de uma abordagem abrangente para enfrentar desafios e oportunidades específicos em diferentes contextos e setores. Já, “desafio”, “governança”, “capacidade” e “segurança” são termos que menos se destacam no nosso *heatmap* da Figura 3.8.

	Categoria	EU NDC 2023	EU GREEN DEAL	EU VNR 2023	EU SUSTAINABLE TAXONOMY REGULATION 2020	BR VNR 2017	BR NDC 2023	BR NAP 2016	BR SUSTAINABLE TAXONOMY ACTION PLAN 2023	FIRST GLOBAL STOCKTAKE 2023	IPCC 2023	PARIS AGREEMENT 2015
L E V E L 4	Strategy	7,41%	22,22%	18,19%	13,75%	0,31%	15,38%	24,89%	8,38%	9,36%	2,96%	4,56%
	Action	25,93%	24,34%	29,51%	17,50%	91,38%	33,33%	12,71%	23,35%	36,26%	25,99%	35,74%
	Process	7,41%	5,82%	4,49%	11,25%	5,38%	7,69%	4,34%	13,17%	4,68%	9,48%	12,93%
	Challenge	0,00%	12,70%	8,00%	3,75%	5,85%	5,13%	2,17%	4,79%	5,85%	3,77%	1,52%
	Capacity	0,00%	2,65%	4,22%	5,00%	8,31%	2,56%	9,65%	2,69%	25,73%	6,42%	25,48%
	Security	0,00%	2,65%	5,17%	2,50%	2,77%	2,56%	6,33%	4,49%	1,17%	6,52%	0,38%
	Framework	20,37%	9,52%	8,85%	20,00%	5,54%	12,82%	2,17%	13,47%	5,85%	3,36%	9,13%
	Governance	7,41%	2,65%	4,49%	6,25%	1,85%	0,00%	1,24%	7,78%	0,58%	6,52%	0,38%
	Integration	7,41%	5,82%	6,24%	3,75%	1,85%	5,13%	6,38%	5,09%	1,75%	2,65%	7,22%
	System	24,07%	11,64%	10,83%	16,25%	1,23%	15,38%	30,12%	16,77%	8,77%	32,31%	2,66%

Figura 3.8 Porcentagens termos dentro do nível 4
 Fonte: Elaboração própria com base na análise de documentos

A fraca cobertura desses termos, principalmente “governança” e “capacidade” poderia justificar como instituições fracas e com agentes pouco integrados, comprometidos e capacitados representam *trade-offs* cruciais para alcançar uma CPDS, tanto a nível nacional como regional ou transnacional.

Nível 5

Por último, no nível 5, avaliamos o engajamento e envolvimento dos *stakeholders* mencionados nesses documentos.

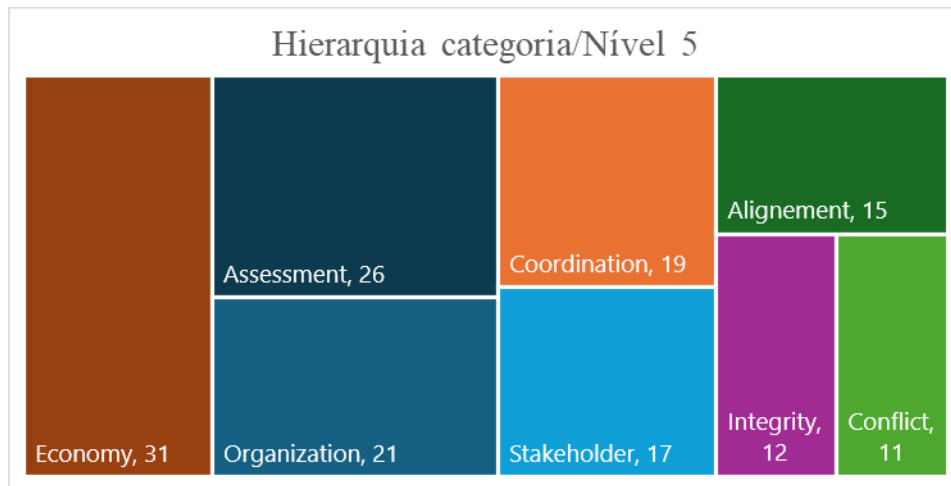


Figura 3.9 Treemap termos Nível 5
 Fonte: Elaboração própria com base na análise de documentos

Na Figura 3.9 observamos que “avaliação” e “economia” recebem um destaque indiscutível nos documentos desse estudo. Isso sugere um forte foco na avaliação do progresso e nos aspectos econômicos relacionados às políticas e estratégias propostas. Esse foco pode ser explicado pelo fato de ser necessário alcançar uma saúde econômica para conseguir um melhor alinhamento e envolvimento das partes interessadas nos processos de implementação e gestão e vice-versa. Isso sugere que há uma forte ênfase na análise do impacto das políticas propostas e na viabilidade financeira das estratégias de desenvolvimento sustentável, o que pode refletir uma abordagem mais centrada nos resultados e nos aspectos econômicos das iniciativas, do que nos meios, o que é amplamente criticado quando se trata de incoerência política na literatura (SCHAPENDONK et al., 2023; YUNITA et al., 2022).

	Categoria	EU NDC 2023	EU GREEN DEAL	EU VNR 2023	EU SUSTAINABLE TAXONOMY REGULATION 2020	BR VNR 2017	BR NDC 2023	BR NAP 2016	BR SUSTAINABLE TAXONOMY ACTION PLAN 2023	FIRST GLOBAL STOCKTAKE 2023	IPCC 2023	PARIS AGREEMENT 2015
L E V E L	Organization	6,45%	7,87%	14,60%	3,67%	4,46%	5,00%	7,71%	15,79%	6,52%	3,61%	30,61%
	Coordination	0,00%	7,87%	6,90%	0,00%	3,69%	10,00%	24,17%	8,88%	5,43%	2,92%	8,16%
	Alignment	0,00%	1,12%	2,74%	1,83%	38,00%	0,00%	1,88%	8,88%	11,96%	2,58%	0,00%
	Stakeholder	3,23%	10,11%	19,27%	3,67%	3,80%	0,00%	2,92%	2,30%	20,65%	0,69%	11,22%
	Integrity	0,00%	0,00%	0,61%	0,00%	3,08%	0,00%	0,83%	2,96%	1,09%	0,17%	6,12%
	Conflict	0,00%	1,12%	3,65%	0,92%	3,69%	0,00%	3,54%	0,66%	0,00%	1,55%	0,00%
5	Assessment	12,90%	19,10%	6,69%	9,63%	1,54%	15,00%	15,42%	8,55%	27,17%	50,86%	20,41%
	Economy	77,42%	52,81%	45,54%	80,28%	0,31%	70,00%	43,54%	51,97%	27,17%	37,63%	23,47%

Figura 3.10 Porcentagens termos dentro do nível 5

Fonte: Elaboração própria com base na análise de documentos

Os documentos apresentam uma preocupação moderada com a “organização” e “coordenação” das atividades relacionadas aos stakeholders, como podemos ver na Figura 3.10. Isso sugere que existe reconhecimento da importância de estruturas organizacionais eficazes e processos coordenados para envolver e gerenciar os stakeholders de forma adequada. O fato de “stakeholders” aparecer so em uma terceira ramificação do nosso *treemap* pode indicar que há reconhecimento da importância desses, mas talvez não haja uma ênfase substancial na sua participação ativa nos processos de tomada de decisão e implementação das políticas. Por fim, termos como “integridade” ou “conflitos” recebem baixa cobertura nesses documentos. Isso pode indicar que há menos atenção dedicada à integridade dos processos, à gestão de conflitos e ao desenvolvimento de conhecimento adicional sobre as dinâmicas e necessidades dos stakeholders envolvidos.

Análise nível/documento

A análise do relacionamento entre os níveis e os documentos fornecidos pode trazer insights sobre como cada nível contribui para o conteúdo dos documentos. Vamos, então, analisar novamente os níveis, mas dessa vez, em relação aos documentos, considerando apenas a proporção de b/a, que representa a distribuição das palavras em relação ao total de palavras significativas em cada documento, como na Figura 3.11:

NÍVEL/OBJETO	EU NDC 2023	EU GREEN DEAL 2020	EU VNR 2023	EU SUSTAINABLE TAXONOMY REGULATION 2020	BR VNR 2017	BR NDC 2023	BR NAP 2016	BR SUSTAINABLE TAXONOMY ACTION PLAN 2023	FIRST GLOBAL STOCKTARE 2023	IPCC 2023	PARIS AGREEMENT 2015
Numero de palavras significantes por documento (a)											
	3524	6796	85308	9200	9778	2376	60967	21557	6650	59908	3756
Proporção uniformizada: soma termos encontrados/quantidade termos no nível (b)											
Nível 1	8,39	21,61	353,94	19,56	36,11	8,89	246,94	64,72	21,33	182,50	20,50
Nível 2	5,85	13,00	223,15	10,77	23,08	9,62	194,92	48,23	25,00	124,77	28,38
Nível 3	1,88	8,24	115,76	24,12	34,94	2,47	88,65	38,94	13,18	71,59	8,94
Nível 4	5,40	18,90	222,60	8,00	24,70	3,90	225,80	33,40	17,10	98,10	26,30
Nível 5	3,88	11,13	123,25	27,25	13,50	2,50	60,00	38,00	11,50	72,75	12,25
NÍVEL/OBJETO	EU NDC 2023	EU GREEN DEAL 2020	EU VNR 2023	EU SUSTAINABLE TAXONOMY REGULATION 2020	BR VNR 2017	BR NDC 2023	BR NAP 2016	BR SUSTAINABLE TAXONOMY ACTION PLAN 2023	FIRST GLOBAL STOCKTARE 2023	IPCC 2023	PARIS AGREEMENT 2015
Proporção uniformizada/palavras significantes no documento (b/a)											
Nível 1	0,24%	0,32%	0,41%	0,21%	0,37%	0,37%	0,41%	0,30%	0,32%	0,30%	0,55%
Nível 2	0,17%	0,19%	0,26%	0,12%	0,24%	0,40%	0,32%	0,22%	0,38%	0,21%	0,76%
Nível 3	0,05%	0,12%	0,14%	0,26%	0,36%	0,10%	0,15%	0,18%	0,20%	0,12%	0,24%
Nível 4	0,15%	0,28%	0,26%	0,09%	0,25%	0,16%	0,37%	0,15%	0,26%	0,16%	0,70%
Nível 5	0,11%	0,16%	0,14%	0,30%	0,14%	0,11%	0,10%	0,18%	0,17%	0,12%	0,33%
Classificação percentil											
Nível 1	M	H	H	M	H	H	H	H	H	H	H
Nível 2	M	M	M	L	M	H	H	M	H	M	H
Nível 3	L	L	L	M	H	L	L	M	M	L	M
Nível 4	L	H	M	L	M	M	H	L	M	M	H
Nível 5	L	M	L	H	L	L	L	M	M	L	H

Figura 3.11 Conjunto relação nível/documento

Fonte: Elaboração própria com base na análise de documentos

Nível 1

Aqui, podemos observar que os documentos EU VNR, BR NAP, o Acordo de Paris possuem, quase igualmente, uma proporção significativa, destacada aqui em verde, sugerindo uma cobertura abrangente dos termos neste nível. Vale ressaltar que nesse nível não há nenhum documento categorizado com L, com base nos percentis calculados pela autora. Entre os 11 documentos, 9 pontuaram H, ou pontuação 3, nesse nível. Isso sugere uma excelente abrangência da cobertura da CPDS para este primeiro nível. Também, há uma pequena oscilação entre as proporções alcançadas pelos documentos neste nível, o que sugere que em todos os níveis governamentais, no Brasil, na UE e no contexto transnacional, em relatórios ou documentos legais, a abrangência do conhecimento básico para a CPDS pela lupa da mudança climática é positiva.

Nível 2

Neste nível, os documentos o Acordo de Paris se destaca, com uma proporção relativamente alta de b/a. Aqui, ainda não aparecem documentos com porcentagens muito baixas, destacadas em vermelho. Não obstante, temos um documento que foi classificado como L pelos percentis calculados pela autora, a saber o *EU Sustainable Taxonomy Regulation*. Quatro documentos receberam a classificação H, seis a M e um a L. Ainda parece haver um certo equilíbrio entre os documentos neste nível. Interessante observar essa evolução do nível 1 para o 5, pois, além de validar a metodologia que foi desenvolvida para a criação do quadro conceitual, também oferece insights sobre a partir de qual nível deveria ter mais foco e esforço colocado pelos tomadores de decisão.

Nível 3

Neste nível já não encontramos mais documentos que tenham pontuação muito alta. Isso justifica a necessidade de ter criado um percentil próprio considerando as proporções no b/a. O *EU NDC* e *BR NDC* são os documentos que mais se destacam neste nível, como sendo os primeiros a receberem destaque vermelho. Seis documentos pontuam L pelo percentil calculado, com 3 de 4 documentos para o contexto europeu e 2 de 3 para o brasileiro. O contexto que apresenta mais equilíbrio no nível 3 é, então é o transnacional. Interessante observar o desempenho dos documentos europeus que, por mais que se enquadrem em um contexto em que a CPDS é altamente regularizada e institucionalizada, parece ainda apresentar lacunas temáticas dentro dos seus documentos oficiais, como o permite observar o nosso quadro conceitual.

Nível 4

O *EU GREEN DEAL 2020* e o *BR NAP* tem uma proporção relativamente alta em relação aos demais documentos. Já, o Acordo de Paris, mais uma vez, se destaca na frente de todos os outros documentos, com 70%. Aqui, o *EU sustainable taxonomy regulation* tem uma porcentagem muito baixa, 0,09%. Ele, junto com a *EU NDC* e a *Taxonomia Brasileira* recebem peso L. O restante dos documentos esta ou no peso M ou H, o que demonstra um certo equilíbrio para este nível entre os documentos. Assim, poderíamos concluir que para que haja uma boa cobertura dos mecanismos de coordenação, o desempenho da cobertura das metas e indicadores não parece ser necessário.

Não, obstante, como já mencionamos acima, é importante que esses mecanismos estejam fundamentados na realidade política e não so nos fins dela.

Nível 5

Nenhum dos documentos apresenta uma proporção muito alta e so dois documentos pontuam H, pelo percentil da autora. Dois documentos têm uma proporção baixa de 0,10% e 0,11%. Independente do contexto geográfico, os documentos apresentam lacunas consideráveis nesse nível. Isso sugere que o engajamento e envolvimento dos stakeholders podem ser temas abordados de forma mais uniforme e equilibrada em documentos futuros. Também, podemos supor que esse nível seria incluído e coberto de forma mais abrangente, com mecanismos de coordenação melhor definidos, do nível 3.

Em resumo, essa análise sugere que diferentes documentos têm ênfase em diferentes níveis de detalhe e cobertura, em relação aos níveis estabelecidos pela metodologia do capítulo 1. Alguns documentos marcam uma presença mais homogênea entre os diferentes níveis, enquanto outros podem se concentrar mais em níveis específicos de detalhe, dependendo do contexto e do objetivo de cada documento.

Pontuação final dos documentos

Neste último passo, consideramos uma análise dos documentos, um por um, por meio de uma ponderação dos resultados desvendados anteriormente. Tendo em vista que a pontuação mínima seria 5 e a máxima 15, contamos o 10 como um resultado neutro e tudo que vem abaixo, ou acima, negativo ou positivo, respectivamente.

	EU NDC 2023	EU GREEN DEAL 2020	EU VNR 2023	EU SUSTAINABLE TAXONOMY REGULATION 2020	BR VNR 2017	BR NDC 2023	BR NAP 2016	BR SUSTAINABLE TAXONOMY ACTION PLAN 2023	FIRST GLOBAL STOCKTAKE 2023	IPCC 2023	PARIS AGREEMENT 2015
Nível 1	2	3	3	2	3	3	3	3	3	3	3
Nível 2	2	2	2	1	2	3	3	2	3	2	3
Nível 3	1	1	1	2	3	1	1	2	2	1	2
Nível 4	1	3	2	1	2	2	3	1	2	2	3
Nível 5	1	2	1	3	1	1	1	2	2	1	3
CPDS pontuação final	↓ 7	⇒ 11	↓ 9	↓ 9	⇒ 11	⇒ 10	⇒ 11	⇒ 10	↑ 12	↓ 9	↑ 14

Figura 3.12 Classificação final dos documentos pelo quadro conceitual aplicado
Fonte: Elaboração própria com base na análise de documentos

Assim, podemos observar na Figura 3.12 que o documento com a menor pontuação geral é a NDC da EU, com uma pontuação final de 7, seguido pela taxonomia europeia e o último relatório do IPCC, com 9. Contrário a esses, com a pontuação maior temos o documento do Balanço Global de 2023, com 12 e o Acordo de Paris pontuando o maior score, com 14. Assim, para o contexto transnacional, temos 2 documentos que pontuaram acima da média. Para a UE, 3 documentos pontuaram abaixo de 10, já para os documentos brasileiros, os 4 documentos estão na média, pontuando 11 ou 10.

Neste último estágio da análise, ao considerarmos individualmente cada documento e atribuímos pontuações com base nos resultados anteriores, podemos obter insights valiosos sobre o engajamento e a integração dos objetivos de desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas e a cobertura da CPDS. Este método nos permite avaliar o quão eficazmente os documentos abordam essas questões cruciais, levando em conta diferentes estratégias, metas e mecanismos de coordenação.

Na União Europeia, a busca pela coerência das políticas é uma prioridade fundamental, especialmente no contexto do desenvolvimento sustentável e da ação climática. Carbone et al. destacam a importância de estratégias de governança multinível e coordenação entre diferentes níveis de governo e partes interessadas para garantir a coesão das políticas de sustentabilidade na Europa (CARBONE, 2008; CARBONE; KEIJZER, 2016b). Além disso, o conceito de "diplomacia climática" tem sido enfatizado como uma abordagem crucial para alinhar as políticas climáticas da UE com as de outras regiões, como o Brasil ("EU Climate Diplomacy", 2023).

O baixo desempenho dos documentos da UE em relação à média pode ser atribuído a desafios persistentes na garantia da coesão das políticas e na coordenação eficaz entre os Estados membros. A complexidade da governança multinível na UE, juntamente com questões de divergências políticas e interesses nacionais, pode dificultar a consecução de uma abordagem coesa e integrada em relação ao desenvolvimento sustentável e à ação climática (SÖDERBERG, 2016; WILLNER; PERINO, 2022).

Por outro lado, os resultados mais positivos dos documentos brasileiros podem refletir uma maior coerência nas políticas de desenvolvimento sustentável e climáticas, impulsionadas por iniciativas como a Política Nacional sobre Mudança do Clima e o compromisso do Brasil com o Acordo de Paris. Há uma necessidade de abordagens integradas e coordenadas para enfrentar os

desafios ambientais e sociais no contexto latino-americano, onde a cooperação internacional desempenha um papel crucial na promoção do desenvolvimento sustentável (YE, 2016).

Portanto, os resultados da análise são coerentes com a realidade das políticas de clima e desenvolvimento dessas regiões, refletindo os desafios enfrentados pela UE na garantia da coesão das políticas e a liderança do Brasil na implementação de estratégias sustentáveis. Para avançar efetivamente em direção a uma transição sustentável, é essencial que ambas as regiões continuem a fortalecer a coordenação interna e a cooperação internacional, alinhando suas políticas com os objetivos globais de desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas.

4. Discussão

As descobertas deste estudo contribuem para o contínuo debate sobre integração do desenvolvimento sustentável e coerência de políticas, alinhando-se com as percepções fornecidas por proeminentes estudiosos da área. A coerência de políticas na abordagem de desafios complexos de sustentabilidade é central para evitar chegar a pontos de não retorno, principalmente em relação à questão de mudanças climáticas (ENGLAND et al., 2018b). Nossa análise ecoa esse desafio, destacando a necessidade de uma coordenação e integração aprimoradas em diferentes níveis de governança para alcançar efetivamente os ODS.

Além disso, o conceito de integração do desenvolvimento sustentável tem sido amplamente discutido (ADELLE; RUSSEL, 2013; BOLOGNESI; METZ; NAHRATH, 2021). O argumento é que a integração do desenvolvimento sustentável requer a harmonização de políticas em diferentes setores e níveis de governança para garantir coerência e eficácia. Nossas descobertas apoiam essa perspectiva, pois observamos variações na cobertura da CPDS e especificidade de estratégias e metas em diferentes documentos, sugerindo a necessidade de uma maior integração e alinhamento.

Além disso, estudiosos como Carbone (2008) destacaram os desafios da coerência de políticas dentro da União Europeia, especialmente no contexto de políticas ambientais e climáticas. Nossa análise está alinhada com suas observações, já que documentos relacionados a políticas da UE exibiram diferentes níveis de coerência e eficácia na abordagem de desafios de sustentabilidade. Pelo nosso quadro conceitual, os documentos dessa região aparentam ser os que

menos apresentam uma cobertura abrangente da CPDS. Isso enfatiza a importância de fortalecer os mecanismos de coordenação e aprimorar abordagens de governança multinível para alcançar a coerência de políticas no contexto da UE.

No contexto brasileiro, a necessidade de estratégias abrangentes, junto com o fortalecimento institucional e o engajamento das partes interessadas na abordagem de desafios de sustentabilidade é central à questão da CPDS (BOLOGNESI; METZ; NAHRATH, 2021; CASTRO, 2022). Os documentos relacionados a políticas brasileiras demonstraram um forte compromisso com o desenvolvimento sustentável, com foco em estratégias e metas claras. No entanto, também foram identificadas oportunidades para aprimoramento adicional na integração das partes interessadas, indicando áreas para melhoria na abordagem do Brasil à governança da sustentabilidade.

No geral, as descobertas deste estudo contribuem para a literatura existente sobre integração do desenvolvimento sustentável e coerência de políticas, destacando a importância de abordagens coordenadas e integradas para enfrentar efetivamente os desafios globais de sustentabilidade. É esperado que a aplicação desse quadro possa vir a enriquecer o estado da arte sobre a CPDS.

5. Conclusão

As descobertas deste estudo oferecem uma visão de interesse ao estudo da CPDS, contribuindo para o entendimento e avanço nessa área de estudo em constante evolução. A necessidade de uma abordagem integrada e coordenada para enfrentar desafios globais complexos, como as mudanças climáticas, tem sido amplamente reconhecida na literatura. Nesse contexto, nosso estudo fortalece esse argumento ao demonstrar a importância da CPDS na promoção de estratégias sinérgicas para alcançar objetivos de desenvolvimento sustentável.

A falta de coerência de políticas pode resultar em abordagens fragmentadas e contraditórias, minando os esforços para alcançar metas ambientais e sociais (COHEN, 2019). Por isso, a análise sistemática da CPDS nos documentos selecionados se revela fundamental para identificar lacunas e áreas de melhoria, na prática, da integração de políticas climáticas e de desenvolvimento sustentável. A aplicação de um quadro conceitual estruturado, conforme delineado no primeiro

capítulo, permitiu uma avaliação abrangente e comparativa das estratégias políticas em diferentes níveis de governança, que poderia permitir entender a organização dos discursos no papel.

Governança envolve a distribuição de poder entre instituições, legitimidade, regras e normas de decisão, relações de responsabilização e a capacidade do governo de fazer políticas e prover serviços. Ela deve promover pluralismo, eficiência e transparência, incluindo diversos atores sociais. A governança desempenha um papel crucial na implementação eficaz de políticas climáticas e de desenvolvimento. Boa governança não apenas melhora a eficiência dessas políticas, mas também aumenta sua legitimidade. No entanto, muitos projetos enfrentam desafios estruturais devido à governança inadequada. Mesmo com essas limitações, a demanda por critérios de governança sólida continua a crescer, o que, paradoxalmente, amplia a distância entre o discurso e a prática em questões climáticas. Ao abordar a necessidade de políticas coerentes para o desenvolvimento sustentável, é essencial considerar o papel da governança, principalmente ao analisar o discurso político em torno desses desafios. A coerência entre políticas requer não apenas alinhamento em termos de conteúdo e objetivos, mas também uma estrutura de governança que promova a coordenação eficaz entre os diferentes atores e níveis de tomada de decisão. A governança climática, como parte integrante desse processo, deve garantir não apenas a eficiência e transparência, mas também a participação significativa de diversos atores sociais e isso, de forma simétrica e equitativa. Em seus trabalhos, Bursztyn et al. investigam como os critérios de boa governança são produzidos e reproduzidos por decisores políticos e movimentos sociais, referindo-se a esses critérios como Manual da Boa Governança (MBG). Eles argumentam que a lógica dos "free riders" discursivos – aqueles que adotam o discurso de boa governança sem implementá-lo de fato – contribui para essa disparidade entre teoria e prática (FONSECA et al., 2023; FONSECA e BURSZTYN, 2009).

Ao longo desta pesquisa, analisamos o discurso em documentos oficiais do Brasil, da EU e transnacionais, como o Acordo de Paris e o Primeiro Balanço Global, com base em cinco níveis de cobertura da CPDS. Esses níveis representam uma progressão de conceitos fundamentais para uma integração abrangente, refletindo a profundidade e sofisticação da CPDS dentro de cada documento. A classificação desses documentos conforme esses níveis permitiu uma compreensão mais clara das estratégias políticas adotadas por diferentes países e regiões. Nossos resultados mostraram uma tendência decrescente na cobertura da CPDS, indo do nível 1 ao nível 5, com níveis

mais altos de cobertura observados nos estágios iniciais até uma integração menos abrangente, como para o nível 5 sobre as partes interessadas. Essa descoberta valida a metodologia e o quadro conceitual adotado, ressaltando a importância de abordagens mais coordenadas, inclusivas e integradas para enfrentar desafios globais de sustentabilidade.

A análise comparativa entre os contextos do Brasil e da UE revelou diferenças significativas nas abordagens políticas adotadas por essas regiões. Enquanto o Brasil demonstrou um forte compromisso no discurso para com o desenvolvimento sustentável e as mudanças climáticas, com estratégias claras e metas bem definidas, a UE exibiu uma maior diversidade de abordagens, refletindo sua complexa estrutura política e institucional. Provavelmente, ao escolhermos documentos em níveis inferiores de governança na União Europeia, o resultado teria sido outro. Vale também ressaltar que os documentos brasileiros escolhidos e analisados foram inicialmente escritos em português e traduzidos para o inglês, versão utilizada nessa pesquisa, para guardar uma linearidade linguística. Esse processo de tradução de uma língua latina pode implicar na existência de redundâncias terminológicas e repetições que não estariam presentes em um texto escrito originalmente na língua inglesa. No entanto, ambos os contextos apresentaram oportunidades para melhorar a integração de partes interessadas e fortalecer os mecanismos de coordenação para promover uma CPDS mais eficaz.

Assim, esse estudo destaca a importância da CPDS na promoção de estratégias coerentes e integradas para enfrentar desafios globais de sustentabilidade. Ao adotar uma abordagem estruturada e baseada em evidências, como o quadro conceitual desenvolvido nesta tese, podemos obter dados para análises aprofundadas do discurso político e informar futuras iniciativas de políticas e esforços de cooperação internacional para promover o desenvolvimento sustentável. No entanto, é crucial reconhecer que ainda há lacunas significativas na definição, medição e uso da CPDS, destacando a necessidade contínua de pesquisa e colaboração neste campo em rápida evolução.

REFERÊNCIAS

- ABAZAJ, J. Coherence issues between climate, energy and water in the case of European hydropower: Can we have it all? Em: **Legal Aspects of Sustainable Development: Horizontal and Sectorial Policy Issues**. [s.l.: s.n.]. p. 347–370.
- ADELLE, C.; RUSSEL, D. Climate Policy Integration: a Case of Déjà Vu? **Environmental Policy and Governance**, v. 23, n. 1, p. 1–12, 2013.
- AFIONIS, S.; MKWAMBISI, D. D.; DALLIMER, M. Lack of Cross-Sector and Cross-Level Policy Coherence and Consistency Limits Urban Green Infrastructure Implementation in Malawi. **Frontiers in Environmental Science**, v. 8, 2020.
- AHLSTRÖM, H.; SJÅFJELL, B. Why policy coherence in the European Union matters for global sustainability. **Environmental Policy and Governance**, 2022.
- ANTONIO SIANES. Shedding light on policy coherence for development: a conceptual framework. **Journal of International Development**, 2013.
- BOLOGNESI, T.; METZ, F.; NAHRATH, S. Institutional complexity traps in policy integration processes: a long-term perspective on Swiss flood risk management. **Policy Sciences**, v. 54, n. 4, p. 911–941, 2021.
- BRAND, A.; FURNESS, M.; KEIJZER, N. Promoting policy coherence within the 2030 agenda framework: Externalities, trade-offs and politics. **Politics and Governance**, v. 9, n. 1, p. 108–118, 2021.
- BREHERTON, C.; VOGLER, J. The European Union as a sustainable development actor: the case of external fisheries policy. **Journal of European Integration**, v. 30, n. 3, p. 401–417, 2008.
- CAMARGO, A. DE P. R.; DANIEL, C. Os estudos sociais da quantificação e suas implicações na sociologia. **Sociologias**, v. 23, p. 42–81, 24 maio 2021.
- CARBONE, M. Mission Impossible: the European Union and Policy Coherence for Development. **Journal of European Integration**, v. 30, n. 3, p. 323–342, 1 jul. 2008.
- CARBONE, M.; KEIJZER, N. The European union and policy coherence for development: Reforms, results, resistance. **European Journal of Development Research**, v. 28, n. 1, p. 30–43, 2016b.
- CASTRO, C. Systems-thinking for environmental policy coherence: Stakeholder knowledge, fuzzy logic, and causal reasoning. **Environmental Science and Policy**, v. 136, p. 413–427, 2022.
- CHRISTENSEN, L. D. Policy coherence in the Nordic bioeconomy? A novel set-theoretic approach to studying relations among policy goals. **Environmental Policy and Governance**, v. 32, n. 5, p. 390–410, 2022.
- COHEN, M. J. Let them Eat Promises: Global Policy Incoherence, Unmet Pledges, and Misplaced Priorities Undercut Progress on SDG 2. **Food Ethics**, v. 4, n. 2, p. 175–187, 2019.
- ENGLAND, M. I. et al. Climate change adaptation and cross-sectoral policy coherence in southern Africa. **Regional Environmental Change**, v. 18, n. 7, p. 2059–2071, 2018a.

EU Climate Diplomacy. Disponível em: <<https://www.eesc.europa.eu/en/our-work/opinions-information-reports/opinions/eu-climate-diplomacy>>. Acesso em: 8 abr. 2024.

FONSECA e BURSZTYN. A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local. **Sociedade e Estado**, p. 18–46, 2009.

FONSECA, I. et al. A Desconstrução organizada da política florestal no Brasil : estratégias de desmantelamento e de resistência. **Livros**, n. Desmonte e reconfiguração, p. 125–155, 5 maio 2023.

FERREIRA, M. A. M. et al. Impact of climate change on public health in Brazil. **Public Health Challenges**, v. 2, n. 1, p. e62, 2023.

GOTTENHUBER, S. et al. Greening recovery – Overcoming policy incoherence for sustainability transformations. **Environmental Policy and Governance**, v. 33, n. 5, p. 546–560, 2023.

GUPTA, J.; KLOSTERMANN, J. E. M.; TERMEER, C. J. A. M. **Conceptual framework for assessing climate-proofness of governance structures.** . Em: 7TH ECAC 2008. 2008. Disponível em: <<https://research.wur.nl/en/publications/conceptual-framework-for-assessing-climate-proofness-of-governanc>>. Acesso em: 5 abr. 2024

IPCC, 2023: Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland. . [s.l.] Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), 25 jul. 2023. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>>. Acesso em: 31 maio. 2024.

KAUFFMAN, N.; HILL, K. Climate Change, Adaptation Planning and Institutional Integration: A Literature Review and Framework. **Sustainability**, v. 13, n. 19, p. 10708, jan. 2021.

KOFF, H. et al. Promoting participative policy coherence for sustainable development Inclusive dialogue through the “pull-push-match” methodology. **Regions and Cohesion**, v. 12, n. 1, 2022.

KOVALCHUK, P. et al. An Unsupervised Method for Concept Association Analysis in Text Collections. Em: DOUCET, A. et al. (Eds.). **Digital Libraries for Open Knowledge.** Lecture Notes in Computer Science. Cham: Springer International Publishing, 2019a. v. 11799p. 18–32.

KOVALCHUK, P. et al. **An Unsupervised Method for Concept Association Analysis in Text Collections.** (A. Doucet et al., Eds.) Digital Libraries for Open Knowledge. **Anais...**: Lecture Notes in Computer Science. Cham: Springer International Publishing, 2019b.

LITRE, G. et al. Participatory Detection of Language Barriers towards Multilingual Sustainability(ies) in Africa. **Sustainability**, v. 14, n. 13, p. 8133, jan. 2022.

MEDINA HIDALGO, D.; NUNN, P. D.; BEAZLEY, H. Challenges and opportunities for food systems in a changing climate: A systematic review of climate policy integration. **Environmental Science and Policy**, v. 124, p. 485–495, 2021.

MICHAEL QUINN PATTON. **Qualitative Research & Evaluation Methods.** [s.l.] Sage Publications Ltd., 2002.

Mismeasuring Our Lives. Disponível em: <<https://thenewpress.com/books/mismeasuring-our-lives>>. Acesso em: 4 mar. 2024.

NILSSON, M.; WEITZ, N. Governing trade-offs and building coherence in policy-making for the 2030 Agenda. **Politics and Governance**, v. 7, n. 4, p. 254–263, 2019.

RASUL, G.; NEUPANE, N. Improving Policy Coordination Across the Water, Energy, and Food, Sectors in South Asia: A Framework. **Frontiers in Sustainable Food Systems**, v. 5, 2021.

RASUL, G.; SHARMA, B. The nexus approach to water–energy–food security: an option for adaptation to climate change. **Climate Policy**, v. 16, n. 6, p. 682–702, 2016.

ROTHE, F.-F. **ICT for development in a post-2015 world: How to conceptualise ICT4D in the context of the sustainable development goals.** . Em: CEUR WORKSHOP PROCEEDINGS. 2018. Disponível em: <<https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85049731872&partnerID=40&md5=7944c988079158491d8cf5050336dd1b>>

SANDSTRÖM, A. et al. Assessing and explaining policy coherence: A comparative study of water governance and large carnivore governance in Sweden. **Environmental Policy and Governance**, v. 30, n. 1, p. 3–13, 2020.

SCHAPENDONK, F. et al. Are climate and environment- and peace and security-related policy outputs coherent? A policy coherence and awareness analysis for climate security. **International Development Planning Review**, v. 45, n. 4, p. 437–467, 2023.

SÖDERBERG, C. Complex governance structures and incoherent policies: Implementing the EU water framework directive in Sweden. **Journal of Environmental Management**, v. 183, p. 90–97, 2016.

TORRES, P. H. C. et al. Is the Brazilian National Climate Change Adaptation Plan Addressing Inequality? Climate and Environmental Justice in a Global South Perspective. **Environmental Justice**, v. 13, n. 2, p. 42–46, abr. 2020.

VERSCHAEVE, J.; DELPUTTE, S.; ORBIE, J. The Rise of Policy Coherence for Development: A Multi-Causal Approach. **European Journal of Development Research**, v. 28, n. 1, p. 44–61, 2016.

WASH, I. Interpreting public policy dilemmas: discourse analytical insights. **Humanities and Social Sciences Communications**, v. 7, n. 1, p. 1–12, 21 out. 2020.

WEITZ, N. et al. Towards systemic and contextual priority setting for implementing the 2030 agenda. **Sustainability Science**, v. 13, n. 2, p. 531–548, 2018.

WILLNER, M.; PERINO, G. Beyond Control: Policy Incoherence of the EU Emissions Trading System. **Politics and Governance**, v. 10, n. 1, p. 256–264, 2022.

YE, J. The CBDR principle in the UN 2030 agenda for sustainable development. **China Quarterly of International Strategic Studies**, v. 2, n. 2, p. 169–184, 2016.

YUNITA, A. et al. The (anti-)politics of policy coherence for sustainable development in the Netherlands: Logic, method, effects. **Geoforum**, v. 128, p. 92–102, 2022.

Considerações finais

Esta tese culmina em uma síntese abrangente do cenário multifacetado da Coerência de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (CPDS), em três capítulos: uma extensa revisão da literatura para a criação de um quadro conceitual, um complexo questionário de especialistas validando o quadro e uma aplicação rigorosa do quadro por meio da análise de documentos em diferentes contextos geográficos. Através desses componentes, esta jornada acadêmica desvendou as complexidades e nuances na busca pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), proporcionando uma base robusta para análise e ação.

O estudo começou com uma exploração da literatura existente sobre CPDS estabelecendo as bases fundamentais sobre as quais as análises foram construídas. A revisão revelou um panorama diversificado de perspectivas e conceituações dentro da literatura, elucidando a interação das dimensões dentro do paradigma da CPDS. Trabalhos centrais como Nilsson et al. (2012), Gauttier (2004) e Mickwitz et al. (2009) destacaram os principais atributos da CPDS, incluindo variáveis normativas, institucionais e participativas. Além disso, foi ressaltada a importância crítica das dimensões de coerência externa/interna e horizontal/vertical. A coerência horizontal refere-se à integração e alinhamento de políticas em diferentes setores ou domínios políticos dentro de um único nível de governança, enquanto a coerência vertical diz respeito à coordenação e consistência de políticas em vários níveis de governança, do local ao internacional. Essas dimensões são fundamentais para garantir que as políticas estejam alinhadas e coordenadas para maximizar sinergias e minimizar conflitos entre os ODS. Assim, foi possível criar um novo quadro conceitual com base nesses atributos que forneça uma base sólida para analisar o discurso em torno da coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável, sob a lupa das mudanças climáticas, integrando diversas dimensões e considerando a complexidade das interações políticas na busca de objetivos comuns de sustentabilidade.

O segundo capítulo não só permitiu a agregação de informações significativas sobre o estado da arte da CPDS através da participação de agentes de desenvolvimento, mas também possibilitou a validação do quadro conceitual construído no Capítulo 1. A pesquisa de percepções e expertise de uma extensa lista de partes interessadas, incluindo academia, setor privado, setor

público e sociedade civil, enriqueceu nossa compreensão da CPDS e aprimorou a relevância e aplicabilidade do nosso quadro conceitual. As contribuições inestimáveis dessas partes interessadas destacaram a natureza dinâmica da análise de CPDS, enfatizando a necessidade de adaptabilidade e considerações específicas de contexto ao navegar por este cenário. Em um futuro próximo, este capítulo será dividido em 3, ou mais artigos científicos, realizando correlações entre os dados levantados e considerando as variáveis demográficas dos respondentes para melhor mapear as atitudes e percepções e ir além da análise bruta realizada nesta tese.

Com um quadro conceitual refinado, iniciou-se, em um terceiro momento, uma análise meticulosa de documentos oficiais do Brasil, da União Europeia e de organizações transnacionais. Através um rigoroso processo de escrutínio e análise de documentos, foi examinado o grau de abrangência da coerência política nos discursos em diversos domínios políticos e contextos geográficos. Esses achados revelaram um espectro de níveis de coerência, variando de alinhamentos robustos a inconsistências claras, surpreendentemente presentes em documentos da UE. Isso ressalta a necessidade de intervenções direcionadas para preencher lacunas existentes e melhorar a coerência das políticas na prática, principalmente no contexto da mudança climática onde todos os atores precisam se responsabilizar, de forma a não deixar ninguém para trás. Graças a esses três trabalhos, foi possível obter uma melhor compreensão da dinâmica da CPDS e seu papel nas agendas de desenvolvimento sustentável e mudança climática. Além disso, a metodologia utilizada serve como um guia para futuras pesquisas, bem como para iniciativas de formulação de políticas ou empresariais. A ferramenta desenvolvida pode ser valiosa para revisar algumas aplicações políticas de monitoramento e avaliação e para propósitos organizacionais.

A descoberta de que os documentos oficiais europeus sobre política climática e de sustentabilidade exibem menor cobertura da CPDS em comparação com os documentos brasileiros é realmente intrigante e merece uma análise mais aprofundada.

Primeiro, podemos considerar os fatores linguísticos. Uma explicação plausível reside nas características linguísticas e estruturais dos documentos analisados. Textos oficiais brasileiros, originalmente escritos em português e depois traduzidos para o inglês, podem usar mais repetições de termos e conceitos-chave para garantir clareza e precisão na tradução. Essa redundância linguística pode inadvertidamente aumentar a percepção de coerência dos documentos quando

avaliados usando o quadro desenvolvido. Os processos de tradução podem introduzir variações que afetam a interpretação textual e a ênfase do conteúdo.

Outro ponto a realçar seria o comprimento e a estrutura dos documentos. Embora os documentos tenham comprimento semelhante, suas estruturas internas e estilos narrativos podem diferir significativamente. Documentos europeus, tipicamente redigidos diretamente em inglês, podem empregar uma linguagem mais concisa e técnica que, embora sofisticada, pode resultar em menor cobertura aparente dos elementos de CPDS quando submetidos aos mesmos critérios analíticos. Isso está alinhado com descobertas da pesquisa linguística que sugerem que traduções diretas muitas vezes levam a uma maior verbosidade. Também vale destacar o contexto institucional e o público-alvo. As robustas estruturas institucionais da UE podem, inerentemente, pressupor um entendimento básico da CPDS entre seu público, levando a menor detalhamento em comparação com os documentos brasileiros, que podem visar explicações mais abrangentes para fomentar uma compreensão e engajamento mais amplos. As estratégias de comunicação de políticas da UE frequentemente pressupõem um alto nível de conhecimento básico entre as partes interessadas. Isso nos leva aos fatores culturais. A abordagem do Brasil à política de sustentabilidade pode refletir um conjunto diferente de prioridades e realidades contextuais. A necessidade de abordar desafios ambientais diversos e urgentes pode impulsionar uma articulação mais explícita e abrangente dos princípios da CPDS em documentos oficiais. Esse contexto cultural e político pode contribuir para a maior cobertura observada nos textos brasileiros.

Por último, e não menos importante, é essencial considerar as limitações da ferramenta construída. O quadro conceitual e a ferramenta desenvolvidos podem ter vieses ou limitações inerentes que afetam sua sensibilidade a diferentes estilos narrativos e padrões linguísticos. Refinamentos adicionais da ferramenta podem ajudar a garantir que ela capture com precisão a coerência pretendida dos documentos de várias regiões.

Em conclusão, embora a constatação de que os documentos brasileiros exibem maior cobertura da CPDS do que os documentos europeus seja inesperada, ela pode ser atribuída a uma combinação de fatores linguísticos, estruturais, contextuais e analíticos. Isso destaca a necessidade de refinar continuamente as ferramentas de avaliação. Também é importante considerar o dinamismo das percepções políticas, principalmente em reação à questão de mudança climática e desenvolvimento sustentável. Isso pode ajudar para uma compreensão mais profunda das diversas

maneiras pelas quais a coerência das políticas pode ser comunicada e percebida em diferentes contextos culturais e institucionais.

As mudanças climáticas e a sustentabilidade estão inextricavelmente ligadas, uma relação que foi reconhecida desde o relatório seminal da Comissão Brundtland em 1987, que definiu o desenvolvimento sustentável como atender "às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades". Essa interconexão tem sido um ponto focal nas discussões e acordos internacionais, notadamente na Cúpula da Terra no Rio em 1992 e na Rio+20 em 2012, que ressaltaram a necessidade urgente de abordagens integradas para enfrentar os desafios multifacetados do desenvolvimento sustentável. A escolha de focar nas mudanças climáticas e na sustentabilidade nesta pesquisa de doutorado foi impulsionada pelo papel crítico que essas questões desempenham na formação do nosso futuro global.

A inclusão das mudanças climáticas, especificamente no ODS 13, "Ação Climática", é particularmente pertinente. O ODS 13 pede uma ação urgente para combater as mudanças climáticas e seus impactos, reconhecendo que as mudanças climáticas são uma "questão transversal" que afeta todos os aspectos do desenvolvimento sustentável. As mudanças climáticas servem como uma lente através da qual a interconexão de vários setores e políticas pode ser examinada, tornando-o um ponto focal ideal para analisar a CPDS. Ao abordar as mudanças climáticas, a necessidade de coerência torna-se evidente, pois requer a integração de políticas em todos os setores, desde energia e transporte até agricultura e saúde.

Ao lidar com o desenvolvimento sustentável, fica claro que a coerência é crucial. Diferentemente de outras questões onde abordagens setoriais podem ser suficientes, abordar as mudanças climáticas exige uma abordagem holística. A CPDS, então, não é uma questão setorial; é uma questão societal. Alcançar a coerência política significa garantir que as políticas em diferentes setores estejam não apenas alinhadas, mas também se reforcem mutuamente. Este é um elemento chave e o alicerce desta tese. As mudanças climáticas, com seu impacto pervasivo, destacam a necessidade de quadros políticos integrados que possam apoiar ações coerentes e eficazes em todos os níveis de governança.

Apesar dos imensos desafios e riscos associados às mudanças climáticas, esta situação também apresenta uma oportunidade significativa. As consequências angustiantes e muitas vezes chocantes das mudanças climáticas ressaltam a urgência de implementar os princípios do

desenvolvimento sustentável. Para combater efetivamente as mudanças climáticas, é imperativo abordar as conexões entre todos os setores da economia e a multiplicidade de atores envolvidos. Isso exige níveis sem precedentes de planejamento e investimento, áreas que historicamente têm sido subfinanciadas e subdesenvolvidas. As políticas de desenvolvimento sustentável dependem da integração das políticas públicas, e as mudanças climáticas necessitam dessa integração, potencialmente reduzindo a ambiguidade conceitual em torno da sustentabilidade e permitindo a implementação prática de estratégias coerentes.

Esta pesquisa acadêmica não pretende servir para encerrar o debate sobre o tema da CPDS, e definitivamente não considera a CPDS como uma resposta universal aos desafios sobre a mudança climática. A busca pela coerência das políticas para a mudança climática e sustentabilidade permanece um esforço contínuo e dinâmico que requer diálogo contínuo, colaboração e inovação, especialmente ao abordar questões complexas. À medida que traçamos um curso em direção a um futuro mais sustentável, é imperativo mantermos nosso compromisso de avançar no conhecimento e fomentar mudanças transformadoras na busca por um mundo mais sustentável e equitativo para todos. Este trabalho contribui para o crescente discurso sobre CPDS oferecendo uma compreensão de suas complexidades e implicações para a questão climática e o desenvolvimento sustentável. Assim, é esperado que este trabalho sirva de base para gestores de políticas públicas ambientais, no Brasil afora, para melhor direcionar o discurso em torno das mudanças climáticas, incluindo os atributos identificados no primeiro capítulo em seus planos e programas. A reformulação política continua é necessária e ela precisa se alinhar às dinâmicas sociais, econômicas e ambientais. A ferramenta aqui desenvolvida pode permitir identificar níveis onde há maior necessidade de integração entre o discurso, o contexto e a prática, mas também onde essa integração alcançou uma coerência suficiente para alcançar resultados sempre mais eficientes e criar programas e projetos de desenvolvimentos adequados às realidades e contextos locais e globais.

ANEXOS

ANEXO 1 – Glossário

Termo EN/PT	Definição existente EN	Definição existente PT	Fonte	Definição própria PT
Access/Acesso	Access to food, energy, health, education, etc. Example from AR6: A situation that exists when all people, at all times, have physical, social and economic access to sufficient, safe and nutritious food that meets their dietary needs and food preferences for an active and healthy life. The four pillars of food security are: access; availability; stability; and utilisation. The nutritional dimension is integral to the concept of food security (FAO, 2009,2018).	Acesso a alimentos, energia, saúde, educação, etc. Exemplo do AR6: Uma situação que existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico, social e económico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável. Os quatro pilares da segurança alimentar são: acesso; disponibilidade; estabilidade; e utilização. A dimensão nutricional é integral ao conceito de segurança alimentar (FAO, 2009, 2018).	https://apps.ipcc.ch/glossary/	Garantir o acesso equitativo aos recursos, serviços e oportunidades é essencial para enfrentar os impactos das mudanças climáticas, reduzir vulnerabilidades e promover a justiça social e os direitos humanos nos esforços de desenvolvimento sustentável.
Adaptation/Adaptação	In <i>human systems</i> , the process of adjustment to actual or expected <i>climate</i> and its effects, in order to moderate harm or exploit beneficial opportunities. In natural systems, the process of adjustment to actual climate and its effects; human intervention may facilitate adjustment to expected climate and its effects. (IPCC, AR6, WGIII, WGII, WGI)	Nos sistemas humanos, o processo de ajuste ao clima atual ou esperado e seus efeitos, a fim de moderar danos ou explorar oportunidades benéficas. Nos sistemas naturais, o processo de ajuste ao clima atual e seus efeitos; a intervenção humana pode facilitar o ajuste ao clima esperado e seus efeitos. (IPCC, AR6, WGIII, WGII, WGI)	https://apps.ipcc.ch/glossary/	Ajustes feitos por indivíduos, comunidades ou sistemas em resposta às condições ambientais em mudança, com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade e aumentar a resiliência.
Agenda	For 2030 Agenda : A UN resolution in September 2015 adopting a plan of action for people, planet and prosperity in a new global development framework anchored in 17 Sustainable Development Goals (UN, 2015). (IPCC, AR6, WGII)	Para a Agenda 2030: Uma resolução da ONU em setembro de 2015 adotando um plano de ação para pessoas, planeta e prosperidade em um novo quadro de desenvolvimento global ancorado em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015). (IPCC, AR6, WGII)	https://apps.ipcc.ch/glossary/	As agendas no contexto das mudanças climáticas e do desenvolvimento sustentável estabelecem as prioridades, objetivos e cronogramas para reuniões, conferências e processos de formulação de políticas, muitas vezes alinhando-se com acordos internacionais como o Acordo de Paris e os ODS.

Alignment/Alinhamento	For "alignment", specifically within the climate change context, there is not a direct definition that can be encountered in the available glossaries. Frequently, "alignment" is discussed in terms of aligning national policies, international agreements, and mitigation efforts to achieve climate goals. This concept generally involves ensuring that strategies and actions at different levels of governance and across various sectors are harmonized to effectively address climate change.	Para "alinhamento", especificamente no contexto das mudanças climáticas, não há uma definição direta encontrada nos glossários disponíveis. Frequentemente, "alinhamento" é discutido em termos de alinhar políticas nacionais, acordos internacionais e esforços de mitigação para alcançar metas climáticas. Este conceito geralmente envolve garantir que estratégias e ações em diferentes níveis de governança e entre vários setores sejam harmonizadas para abordar eficazmente as mudanças climáticas.	https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg3/downloads/report/IPCC_AR6_WGIII_FullReport.pdf	Alcançar o alinhamento entre políticas nacionais, acordos internacionais (como o Acordo de Paris) e ações locais é vital para avançar no desenvolvimento sustentável ao enfrentar os desafios das mudanças climáticas.
Approach/Abordagem	A way of dealing with something : a way of doing or thinking about something. In the case of this thesis: a way of dealing with climate and sustainability issues, such as, mitigation, adaptation, nature-based solutions, etc.	Uma maneira de lidar com algo: uma maneira de fazer ou pensar sobre algo. No caso desta tese: uma maneira de lidar com questões de clima e sustentabilidade, como mitigação, adaptação, soluções baseadas na natureza, etc.	https://www.britannica.com/dictionary/approach	As abordagens para mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável englobam estratégias, metodologias e perspectivas diversificadas para enfrentar desafios complexos, como a construção de resiliência, a adaptação baseada em ecossistemas e o planejamento de desenvolvimento inclusivo.
Area/Área	A part or section within a larger place, such as a region or the nature, the waste, the noise, the vibrations, the ionising and non-ionising radiation, the climate, theodour and all other elements constituting integral part of the environment.	Uma parte ou seção dentro de um lugar maior, como uma região ou a natureza, o lixo, o ruído, as vibrações, a radiação ionizante e não ionizante, o clima, o odor e todos os outros elementos que constituem parte integrante do meio ambiente.	https://www.britannica.com/dictionary/region https://www.britannica.com/dictionary/area	Uma extensão geográfica ou espacial de terra, água ou outras características físicas, frequentemente usada para descrever regiões específicas, ecossistemas ou limites administrativos.
Assessment/Avaliação	The practice of identifying and evaluating, in monetary and/or non-monetary terms. In the case of this thesis, focussing on the effects of <i>climate change</i> on natural and <i>human systems</i> . (IPCC, AR6, WGII)	A prática de identificar e avaliar, em termos monetários e/ou não monetários. No caso desta tese, focando nos efeitos das mudanças climáticas sobre os sistemas naturais e humanos. (IPCC, AR6, WGII)	https://apps.ipcc.ch/glossary/	As avaliações de mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável avaliam os impactos ambientais, sociais e econômicos de políticas, projetos e iniciativas para informar a tomada de decisões e garantir que as intervenções sejam eficazes, equitativas e sustentáveis.
Benefit/Benefício	A good or helpful result or effect. In the case of climate change, a new concept emerges: co-benefit. For this thesis, we will consider it, if present: A positive effect that a policy or measure aimed at one objective has on another objective, thereby increasing the total benefit to society or the environment. Co-benefits are also referred to as ancillary benefits. (IPCC, AR6, WGII, WGIII)	Um resultado ou efeito bom ou útil. No caso das mudanças climáticas, emerge um novo conceito: co-benefício. Para esta tese, consideraremos co-benefícios, se presentes: um efeito positivo que uma política ou medida direcionada a um objetivo tem sobre outro objetivo, aumentando assim o benefício total para a sociedade ou o meio ambiente. Co-benefícios também são chamados de benefícios acessórios. (IPCC, AR6, WGII, WGIII)	https://apps.ipcc.ch/glossary/	Os benefícios de enfrentar as mudanças climáticas e promover o desenvolvimento sustentável incluem a melhoria da saúde pública, o crescimento econômico, a criação de empregos, a biodiversidade aprimorada e o aumento da resiliência a choques ambientais.

Capacity/Capacidade	<p>There is no specific definition of this term in the context of CC and SD, but according to the IPCC glossary, "capacity" refers to the ability of systems, organizations, or individuals to manage risks and capitalize on opportunities in the context of climate change. This includes adaptive capacity, which is the ability to adjust to climate change (including climate variability and extremes), to moderate potential damages, to take advantage of opportunities, or to cope with the consequences</p>	<p>Não há uma definição específica desse termo no contexto de MC e DS, mas de acordo com o glossário do IPCC, "capacidade" se refere à habilidade de sistemas, organizações ou indivíduos gerenciarem riscos e aproveitarem oportunidades no contexto das mudanças climáticas. Isso inclui a capacidade adaptativa, que é a habilidade de se ajustar às mudanças climáticas (incluindo variabilidade e extremos climáticos), de moderar danos potenciais, de aproveitar oportunidades ou de lidar com as consequências.</p>	<p>https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/report/IPCC_AR6_WGII_SummaryForPolicymakers.pdf</p>	<p>A construção de capacidades envolve o aprimoramento do conhecimento, habilidades, recursos e instituições de indivíduos, organizações e comunidades para enfrentar os impactos das mudanças climáticas, implementar práticas sustentáveis e fomentar resiliência e capacidade adaptativa.</p>
Climate Change/Mudanças Climáticas	<p>A change in the state of the climate that can be identified (e.g., by using statistical tests) by changes in the mean and/or the variability of its properties and that persists for an extended period, typically decades or longer. Climate change may be due to natural internal processes or external forcings such as modulations of the solar cycles, volcanic eruptions and persistent anthropogenic changes in the composition of the atmosphere or in land use. Note that the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), in its Article 1, defines climate change as: 'a change of climate which is attributed directly or indirectly to human activity that alters the composition of the global atmosphere and which is in addition to natural climate variability observed over comparable time periods'. The UNFCCC thus makes a distinction between climate change attributable to human activities altering the atmospheric composition and climate variability attributable to natural causes. (IPCC, AR6)</p>	<p>Uma mudança no estado do clima que pode ser identificada (por exemplo, usando testes estatísticos) por mudanças na média e/ou na variabilidade de suas propriedades e que persiste por um período prolongado, geralmente décadas ou mais. As mudanças climáticas podem ser devido a processos naturais internos ou forçamentos externos, como modulações dos ciclos solares, erupções vulcânicas e mudanças antropogênicas persistentes na composição da atmosfera ou no uso da terra. Note-se que a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em seu Artigo 1, define mudança climática como: "uma mudança do clima que é atribuída diretamente ou indiretamente à atividade humana que altera a composição da atmosfera global e que está além da variabilidade climática natural observada ao longo de períodos de tempo comparáveis". A UNFCCC faz, portanto, uma distinção entre mudanças climáticas atribuíveis a atividades humanas que alteram a composição atmosférica e variabilidade climática atribuível a causas naturais. (IPCC, AR6)</p>	<p>https://apps.ipcc.ch/glossary/</p>	<p>Refere-se a mudanças significativas e duradouras em temperatura, padrões de precipitação e outras variáveis climáticas ao longo de um período prolongado, principalmente devido às atividades humanas, como a queima de combustíveis fósseis e o desmatamento.</p>

Coherency/Coerência	Definitions of coherence are abundant but share a few similarities. In general, coherence describes a state or quality of something . The importance of coherence across sectors, whether in government, in academia, or in the private sector, has always been observed and reiterated. Synergies identified from an improved knowledge base can generate better policies and practices. For example, if climate data is taken into account in DRM, risk analyses become more reliable. Greater coherence allows for a more efficient use of resources.	As definições de coerência são abundantes, mas compartilham algumas semelhanças. Em geral, coerência descreve um estado ou qualidade de algo. A importância da coerência entre setores, seja no governo, na academia ou no setor privado, sempre foi observada e reiterada. Sinergias identificadas a partir de uma base de conhecimento aprimorada podem gerar políticas e práticas melhores. Por exemplo, se os dados climáticos forem levados em consideração na gestão de riscos de desastres, as análises de risco se tornam mais confiáveis. Uma maior coerência permite um uso mais eficiente dos recursos.	https://www.gidrm.net/en/gidrm-phase-2/coherence	O alinhamento ou consistência entre diferentes políticas, estratégias ou ações para garantir que se complementem, em vez de se contradizerem, frequentemente aplicado no contexto do desenvolvimento sustentável.
Conflict/Conflito	A state of opposition or disagreement between ideas, interests, etc.	Um estado de oposição ou desacordo entre ideias, interesses, etc.	https://www.eea.europa.eu/help/glossary/semide-emwis-thesaurus/conflict	Conflitos podem surgir entre os interesses de diferentes partes interessadas, prioridades econômicas e preocupações ambientais, destacando a necessidade de mecanismos eficazes de prevenção e resolução de conflitos e abordagens de construção de consenso no planejamento do desenvolvimento sustentável.
Coordination/Coordenação	The process of organizing people or groups so that they work together properly and well. For this thesis, coordination is considered when involving alignment and harmonization of efforts among various stakeholders, from all sectors, to implement climate and sustainability policies and actions effectively.	O processo de organizar pessoas ou grupos para que trabalhem juntos de maneira adequada e eficaz. Para esta tese, a coordenação é considerada quando envolve o alinhamento e harmonização de esforços entre diversos interessados, de todos os setores, para implementar políticas e ações climáticas e de sustentabilidade de forma eficaz.	https://www.britannica.com/dictionary/coordination e https://www4.unfccc.int/sites/NAP/Docs/documents%20NAP/Guidelines/nap_overview.pdf#:~:text=URL%3A%20https%3A%2F%2Fwww4.unfccc.int%2Fsites%2FNAP%2FDocuments%2520NAP%2FGuidelines%2Fnap_overview.pdf%0AVisible%3A%20%25%20	A coordenação eficaz entre as partes interessadas é essencial para implementar estratégias de adaptação e mitigação das mudanças climáticas, bem como para garantir que as iniciativas de desenvolvimento sustentável estejam alinhadas com os objetivos ambientais.
Development/Desenvolvimento	Development' in sustainability means improving lives while protecting the planet for future generations. It balances social, economic, and environmental needs. Early notions focused on economic growth and modernization, often at the expense of environmental and social considerations. However, the recognition of the limitations of this approach has led to a shift towards more sustainable development models that prioritize ecological balance and social justice.	Desenvolvimento, na sustentabilidade, significa melhorar vidas enquanto se protege o planeta para as futuras gerações. Equilibrar necessidades sociais, econômicas e ambientais. As noções iniciais focavam no crescimento econômico e na modernização, muitas vezes em detrimento das considerações ambientais e sociais. No entanto, o reconhecimento das limitações dessa abordagem levou a uma mudança para modelos de desenvolvimento mais sustentáveis que priorizam o equilíbrio ecológico e a justiça social.	https://sustainability-directory.com/term/definition/development/	O processo de progresso econômico, social e ambiental visa melhorar os padrões de vida e o bem-estar, frequentemente medido por indicadores como renda, educação e saúde.

Donor/Doador	Donors direct foreign assistance at a variety of issues (e.g., development, humanitarian relief, institution and capacity building) and through different means (e.g., bilateral and multilateral), but their interests and preferences dominate aid relationships.	Os doadores direcionam a assistência externa para uma variedade de questões (por exemplo, desenvolvimento, ajuda humanitária, construção de instituições e capacitação) e por diferentes meios (por exemplo, bilateral e multilateral), mas seus interesses e preferências dominam as relações de ajuda.	https://www.oxfordbibliographies.com/display/document/obo-9780199743292/obo-9780199743292-0282.xml	Doadores, incluindo países, organizações internacionais e fundações privadas, fornecem apoio financeiro e recursos para projetos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e programas de desenvolvimento sustentável.
Economy/Economia	For climate change and sustainability, we can define economy as practices that support long-term economic growth without negatively impacting social, environmental, and cultural aspects of the community. We can consider, circular economy, political economy, green economy, etc.	Para mudanças climáticas e sustentabilidade, podemos definir economia como práticas que apoiam o crescimento econômico de longo prazo sem impactar negativamente os aspectos sociais, ambientais e culturais da comunidade. Podemos considerar, por exemplo, economia circular, economia política, economia verde, econômica de baixo carbono, etc.	https://sustainability.umw.edu/articles-of-sustainability/economic-sustainability/#:~:text=Economic%20sustainability%20refers%20to%20practices,sector%20through%20the%20UMW%20foundation	A transição para uma economia de baixo carbono e a promoção do crescimento econômico sustentável são objetivos chave para enfrentar as mudanças climáticas.
Ecosystem/Ecosistema	A functional unit consisting of living organisms, their non-living environment and the interactions within and between them. The components included in a given ecosystem and its spatial boundaries depend on the purpose for which the ecosystem is defined: in some cases they are relatively sharp, while in others they are diffuse. Ecosystem boundaries can change over time. Ecosystems are nested within other ecosystems, and their scale can range from very small to the entire biosphere. In the current era, most ecosystems either contain people as key organisms or are influenced by the effects of human activities in their environment. (IPCC, AR6)	Uma unidade funcional composta por organismos vivos, seu ambiente não vivo e as interações dentro e entre eles. Os componentes incluídos em um determinado ecossistema e suas fronteiras espaciais dependem do propósito para o qual o ecossistema é definido: em alguns casos, essas fronteiras são relativamente nítidas, enquanto em outros são difusas. As fronteiras dos ecossistemas podem mudar ao longo do tempo. Os ecossistemas estão inseridos dentro de outros ecossistemas, e sua escala pode variar de muito pequena até toda a biosfera. Na era atual, a maioria dos ecossistemas ou contém pessoas como organismos-chave ou são influenciados pelos efeitos das atividades humanas em seu ambiente. (IPCC, AR6)	https://apps.ipcc.ch/glossary/searchlatest.php	Os ecossistemas desempenham um papel vital na regulação do clima, sequestro de carbono e fornecimento de serviços essenciais ao bem-estar humano, como água limpa, solo fértil e biodiversidade, todos cruciais para o desenvolvimento sustentável.

Energy/Energia	The capacity for doing work as measured by the capability of doing work (potential energy) or the conversion of this capability to motion (kinetic energy). Energy has several forms, some of which are easily convertible and can be changed to another form for useful work. Most of the world's convertible energy comes from fossil fuels that are burned to produce heat that is then used as a transfer medium to mechanical or other means in order to accomplish tasks.	A capacidade de realizar trabalho, medida pela habilidade de fazer trabalho (energia potencial) ou pela conversão dessa habilidade em movimento (energia cinética). A energia tem várias formas, algumas das quais são facilmente conversíveis e podem ser transformadas em outra forma para trabalho útil. A maior parte da energia conversível do mundo vem de combustíveis fósseis que são queimados para produzir calor, que é então usado como meio de transferência para meios mecânicos ou outros para realizar tarefas.	https://unfccc.int/resource/cd_roms/na1/ghg_inventories/english/8_glossary/Glossary.htm	A capacidade de realizar trabalho, tipicamente derivada de fontes como combustíveis fósseis, energia renovável ou energia nuclear, com implicações significativas para as mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável.
Finance/Finança	Finance refers to the management of funds that support, in the case of this thesis, actions to mitigate and adapt to climate change and sustainability programs. This includes local, national, and transnational financing from public, private, and alternative sources aimed at reducing greenhouse gas emissions and enhancing resilience to climate impacts, for example. It encompasses various financial instruments such as grants, loans, equity investments, and guarantees, and is crucial for achieving the objectives of international agreements like the Paris Agreement. Sustainable finance also involves aligning financial flows with pathways towards low greenhouse gas emissions and climate-resilient development	Finanças referem-se à gestão de fundos que apoiam, no caso desta tese, ações para mitigar e se adaptar às mudanças climáticas e programas de sustentabilidade. Isso inclui financiamento local, nacional e transnacional de fontes públicas, privadas e alternativas, voltado para a redução das emissões de gases de efeito estufa e o aumento da resiliência aos impactos climáticos, por exemplo. Engloba vários instrumentos financeiros, como subsídios, empréstimos, investimentos em ações e garantias, sendo crucial para alcançar os objetivos de acordos internacionais como o Acordo de Paris. As finanças sustentáveis também envolvem o alinhamento dos fluxos financeiros com caminhos em direção a baixas emissões de gases de efeito estufa e desenvolvimento resiliente ao clima.	https://www.lse.ac.uk/granthaminstitute/explainers/what-is-climate-finance-and-where-will-it-come-from/	O financiamento climático envolve a alocação de recursos financeiros para apoiar projetos de mitigação e adaptação, garantindo que haja financiamento suficiente para os países em desenvolvimento implementarem iniciativas de desenvolvimento sustentável.
Framework/Quadro	There is no specific definition of this term in the context of this research, but it can refer to the basic structure of something or a set of ideas or facts that provide support for something. It will, most probably, refer to the Risk framework, analysis framework, legal framework, political framework, United Nations Framework Convention on Climate Change, etc.	Não há uma definição específica desse termo no contexto desta pesquisa, mas ele pode se referir à estrutura básica de algo ou a um conjunto de ideias ou fatos que fornecem suporte para algo. Muito provavelmente, se referirá ao quadro de risco, quadro de análise, quadro legal, quadro político, Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, etc.	https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg3/downloads/report/IPCC_AR6_WGIII_FullReport.pdf	Estruturas de mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável fornecem princípios orientadores, metas e padrões para integrar considerações climáticas no planejamento do desenvolvimento, formulação de políticas e implementação, como os ODS e o Acordo de Paris.

Goal/Objetivo	The term alone does not have a referenced definition in the context of this research. It is something that you are trying to do or achieve. It does refer to specific, measurable objectives that guides actions to address socioenvironmental issues. Goals are central to frameworks such as the United Nations Sustainable Development Goals (SDGs), which include targets like SDG 13, focused on taking urgent action to combat climate change and its impacts.	O termo por si só não possui uma definição referenciada no contexto desta pesquisa. É algo que você está tentando fazer ou alcançar. Refere-se a objetivos específicos e mensuráveis que orientam ações para lidar com questões socioambientais. Metas são centrais para estruturas como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, que incluem metas como o ODS 13, focado em tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.	https://www.britannica.com/dictionary/goal e https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/report/IPCC_AR6_WGII_SummaryForPolicymakers.pdf	As metas em mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável são objetivos específicos e mensuráveis, como limitar o aquecimento global a 1,5°C, alcançar emissões líquidas zero até 2050 e garantir acesso a água limpa e saneamento para todos.
Governance/Governança	The structures, processes and actions through which private and public actors interact to address societal goals. This includes formal and informal institutions and the associated norms, rules, laws and procedures for deciding, managing, implementing and monitoring policies and measures at any geographic or political scale, from global to local.	As estruturas, processos e ações por meio dos quais atores privados e públicos interagem para atingir objetivos sociais. Isso inclui instituições formais e informais e as normas, regras, leis e procedimentos associados para decidir, gerenciar, implementar e monitorar políticas e medidas em qualquer escala geográfica ou política, desde global até local.	https://apps.ipcc.ch/glossary/search/latest.php	Mecanismos de governança eficazes garantem processos de tomada de decisão transparentes, participativos e responsáveis em iniciativas de mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável, envolvendo múltiplas partes interessadas e níveis de governo para enfrentar desafios complexos.
Government/Governo	Consists of all departments and agencies responsible for the administration of an economic territory (usually a country).	Consiste em todos os departamentos e agências responsáveis pela administração de um território econômico (geralmente um país).	https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Glossary:Government	Os governos desempenham um papel crítico no desenvolvimento e implementação de políticas, regulamentos e estruturas para enfrentar as mudanças climáticas e promover o desenvolvimento sustentável, incluindo planos nacionais de ação climática e tratados internacionais.
Growth/Crescimento	There is no definition available in the context of this research, but it encompasses economic growth, population growth, and growth in greenhouse gas emissions. Sustainable growth aims to balance these different types of growth in a way that supports long-term ecological health, economic prosperity, and social well-being.	Não há uma definição disponível no contexto desta pesquisa, mas isso engloba o crescimento econômico, o crescimento populacional e o crescimento nas emissões de gases de efeito estufa. O crescimento sustentável visa equilibrar esses diferentes tipos de crescimento de maneira que apoie a saúde ecológica a longo prazo, a prosperidade econômica e o bem-estar social.	https://www.theigc.org/publications/sustainable-growth-changing-climate-0	O crescimento refere-se ao aumento em várias dimensões, como produção econômica (PIB), população e emissões de gases de efeito estufa. No contexto do desenvolvimento sustentável, o foco está em alcançar um equilíbrio onde o crescimento econômico e populacional não leve a aumentos insustentáveis em emissões e uso de recursos.

Impact/Impacto	The consequences of realised risks on natural and human systems, where risks result from the interactions of climate-related hazards (including extreme weather/climate events), exposure, and vulnerability. Impacts generally refer to effects on lives, livelihoods, health and well-being, ecosystems and species, economic, social and cultural assets, services (including ecosystem services), and infrastructure. Impacts may be referred to as consequences or outcomes, and can be adverse or beneficial.	As consequências dos riscos realizados em sistemas naturais e humanos, onde os riscos resultam das interações de perigos relacionados ao clima (incluindo eventos climáticos/extremos), exposição e vulnerabilidade. Os impactos geralmente se referem aos efeitos sobre vidas, meios de subsistência, saúde e bem-estar, ecossistemas e espécies, ativos econômicos, sociais e culturais, serviços (incluindo serviços ecossistêmicos) e infraestrutura. Os impactos podem ser referidos como consequências ou resultados, e podem ser adversos ou benéficos.	https://apps.ipcc.ch/glossary/search/latest.php	Compreender os impactos ambientais, sociais e econômicos das ações de mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável é crucial para priorizar intervenções, mitigar consequências negativas e maximizar resultados positivos para comunidades e ecossistemas. Impactos podem ser físicos, econômicos, sociais ou ambientais.
Implement(ation)/ Implementação	(1) The carrying out of a project or programme. Involves not only the work itself, but all the practical supporting activities such as preparing terms of reference, fundraising, setting up an organisational structure, communicating, and carrying out a project evaluation. (2) Implementation means compliance checking and compliance promotion. Implementation consists of the activities required to comply with legislation and may regard activities by inspectorates as well as companies.	(1) A realização de um projeto ou programa. Envolve não apenas o trabalho em si, mas todas as atividades práticas de suporte, como preparar termos de referência, captação de recursos, estabelecer uma estrutura organizacional, comunicação e realização de uma avaliação do projeto. (2) Implementação significa verificação de conformidade e promoção de conformidade. A implementação consiste nas atividades necessárias para cumprir a legislação e pode envolver atividades de inspeção tanto por parte das autoridades quanto das empresas.	https://www.eea.europa.eu/help/glossary/eea-glossary/implementation	Implementar medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, bem como projetos e políticas de desenvolvimento sustentável, mobilizar recursos, engajar partes interessadas e monitorar o progresso para alcançar os resultados desejados.
Incoherency/Incoerência	Cf: coherency	Cf: coherency	Cf: coherency	A incoerência refere-se à falta de alinhamento entre diferentes políticas ou ações que podem minar os esforços de mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável, como subsídios para combustíveis fósseis em conflito com metas de energia renovável.
Indicator/Indicador	An indicator is a quantitative or qualitative factor or variable that provides a simple and reliable means to measure achievement, to reflect the changes connected to an intervention, or to help assess the performance of a development actor.	Um indicador é um fator ou variável quantitativa ou qualitativa que fornece um meio simples e confiável de medir o sucesso, refletir as mudanças conectadas a uma intervenção ou ajudar a avaliar o desempenho de um ator de desenvolvimento.	https://whc.unesco.org/en/glossary/272	Indicadores são métricas usadas para medir o progresso em direção aos objetivos de mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável, como níveis de dióxido de carbono, capacidade de energia renovável, saúde da biodiversidade e indicadores socioeconômicos como taxas de pobreza.
Instrument/Instrumento	It is a tool or device used for a particular purpose. There is no specific definition for this term in this context, but it might refer to policy instruments, market-based instruments, environmental instruments, legal instruments, normative instruments etc.	É uma ferramenta ou dispositivo usado para um propósito específico. Não há uma definição específica para este termo neste contexto, mas pode se referir a instrumentos de política, instrumentos de mercado, instrumentos ambientais, instrumentos legais, instrumentos normativos, etc.	https://www.britannica.com/dictionary/instrument e https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg3/downloads/report/IPCC_AR6_WGIII_FullReport.pdf	Uma ferramenta, mecanismo ou instrumento de política usado para alcançar objetivos específicos ou enfrentar desafios particulares, como regulamentos, incentivos ou soluções tecnológicas, como redução de emissão de GHG,

Integration/Integração	Integration can be seen as a concept, a strategy and a process designed to achieve the more sustainable development of economic activities - one of the main conclusions of the Cardiff European Council, June 1998.	A integração pode ser vista como um conceito, uma estratégia e um processo projetados para alcançar o desenvolvimento mais sustentável das atividades econômicas - uma das principais conclusões do Conselho Europeu de Cardiff, em junho de 1998.	https://www.eea.europa.eu/help/glossary/eea-glossary/integration-of-environmental-concerns-into	Integrar considerações sobre mudanças climáticas no planejamento e na tomada de decisões para o desenvolvimento sustentável garante coerência e sinergias entre objetivos ambientais, sociais e econômicos, promovendo abordagens holísticas e transformadoras para o desenvolvimento.
Integrity/Integridade	Integrity applies to both natural and cultural properties, and is defined as a measure of the completeness or intactness of their attributes. According to the World Heritage Resource Manual 'Managing Cultural Heritage' (UNESCO 2013), the key words to understanding integrity are "wholeness", 'intactness' and 'absence of threats'.	A integridade se aplica tanto a propriedades naturais quanto culturais, e é definida como uma medida da completude ou integridade dos seus atributos. De acordo com o Manual de Recursos do Patrimônio Mundial 'Gestão do Patrimônio Cultural' (UNESCO 2013), as palavras-chave para entender a integridade são "totalidade", "intactez" e "ausência de ameaças".	https://whc.unesco.org/en/glossary/280	Refere-se à integridade, solidez e consistência dos sistemas ambientais, sociais e econômicos. Enfatiza a manutenção e restauração dos sistemas naturais para garantir que funcionem corretamente e de forma sustentável a longo prazo. Esse conceito é crucial para alcançar os ODS e enfrentar mudanças climáticas.
Interaction/Interação	It is to act together : to come together and have an effect on each other (persons or natural elements). There is no definition in the context of this research, but it is considered when related to policy interaction, stakeholder interaction, inter-sectoral interaction, etc.	É agir em conjunto: reunir-se e ter um efeito sobre os outros (pessoas ou elementos naturais). Não há uma definição no contexto desta pesquisa, mas é considerado quando relacionado à interação de políticas, interação de partes interessadas, interação inter-setorial, etc.	https://www.britannica.com/dictionary/instrument e https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg3/downloads/report/IPCC_AR6_WGIII_FullReport.pdf	As interações entre sistemas sociais, econômicos e ambientais moldam os impactos, vulnerabilidades e respostas de adaptação às mudanças climáticas, destacando a importância de abordagens integradas e colaboração intersetorial no planejamento do desenvolvimento sustentável.
Land Use/Usos da Terra	Land use refers to the total of arrangements, activities and inputs undertaken in a certain land cover type (a set of human actions). The term land use is also used in the sense of the social and economic purposes for which land is managed (i.e., grazing, timber extraction and conservation). In urban settlements it is related to land uses within cities and their hinterlands. Urban land use has implications on city management, structure and form and thus on energy demand, greenhouse gas emissions and mobility, among other aspects.	O uso da terra refere-se ao conjunto total de arranjos, atividades e insumos empreendidos em um determinado tipo de cobertura do solo (um conjunto de ações humanas). O termo uso da terra também é utilizado no sentido dos propósitos sociais e econômicos para os quais a terra é gerenciada (ou seja, pastagem, extração de madeira e conservação). Nos assentamentos urbanos, está relacionado aos usos da terra dentro das cidades e sua hinterlândia. O uso urbano da terra tem implicações na gestão da cidade, estrutura e forma, e, portanto, na demanda de energia, emissões de gases de efeito estufa e mobilidade, entre outros aspectos.	https://climateknowledgeportal.worldbank.org/media/document/CCKP_glossary.pdf	A utilização e a gestão humana de recursos terrestres para vários propósitos, incluindo agricultura, urbanização, silvicultura, conservação e desenvolvimento de infraestrutura.

Management/Gestão	The act or skill of controlling and making decisions about a business, department, sports team, etc. Government, control, superintendence, physical or manual handling or guidance; act of managing by direction or regulation, or administration, as management of family, or of household, etc. In the case of this research, considered when associated with land management, risk management, sustainable forest management, adaptive management, for exmaple.	A ação ou habilidade de controlar e tomar decisões sobre um negócio, departamento, equipe esportiva, etc. Governo, controle, superintendência, manuseio físico ou manual ou orientação; ato de gerenciar por direção ou regulamentação, ou administração, como gestão de família ou de casa, etc. No caso desta pesquisa, considerada quando associada ao gestão de terras, gestão de riscos, gestão florestal sustentável, gestão adaptativo, por exemplo.	https://www.britannica.com/dictionary/management https://www.eea.europa.eu/help/glossary/gemet-environmental-thesaurus/management	A gestão eficaz envolve a coordenação de recursos, partes interessadas e atividades para implementar medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, bem como iniciativas de desenvolvimento sustentável, garantindo ao mesmo tempo a responsabilidade, transparência e eficiência.
Mitigation/Mitigação	Technological change and changes in activities that reduce resource inputs and emissions per unit of output. Although several social, economic and technological policies would produce an emission reduction, with respect to climate change, mitigation means implementing policies to reduce greenhouse gas emissions and enhance sinks. Renewable energy deployment is a mitigation option when avoided greenhouse gas emissions exceed the sum of direct and indirect emissions. SRREN (11/2011)	Mudança tecnológica e mudanças em atividades que reduzem os insumos de recursos e emissões por unidade de produção. Embora várias políticas sociais, econômicas e tecnológicas possam resultar em redução de emissões, com relação às mudanças climáticas, mitigação significa implementar políticas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e aumentar os sumidouros. A implantação de energia renovável é uma opção de mitigação quando as emissões evitadas de gases de efeito estufa excedem a soma das emissões diretas e indiretas. SRREN (11/2011)	https://apps.ipcc.ch/glossary/search.php	A mitigação das mudanças climáticas envolve a redução das emissões de gases de efeito estufa através de ações como a transição para energia renovável, a melhoria da eficiência energética e a conservação de florestas para mitigar os impactos das mudanças climáticas e promover o desenvolvimento sustentável.
Network/Rede	A group of people or organizations that are closely connected and that work with each other. For this research, we consider social network, business network, network analysis, CAN, etc.	Um grupo de pessoas ou organizações que estão intimamente conectadas e que trabalham entre si. Para esta pesquisa, consideramos rede social, rede de negócios, análise de redes, CAN, etc.	https://www.britannica.com/dictionary/network	Redes de partes interessadas, incluindo governos, ONGs, empresas e academia, colaboram para compartilhar conhecimento, recursos e melhores práticas na abordagem das mudanças climáticas e no avanço dos ODS.
Nexus	The nexus approach is a method for dealing with sustainable development challenges in an integrated manner considering multiple variables at once. The word "nexus" is conventionally understood to mean "link" or "connection," and the aptly named approach involves the assessment of several interconnected components. Components can be based on resource sectors, issues, or a combination of both.	The nexus approach is a method for dealing with sustainable development challenges in an integrated manner considering multiple variables at once. The word "nexus" is conventionally understood to mean "link" or "connection," and the aptly named approach involves the assessment of several interconnected components. Components can be based on resource sectors, issues, or a combination of both.	https://phys.org/news/2022-12-nexus-approach-systematic-solutions-sustainable.html#google_vignette	A interconexão e as interdependências entre vários setores e questões, como o nexo água-energia-alimentos, destacando a necessidade de abordagens integradas para enfrentar desafios complexos.
Objective/Objetivo	There is no specific definition of this term in the context of this research. Objectives are set to guide actions and policies towards mitigating climate change impacts and promoting sustainable development practices.	Não há uma definição específica deste termo no contexto desta pesquisa. Os objetivos são estabelecidos para orientar ações e políticas no sentido de mitigar os impactos das mudanças climáticas e promover práticas de desenvolvimento sustentável.	https://www.britannica.com/dictionary/OBJECTIVE e https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg3/downloads/report/IPCC_AR6_WGIII_FullReport.pdf	Um objetivo ou meta específica e mensurável que organizações, governos ou indivíduos pretendem alcançar dentro de um prazo definido, como no caso dos ODS.

Organisation/Organização	Term used for a corporation, government or governmental subdivision or agency, business trust, estate, trust, partnership or association, two or more persons having a joint or common interest, or any other legal or commercial entity.	O termo utilizado para uma corporação, governo ou subdivisão ou agência governamental, confiança empresarial, espólio, fundo, parceria ou associação, duas ou mais pessoas com um interesse conjunto ou comum, ou qualquer outra entidade legal ou comercial.	https://www.eea.europa.eu/help/glossary/gemet-environmental-thesaurus/organisation-law	Organizações sem fins lucrativos, agências governamentais e órgãos internacionais desempenham papéis cruciais na coordenação de esforços, implementação de políticas e conscientização sobre os objetivos de mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável.
Policy/Política	There is no specific definition for the context of this research. A policy is an officially accepted set of rules or ideas about what should be done. For climate change mitigation and adaptation: Policies are taken and/or mandated by a government – often in conjunction with business and industry within a single country, or collectively with other countries – to accelerate mitigation and adaptation measures. Examples of policies are support mechanisms for renewable energy supplies, carbon or energy taxes, fuel efficiency standards for automobiles, etc.	Não há uma definição específica para o contexto desta pesquisa. Uma política é um conjunto oficialmente aceito de regras ou ideias sobre o que deve ser feito. Para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas: Políticas são tomadas e/ou mandatadas por um governo - frequentemente em conjunto com empresas e indústria dentro de um único país, ou coletivamente com outros países - para acelerar medidas de mitigação e adaptação. Exemplos de políticas são mecanismos de apoio para suprimentos de energia renovável, impostos sobre carbono ou energia, padrões de eficiência de combustível para automóveis, etc.	https://www.britannica.com/dictionary/policy e https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2022/06/SR15_AnnexI.pdf	Um conjunto de princípios ou regras adotados e implementados por organizações ou governos para orientar a tomada de decisão e alcançar objetivos específicos.
Resource/Recurso	Any component of the environment that can be utilized by an organism. / a substance or place required by an organism for its growth, maintenance and reproduction.	Qualquer componente do ambiente que possa ser utilizado por um organismo. / Uma substância ou local necessários para o crescimento, manutenção e reprodução de um organismo.	https://www.eea.europa.eu/help/glossary/chm-biodiversity/resource	Recursos naturais, capital humano, investimentos financeiros e inovações tecnológicas são essenciais para implementar medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, bem como iniciativas de desenvolvimento sustentável, garantindo equidade e resiliência.
Risk/Risco	The potential for adverse consequences for human or ecological systems, recognising the diversity of values and objectives associated with such systems. In the context of <i>climate change</i> , risks can arise from potential <i>impacts</i> of climate change as well as human responses to climate change. Relevant adverse consequences include those on lives, <i>livelihoods</i> , health and <i>well-being</i> , economic, social and cultural assets and investments, infrastructure, services (including <i>ecosystem services</i>), <i>ecosystems</i> and species.	O potencial para consequências adversas para sistemas humanos ou ecológicos, reconhecendo a diversidade de valores e objetivos associados a tais sistemas. No contexto das mudanças climáticas, os riscos podem surgir dos impactos potenciais das mudanças climáticas, bem como das respostas humanas às mudanças climáticas. Consequências adversas relevantes incluem aquelas em vidas, meios de subsistência, saúde e bem-estar, ativos e investimentos econômicos, sociais e culturais, infraestrutura, serviços (incluindo serviços ecossistêmicos), ecossistemas e espécies.	https://apps.ipcc.ch/glossary/searchlatest.php	O potencial para perda, dano ou consequências adversas resultantes de eventos ou circunstâncias incertas, incluindo desastres naturais, crises econômicas e falhas de políticas.

SDG/ODS	The 17 global goals for development for all countries established by the United Nations through a participatory process and elaborated in the 2030 Agenda for Sustainable Development, including ending poverty and hunger; ensuring health and well-being, education, gender equality, clean water and energy, and decent work; building and ensuring resilient and sustainable infrastructure, cities and consumption; reducing inequalities; protecting land and water ecosystems; promoting peace, justice and partnerships; and taking urgent action on climate change.	Os 17 objetivos globais de desenvolvimento para todos os países estabelecidos pelas Nações Unidas por meio de um processo participativo e elaborados na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, incluindo acabar com a pobreza e a fome; garantir saúde e bem-estar, educação, igualdade de gênero, água limpa e energia, e trabalho decente; construir e garantir infraestrutura resiliente e sustentável, cidades e consumo; reduzir as desigualdades; proteger os ecossistemas terrestres e aquáticos; promover paz, justiça e parcerias; e tomar ações urgentes sobre mudanças climáticas.	https://apps.ipcc.ch/glossary/search/latest.php	Abreviação para Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, um conjunto de 17 metas globais adotadas pelos estados membros das Nações Unidas em 2015 para enfrentar diversos desafios sociais, econômicos e ambientais até 2030.
Security/Segurança	There is no specific definition for this context. It is the state of being protected or safe from harm. For climate change and sustainability, it may refer to food, energy, human, water security, etc.	Não há uma definição específica para este contexto. É o estado de estar protegido ou seguro contra danos. Para mudanças climáticas e sustentabilidade, pode se referir à segurança alimentar, energética, humana, hídrica, etc.	https://www.britannica.com/dictionary/security e https://apps.ipcc.ch/glossary/search.php	As mudanças climáticas ameaçam a segurança humana através de eventos climáticos extremos, insegurança alimentar e hídrica, deslocamento e conflitos, destacando a importância da adaptação climática, redução de riscos de desastres e redes de segurança social no planejamento do desenvolvimento sustentável.
Stakeholder/Parte interessada	An institution, organisation, or group that has some interest in a particular sector or system.	Uma instituição, organização ou grupo que tem algum interesse em um setor ou sistema específico.	https://www.eea.europa.eu/help/glossary/eea-glossary/stakeholder	As partes interessadas em mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável incluem governos, empresas, comunidades, ONGs, cientistas e povos indígenas, cada um contribuindo com conhecimentos, recursos e perspectivas para enfrentar questões complexas.
Strategy/Estratégia	A careful plan or method for achieving a particular goal usually over a long period of time	Um plano ou método cuidadoso para alcançar um objetivo específico, geralmente ao longo de um longo período de tempo.	https://www.britannica.com/dictionary/strategy	Estratégias de mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável delineiam planos e ações de longo prazo para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, aumentar a resiliência, promover energia renovável e alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável, considerando fatores sociais, econômicos e ambientais.

System/Sistema	There is no specific definition for the context of this research. It is a group of related parts that move or work together. For climate and sustainability, we may consider ecological systems, economic systems, social systems, innovation systems, etc., that interact and influence one another.	Não há uma definição específica para o contexto desta pesquisa. É um grupo de partes relacionadas que se movem ou trabalham juntas. Para clima e sustentabilidade, podemos considerar sistemas ecológicos, sistemas econômicos, sistemas sociais, sistemas de inovação, etc., que interagem e se influenciam mutuamente.	https://www.britannica.com/dictionary/system e https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg3/downloads/report/IPCC_AR6_WGIII_FullReport.pdf	Sistemas de mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável englobam elementos sociais, econômicos e ambientais interconectados, exigindo abordagens integradas que abordem motores sistêmicos, ciclos de retroalimentação e interdependências para alcançar resultados sustentáveis e resiliência.
Target/Meta	There is no specific definition for the context of this research. It is something that you are trying to do or achieve. For climate and sustainability, it may refer to net-zero, science-based, 1.5 degree, carbon neutral, etc., targets	Não há uma definição específica para o contexto desta pesquisa. É algo que você está tentando fazer ou alcançar. Para clima e sustentabilidade, pode se referir a metas de zero líquido, baseadas em ciência, de 1,5 graus, neutras em carbono, etc.	https://www.britannica.com/dictionary/target and https://climate-governance.org/climate-terminology/	Um objetivo ou marco quantificável estabelecido para medir o progresso em direção a metas mais amplas, frequentemente acompanhado de indicadores específicos e prazos.

ANEXO 2 – Relação (não nominal) de participantes do questionário e respectivas afiliações

N*	Setor	Afiliação
1	ONGs	4D
2	Privado	ACCREDIA - IAF
3	ONGs	Apremavi
4	Sociedade Civil	ASEED Europe
5	Outros	association de loi 1901
6	Outros	aucune
7	Outros	Buildings Performance Institute Europe
8	Privado	Business
9	Privado	Canadian Nuclear Association
10	ONGs	CARE International
11	Privado	CEADS
12	ONGs	Center for Natural Resource Studies (CNRS)
13	ONGs	Centro de Inteligência Territorial
14	Privado	CER
15	ONGs	Change Human's Life
16	Academia	Cirad, Univ Montpellier
17	Academia	CMCC Euro Mediterranean Centre on Climate Change
18	Privado	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil -CNA
19	ONGs	COSPE Onlus
20	Sociedade Civil	Council of European Energy Regulators (CEER)
21	ONGs	Creative Carbon Scotland
22	ONGs	Danish Association of Consulting Engineers, FRI
23	ONGs	Derecho Ambiente y Recursos Naturales
24	Academia	Deutsches Institut für Entwicklungspolitik
25	ONGs	Diakonia
26	ONGs	Director Spain at the European Federation for Transport&Environment
27	ONGs	DKKV
28	ONGs	Docip
29	ONGs	Earthlife Africa
30	Sociedade Civil	Eco-Congregation Scotland
31	ONGs	ECODES
32	ONGs	ECODES
33	ONGs	Ecolise
34	ONGs	ECOLISE
35	ONGs	EcoLogic Development Fund
36	Sociedade Civil	EcoNexus
37	ONGs	Ecsite
38	ONGs	Enel Foundation
39	Privado	Energy Changes

40	ONGs	Engineering Association for Development and Environment-EADE
41	ONGs	ENvironnement JEUnesse
42	ONGs	EPCO
43	ONGs	EPCO
44	ONGs	EPF European Parliamentary Forum on Sexual and Reproductive Rights
45	Publico	EU Delegation in Brazil
46	ONGs	Eurodad
47	ONGs	Eurogroup for Animals
48	Academia	Euro-Mediterranean Centre on Climate Change
49	Academia	Euro-Mediterranean Centre on Climate Change
50	ONGs	European Environmental Bureau
51	ONGs	Fauna & Flora International
52	ONGs	Feasta
53	Sociedade Civil	Fingo
54	ONGs	Fondation GoodPlanet
55	ONGs	Fondation pour le développement durable des régions de montagne / FDDM
56	Privado	Fondation pour les Etudes et Recherches sur le Développement International (Ferdi)
57	Publico	Formas
58	ONGs	Foundation for Environmental Education
59	Outros	Freelance
60	ONGs	Fresh Energy
61	Academia	Fridtjof Nansen Institute
62	ONGs	Friends of the Earthe Europe
63	ONGs	Funcionária
64	ONGs	Gaiadoc ISDN
65	Academia	German Advisory Council on Global Change (WBGU)
66	Academia	German Development Institute
67	Academia	German Development Institute
68	Privado	German Economic Institute
69	Publico	German Institute for Economic Research
70	Academia	German Institute of Development and Sustainability (IDOS)
71	ONGs	German NGO Forum on Environment and Development
72	Outros	Glasgow Caledonian University - also The Energy Poverty Research initiative (GCU-spin out), Common Weal, and Scientists for Global Responsibility
73	ONGs	Global Climate Forum e. V.
74	Outros	Global Greens
75	ONGs	Global Greens

76	ONGs	Grameena Vikas Samithi-GVS. President
77	ONGs	Green Alternative
78	ONGs	Green European Journal
79	ONGs	Grupo GEA, Presidente
80	Outros	Heinrich-Böll-Stiftung
81	Academia	Hobart & William Smith Colleges
82	Sociedade Civil	IAAI GloCha
83	Publico	ibict
84	ONGs	ICLEI
85	Sociedade Civil	IDDDRI
86	Sociedade Civil	IDDDRI
87	Academia	IDDDRI (Institute for Sustainable Development and International Relations)
88	Academia	IIASA
89	ONGs	India Water Foundation
90	ONGs	India Water Foundation
91	ONGs	INFORSE
92	Outros	Institute for Advanced Sustainability Studies
93	Academia	Institute for Advanced Sustainability Studies
94	Academia	Institute for Advanced Sustainability Studies e.V. (IASS)
95	Academia	Institute for Advanced Sustainability Studies, Potsdam
96	ONGs	Institute for Biodiversity - Network (ibn)
97	Sociedade Civil	Institute for European Environmental Policy
98	ONGs	Instituto de Montaña
99	ONGs	International Programme on the State of the Ocean
100	ONGs	International Cooperative Alliance
101	Privado	International Dairy Federation
102	Academia	International Institute for Applied Systems Analysis
103	Academia	International Institute for Applied Systems Analysis
104	ONGs	International Panel of Experts on Sustainable Food Systems
105	ONGs	IPE
106	Sociedade Civil	IPÉ - Instituto de Pesquisas Ecológicas
107	Outros	IPES-Food
108	Privado	Itau
109	Academia	IVL Swedish Environmental Research Institute
110	ONGs	JIN
111	ONGs	JIN Climate and Sustainability

		KÖVET Association for Sustainable Economies (NGO) and Hungarian University of Agricultural and Life Sciences (MATE)
112	ONGs	
113	Academia	KU Leuven
114	ONGs	Médecins du Monde France
115	ONGs	Naturvernforbundet (Friends of the Earth Norway)
116	Privado	NewClimate
117	ONGs	NewClimate Institute
118	ONGs	NGO
119	ONGs	NOAH Friends of the Earth Denmark
120	Sociedade Civil	Norwegian Forum for Development and Environment
121	Outros	nucleareurope
122	Privado	nucleareurope
123	ONGs	ONG PAGE VERTE INTERNATIONALE
124	ONGs	OPAN - Operação Amazônia Nativa
125	ONGs	OPAN - Operação Amazônia Nativa
126	Privado	Owner and Executive Director of SME
127	Privado	Planète Publique
128	Privado	POLIS network
129	ONGs	POLIS Network
130	ONGs	Pollution Probe
131	Sociedade Civil	Prefer not to say
132	ONGs	Prefer not to say
133	Sociedade Civil	Prefer not to say
134	ONGs	Prefer not to say
135	Academia	Prefer not to say
136	Privado	Prefer not to say
137	ONGs	Prefer not to say
138	Academia	Prefer not to say
139	ONGs	Prefer not to say
140	Outros	Prefer not to say
141	ONGs	Prefer not to say
142	ONGs	Prefer not to say
143	ONGs	Prefer not to say
144	ONGs	Prefer not to say
145	Academia	Prefer not to say
146	Sociedade Civil	Prefer not to say
147	ONGs	Prefer not to say
148	Academia	Prefer not to say
149	Publico	Prefer not to say
150	Academia	Prefer not to say
151	Academia	Prefer not to say
152	ONGs	Prefer not to say
153	ONGs	Prefer not to say
154	Academia	Prefer not to say
155	Sociedade Civil	Prefer not to say

156	ONGs	Prefer not to say
157	ONGs	Prefer not to say
158	ONGs	Prefer not to say
159	ONGs	Prefer not to say
160	Privado	Prefer not to say
161	ONGs	Prefer not to say
162	Privado	Prefer not to say
163	Academia	Prefer not to say
164	ONGs	Prefer not to say
165	ONGs	Prefer not to say
166	Publico	prefer not to say but crown corporataion
167	ONGs	PR-Manager and speaker sustainable mobility
168	Academia	Radboud University Nijmegen
169	ONGs	REDe GTA
170	ONGs	REN21
171	ONGs	Renewables Grid Initiative
172	ONGs	REScoop.eu
173	Outros	REScoop.eu
174	Outros	REScoop.eu
175	Outros	retired
176	Academia	Retired (from EPOTEC)
177	ONGs	RGI
178	ONGs	RGI
179	Sociedade Civil	Science Museum of Minnesota
180	Publico	SCNAT
181	Outros	SDG CHAMPIONS France
182	ONGs	Seas at Risk
183	ONGs	Seas At Risk
184	ONGs	Seas At Risk
185	ONGs	Seas At Risk
186	Outros	SoalrPower Europe
187	ONGs	Social carbon Foundation
188	Academia	Sorbonne Université
189	ONGs	Sorry, I don't understand what you mean with institutional affiliation
190	ONGs	Stop Ecocide International
191	ONGs	Svenska Naturskyddsföreningen
192	Sociedade Civil	Swedish National Youth Council (LSU)
193	ONGs	Swedwatch
194	ONGs	TERRE policy centre
195	ONGs	The Corner House
196	Academia	The Fridtjof Nansen Institute
197	Publico	The Fridtjof Nansen Institute
198	Academia	The Fridtjof Nansens Institute
199	ONGs	The Norwegian Forum for Development and Environment
200	Outros	The Ocean Foundation
201	ONGs	The Rainforest Foundation UK

202	Academia	The Scottish Association for Marine Science
203	ONGs	The Shift Project
204	ONGs	The Shift Project
205	ONGs	The Shift Project
206	Sociedade Civil	THM
207	ONGs	TRL
208	Outros	UNEP-WCMC
209	Outros	United Nations Environment Programme World Conservation Monitoring Centre (UNEP-WCMC)
210	Academia	Università Ca' Foscari Venezia
211	Academia	University of Potsdam
212	Academia	University of Potsdam
213	Academia	University of Venice Ca' Foscari
214	Publico	University of Zurich
215	Academia	University of Zurich
216	Publico	UTwente
217	ONGs	WECF
218	ONGs	Wildlife & Countryside Link
219	ONGs	World Council of Churches
220	ONGs	World Council of Churches
221	ONGs	World Information Transfer, Inc. (in general consultative status with UN/ECOSOC
222	ONGs	World Organization of the Scout Movement
223	ONGs	World Organization of the Scout Movement
224	ONGs	Youth and Environment Europe
225	ONGs	Prefer not to say

ANEXO 2 – Questionário apresentado para o trabalho de pesquisa

Esta pesquisa de 10 minutos faz parte de uma tese de doutorado que tem como foco a Coerência das Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (CPDS), seu papel e lugar nas relações intergovernamentais entre o Brasil e a União Europeia. A CPDS é ao mesmo tempo um instrumento e um conceito base para a Agenda 2030. Serve a impulsionar as transições necessárias para alcançar um modelo de desenvolvimento focado no bem comum acima de interesses particulares. Para melhor entender, a CPDS exige, segundo recomendações da OCDE em 2019, uma visão estratégica que abranja: (i) Um compromisso político sem precedentes com uma mudança na forma de fazer política que deve necessariamente afetar toda a função e estrutura dos governos. (ii) Uma abordagem de longo prazo que transcenda os ciclos eleitorais curtos e dinâmicos. (iii) A integração política das diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável (social, econômico, ambiental) e isso tanto a nível intersectorial como interinstitucional.

Portanto, o eixo principal é a análise de inter-relações dos ODS que podem influenciar (de forma positiva - sinergias - ou trade-offs - relações negativas) na mitigação e adaptação das mudanças climáticas. Como parte da Agenda 2030, a CPDS é considerada como um instrumento, pelos tomadores de decisão, e objetivo fundamental (17.14) para promover uma implementação harmoniosa das metas. Até meados de 2022, o único indicador identificado é "o número de países com mecanismos implementados para aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável". Assim, é de fundamental importância reunir o máximo de opiniões profissionais de agentes do desenvolvimento de todos os setores envolvidos para entender, a partir de experiências inestimáveis, as melhores práticas e estratégias de governança que possam potencializar a CPDS a nível local, nacional, regional e internacional.

Obrigada por seu tempo e implicação nesta pesquisa.

Sinceramente,

Cristiana Dobre

Informações Pessoais

A1. Como você se identifica?

Feminino

Masculino



A2. Seu país de afiliação.

- Afghanistan
- Albania
- Algeria
- American Samoa
- Andorra
- Angola
- Anguilla
- Antarctica
- Antigua and Barbuda
- Argentina
- Armenia
- Aruba
- Australia
- Austria
- Azerbaijan
- Bahamas
- Bahrain
- Bangladesh
- Barbados
- Belarus
- Belgium
- Belize
- Benin
- Bermuda
- Bhutan
- Bolivia
- Bosnia and Herzegovina
- Botswana
- Bouvet Island
- Brazil
- British Indian Ocean Territory

**A3. Seu setor.**

- Privado
- Público
- Academia
- ONGs
- Sociedade Civil
- Outros

Outros

A4. A organização onde trabalha.

Informe sua afiliação institucional.

A CPDS e seu lugar no seu país e organização**B1. Por favor, cite três países com os quais sua organização mais coopera.**

Se sua organização atua nacionalmente, informe três instituições parceiras.

B2. Você diria que seu país de afiliação tem um compromisso claro à CPDS expresso em alto nível de tomada de decisão?

Si sim, por favor inserir uma breve descrição dessa metodologia ou um link externo que contenha essas informações.

- Sim
- Não
- Não sei



B3. Existe alguma instituição encarregada de desenvolver e/ou monitorar a CPDS como parte da Agenda 2030 em seu país? Se sim, por favor mencione.

- Sim
- Não
- Não sei

B4. Você diria que sua organização considera as dimensões internacionais do desenvolvimento sustentável e os potenciais impactos transfronteiriços das suas atividades?

- Sim
- Não
- Não sei

B5. Se sim, é avaliado ex-ante, em momento intermediário, final, expostou em todas as fases?

- Ex-ante
- Intermediário
- Final
- Ex-post
- Todas as opções
- Não sei



B6. O plano de negócios da sua organização considera alguma dimensão de responsabilidade (accountability) para as mudanças climáticas de acordo com a Agenda 2030 e os ODS?

Sim

Não

Não sei

B7. Se sim, sua organização relata publicamente essas informações de forma transparente?

Se sim, por favor, você poderia compartilhar mais sobre esta comunicação descrevendo brevemente o processo ou compartilhando um link de denúncia?

Sim

Não

Não sei

A CPDS e sua opinião sobre o seu papel globalmente

C1. Seria possível, por favor, avaliar la CPDS em relação a sua importância para a Agenda 2030?

1

2

3

4

5

C2. Você considera que a CPDS é um pilar essencial para a Agenda 2030?

Si não, por favor explicar brevemente na seção de comentário.

Sim

Não

Talvez

Não sei



C3. Segundo você, qual setor deveria ser mais integrado no processo de formulação de políticas para reforçar a CPDS e porquê?

Publico

Comentário

Privado

Comentário

Sociedade civil

Comentário

Todos

Comentário

C4. Você diria que a Coerência de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável deveria ser mais sobre mecanismos para monitorar incoerências ou design de (trans)formação do desenvolvimento para alcançar a coerência?

Mecanismos de monitoramento

Design de (trans)formação



C5. Como você classificaria a inclusão da CPDS nos programas e projetos da Agenda 2030 até o momento atual?

Selecione uma opção entre 1 e 5, 1 sendo a expressão da inclusão mínima e 5 da inclusão máxima.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

C6. Por favor, selecionar uma opção entre 1 e 10, para avaliar os três níveis da CPDS em correlação com os seus efeitos sobre o bem-estar social, as mudanças climáticas e o crescimento econômico. Bem-estarsocial

Com 1 para correlação fraca, 5 para correlação média e 10 para correlação forte.

Por favor, considere para o Nível Nacional e Subnacional, seu país de afiliação.

- Cooperação internacional
- Nível nacional
- Nível subnacional

C7. Por favor, selecionar uma opção entre 1 e 10, para avaliar os três níveis da CPDS em correlação com os seus efeitos sobre o bem-estar social, as mudanças climáticas e o crescimento econômico. Mudançasclimáticas

Com 1 para correlação fraca, 5 para correlação média e 10 para correlação forte.

Por favor, considere para o Nível Nacional e Subnacional, seu país de afiliação.

- Cooperação internacional
- Nível nacional
- Nível subnacional

C8. Por favor, selecionar uma opção entre 1 e 10, para avaliar os três níveis da CPDS em correlação com os seus efeitos sobre o bem-estar social, as mudanças climáticas e o crescimento econômico. Crescimento econômico

Com 1 para correlação fraca, 5 para correlação média e 10 para correlação forte.

Por favor, considere para o Nível Nacional e Subnacional, seu país de afiliação.

- Cooperação internacional
- Nível nacional
- Nível subnacional



D1. Por favor, sinta-se à vontade para comentar o tema da CPDS e a sua situação no âmbito da Agenda 2030.

D2. Por favor, sinta-se livre para deixar quaisquer comentários, opiniões ou dúvidas pessoais aqui.

Se você está vendo esta mensagem é que suas respostas agora fazem parte desta pesquisa de doutorado. Por isso, lhe agradeço pelo seu tempo y compromisso. Como mencionado antes, você receberá um relatório completo deste estudo assim que todas as respostas forem reunidas.

Ficarei feliz em ouvir de você no futuro, caso este estudo lhe tenha inspirado algum interesse.

Para mais informações, fique à vontade para entrar em contato comigo por e-mail: dobre.cris26@gmail.com.

Sinceramente,

Cristiana Dobre